

# Coneção

P O L Í T I C A

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí

20

ANO XI - V. 11 - N. 01  
TERESINA-PI, JAN./JUN. 2022

ISSN 2317-3254



Métodos,  
metodologia de pesquisa,  
conceito e aplicações



# Revista Conexão Política

---

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Ciência  
Política da UFPI



EDUFPI  
Teresina – Piauí  
Conexão Política — v. 11, n. 1 – jan./jun. 2022



# Revista Conexão Política

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI

---

Ano 11

2022

---

## MÉTODOS, METODOLOGIA DE PESQUISA, CONCEITO E APLICAÇÕES



EDUFPI

Teresina – Piauí

Conexão Política — v. 11, n. 1 – jan./jun. 2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**Reitor**

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

**Pró-Reitor de Ensino de Pós-graduação**

Profa. Dra. Regilda Saraiva dos Reis Moreira-Araújo

**Pró-Reitor de Pesquisa**

Prof. Dr. Luís de Sousa Santos Júnior

**Superintendente de Comunicação Social**

Profa. Dra. Samantha Viana Castelo Branco Rocha Carvalho

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL

**Diretor**

Profa. Dra. Edna Maria Goulart Joazeiro



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**Coordenador**

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior

ENDEREÇO PARA CONTATO

Universidade Federal do Piauí

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella

Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

✉ Bairro Ininga – Teresina-PI – 64049-550

☎ (86) 3237-1692

@ [cienciapolitica@ufpi.edu.br](mailto:cienciapolitica@ufpi.edu.br)

🌐 <http://www.revistas.ufpi.br/index.php/conexaopolitica>



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**Diretor da Editora da UFPI**

Prof. Dr. Cleber de Deus Pereira da Silva

Campus Ministro Petrônio Portela,

Espaço Rosa dos Ventos

✉ Bairro Ininga, Teresina-Piauí-Brasil

CEP 64049-550 • ☎ 55 (86) 3215 5688

🌐 [www.ufpi.br/sobre-edufpi](http://www.ufpi.br/sobre-edufpi)

**Editor Responsável**

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Jr

**Editor Assistente**

Prof. Dr. Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas

**Conselho Editorial**

Ana Beatriz Martins dos Santos Seraine – Universidade Federal do Piauí (UFPI – Brasil)

Ana Paula Mauriel – Universidade Federal Fluminense (UFF – Brasil)

Arleth Borges – Universidade Federal do Maranhão (UFMA – Brasil)

Ana Paula Tostes – Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ – Brasil)

Cleber de Deus – Universidade Federal do Piauí (UFPI – Brasil)

Cristina Buarque de Holanda – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ – Brasil)

Flávio Resende – Universidade Federal de Pernambuco – (UFPE – Brasil)

Gabriela Tarouco – Universidade Federal de Pernambuco – (UFPE – Brasil)

Gilmar Antônio Bedin – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ – Brasil)

Héctor Luis Saint-Pierre – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP – Campus de Franca – Brasil)

Jairo Marconi Nicolau – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ – Brasil)

Luis Gustavo Grohmann – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS – Brasil)

Marcia Soares – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG – Brasil)

Mathew D. McCubbins – Universidade da Califórnia, San Diego (UCSD – Estados Unidos)

Monique Menezes – Universidade Federal do Piauí (UF-

PI – Brasil)

Odete Maria de Oliveira – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC – Brasil)

Raimundo Batista dos Santos Junior – Universidade Federal do Piauí (UFPI – Brasil)

Scott Desposato – Universidade da Califórnia, San Diego (UCSD – Estados Unidos)

Taeko Hiroi – University of Texas – At El Paso (Estados Unidos)

Valeriano Mendes Ferreira Costa – Universidade Federal de Campinas (UNICAMP – Brasil)

**Editoração**

José Anchiêta do Nascimento Lima

**Tradução e Revisão para Língua Estrangeira**

Barbara Bruckner Chaves

Carolina Pereira Madureira

Ítalo Jansen de Sousa Feitosa

Lucas Lira de Menezes

**Revisão textual**

Ilza Cardoso

**Foto**

Tupy

**Capa**

Sammy Lima, com interferências sobre a obra “O ponto”, do artista plástico William Junior, Fotografia em Preto e Branco, 250 DPI. Ano: 2019.

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco  
Serviço de Processamento Técnico

Conexão Política [recurso eletrônico]/ Universidade Federal do Piauí. v. 11, n. 1 (jan./jun., 2022) -- Dados eletrônicos. — Teresina: UFPI, 2022 -- 192pp.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: <http://www.revistas.ufpi.br/index.php/conexaopolitica>  
Semestral.

ISSN: 2317-3254.

1. Ciência Política. 2. Relações Internacionais.

I. Universidade Federal do Piauí-UFPI. II. Título: Conexão Política

CDD: 320

# Sumário

1	APRESENTAÇÃO	1
Por:	NATÁLIA SÁTYRO, RAIMUNDO BATISTA DOS SANTOS JUNIOR	
	ARTIGOS	6
2	DICAS SOBRE COMO ESCREVER PROJETOS DE PESQUISA	7
Por:	NATÁLIA SÁTYRO	
3	ESTUDOS DE CASO PARA A CIÊNCIA POLÍTICA	44
Por:	FLORA DE PAULA GONÇALVES HOLANDA MAIA, MARIA CLARA DE MENDONÇA MAIA	
4	A VALIDADE DAS INFERÊNCIAS CAUSAIS PRODUZIDAS PELO MÉTODO <i>PROCESS TRACING</i>	66
Por:	JOÃO PAULO NICOLINI GABRIEL, FABIANO DA SILVA PEREIRA	
5	O QUE É UMA BOA TEORIA POSITIVA EM CIÊNCIA POLÍTICA?	89
Por:	CARLA PEREIRA SILVA	
6	AQUILO QUE CONFUNDE AO EXPLICAR	106
Por:	MARCUS PAULO LISBOA BARBOSA, LUIZA JARDIM	
7	QCA PARA INICIANTES: FUNDAMENTOS DA ANÁLISE COMPARATIVA QUALITATIVA	126
Por:	EDUARDO RYÔ TAMAKI, VIRGÍLIO MENDES ARAUJO	
8	RAZÕES E POSSIBILIDADES INFERENCIAIS PARA ESTUDOS DE CASO	147
Por:	FLÁVIO DA CUNHA REZENDE	
	RESENHAS/RECENSÃO	177
9	BUTLER, JUDITH. <i>A FORÇA DA NÃO VIOLÊNCIA</i> . 1. ED. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2021.	178
Por:	GEOVANE GESTEIRA SALES TORRES, MARIA LAÍS DOS SANTOS LEITE	

# APRESENTAÇÃO

## DOSSIÊ: MÉTODOS, METODOLOGIA DE PESQUISA, CONCEITO E APLICAÇÕES

# 1

---

Carta Convite ao(à) aspirante à pesquisador(a): metodologia em linguagem fácil

A experiência de lecionar metodologia nos ensina que a universidade ainda prepara muito pouco os alunos e alunas para o pensamento científico e, portanto, para o pensamento crítico. A lente do olhar metodológico deveria chegar muito antes de o estudante ingressar no mestrado ou no doutorado. Ela prepara a pessoa para um olhar crítico das informações que lhe chegam, você passa a desconfiar delas e a refletir sobre como se sai do senso comum e se constroem inferências válidas. E isso não é elementar. A dissonância cognitiva coletiva que assola o Brasil nos últimos anos é sintoma disso: cidadãos e cidadãs incapazes de identificar notícias falsas e informações fantasiosas divulgadas de má fé.

Nas últimas décadas, dentro das Ciências Sociais e, mais especificamente, da Ciência Política, tem se observado uma valorização da metodologia como um pilar da formação de pesquisadores e pesquisadoras, independentemente da linha de pesquisa. Quando o primeiro Programa de Mestrado em Ciência Política foi criado no Brasil na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1965 (SÁTYRO *et al.*, 2021), o grupo de jovens pesquisadores, ainda sem doutorado completo, não poderia imaginar o que seria a formação oferecida nos 61 programas de pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais espalhados por todo o país quase seis décadas depois. Esforços como o curso de férias de Métodos Quantitativos (famoso MQ) que começou a ser oferecido pelos Departamentos de Sociologia e de Ciência Política da UFMG (capitaneado pela professora Neuma Aguiar), ainda ao final da década de noventa, espalharam-se e se tornaram comuns e de altíssima qualidade pelo Brasil afora no campo da Ciência Política e das Relações Internacionais. Atualmente, praticamente todos os grandes programas de pós-graduação em Ciência Política oferecem versões distintas de cursos (seja de verão ou de inverno) de formação metodológica para além da estrutura curricular. Longa também foi

a caminhada para que pudéssemos ter uma Ciência Política internacionalizada com centros de pesquisa em todas as universidades, conversando e criando parcerias de pesquisa com todo o mundo, o que não seria possível sem uma sedimentação metodológica consolidada. No entanto ainda é preciso cuidar da formação em desenho de pesquisa, métodos e técnicas, da básica à avançada, oferecida aos nossos estudantes tanto de graduação quanto de pós-graduação.

Na última década, houve uma mudança substantiva na produção da área, e passamos a encontrar em periódicos nacionais artigos, em português, tratando de diversas técnicas e estratégias de cunho exclusivamente metodológico, das mais básicas às mais sofisticadas. Atualmente, se se realiza uma busca simples em uma base nacional de periódicos, em português, serão encontrados textos sobre metodologias de pesquisa com uma facilidade que não existia há duas, três décadas atrás. São trabalhos sobre o que é e como fazer, desde estudos de caso, rastreamento de processos, análise de conteúdo, análise de discurso à regressão com dados de painel e sobre epistemologias tradicionais e feministas. Ou seja, o rol de ofertas de trabalhos vai de abordagem qualitativa interpretativista à totalmente positivista, da etnografia política aos experimentos. Uma oferta inexistente para gerações anteriores.

E assim, aos poucos, a formação metodológica vai ganhando densidade também na graduação, deixando de ser prioritariamente matéria da pós-graduação *stricto sensu* como o era anteriormente. Esse Dossiê faz uma contribuição singular ao juntar alguns textos introdutórios que servem tanto para a graduação quanto para a pós-graduação. Aqui o leitor e a leitora encontrarão sete artigos, sendo seis originais, partindo de um método qualitativo interpretativista sobre como pensar metodologia em teoria dentro da Ciência Política, passando pelo de cunho qualitativo mais positivista e chegando a questões mais técnicas de como pensar e lidar com o problema da endogeneidade em pesquisa.

E foi no âmbito da sala de aula que esse Dossiê surgiu, resultado de preocupações de quem observa o cenário do ensino de metodologia em seus vários níveis e modalidades. Ele abre com um ensaio singelo de minha autoria com “**Dicas sobre como escrever projetos de pesquisa**” desenvolvido no âmbito da disciplina de Seminário de Dissertação no PPGCP-UFMG. O artigo visa a subsidiar aqueles que estejam, porventura, tendo de lidar com as dificuldades de escrever um projeto de pesquisa ou algumas coisas que vão além de como escrever um resumo para artigo. O trabalho parte de reflexões de

sala de aula e se propõe a contribuir para diminuir a lacuna de material que guie o aluno e que se proponha a responder questões, a começar de abordagens interpretativistas até perspectivas dedutivas. Ele também traz bastante exemplos de trabalhos de colegas que transitam em diferentes abordagens metodológicas. Os próximos cinco artigos também são consequência direta da sala de aula, neste caso são trabalhos finais da disciplina Metodologia I, portanto todos carregam a intenção de partir de uma linguagem acessível e a questões introdutórias.

No artigo “**Estudos de caso para a Ciência Política**”, Flora de P. G. H. Maia e Maria Clara de M. Maia trazem um artigo para iniciantes que parte de uma crítica à histórica contraposição simplista entre abordagens quantitativas e qualitativas que, em geral, deixa espaço para considerar estudo de caso como uma metodologia mais fraca. As autoras fazem um apanhado das potencialidades e das fraquezas características do estudo de caso, apresentando definições básicas e indicando situações de pesquisa em que o estudo de caso se encaixa melhor. Depois elas enfatizam a necessidade de haver rigor metodológico e trazem três exemplos de pesquisas em Ciência Política, que são estudos de caso com formas de operacionalização bem distintas.

João P. N. Gabriel e Fabiano da S. Pereira também estão preocupados com capacidade inferencial no artigo “**A validade das inferências causais produzidas pelo método *Process Tracing***”. Nesse caso, discorrem sobre as capacidades do método de rastreamento de processos em produzir explicações causais válidas. O artigo é organizado em três questões centrais: as características e potencialidades do método *Process Tracing*; as suas potencialidades na produção de inferências causais válidas; e, por fim, foca em testes empíricos que permitem maior alavancagem inferencial através do rastreamento de processos.

Em “**O que é uma boa teoria positiva em Ciência Política?**”, Carla P. Silva traz uma discussão sobre critérios previamente definidos para a crítica de teorias positivas dentro dessa área de conhecimento. A autora realiza um exercício analítico de ordenação de atributos desejáveis à construção do que se define como boa teoria. O trabalho mostra uma grande diversidade de critérios considerados desejáveis ao que se define como boa teoria, e informa que, dentre todos, somente a parcimônia está presente em todos os autores trabalhados.

Sem dúvida, um texto que ajudará àqueles que navegam entre arcabouços teóricos alternativos e corrente hegemônica.

Quebrando um tabu e transformando algo considerado difícil em uma linguagem acessível, Marcus P. L. Barbosa e Luiza Jardim contribuem com o texto “**Aquilo que confunde ao explicar: anotações introdutórias sobre endogeneidade**”. Nesse trabalho os autores introduzem o conceito da endogeneidade e os problemas relacionados às explicações causais, centrando a discussão em três problemas: erros em variáveis; variáveis omitidas e causalidade reversa; e em estratégias que endereçam tais problemas, além de trazerem alguns exemplos aplicados.

Em “**QCA para iniciantes: fundamentos da Análise Comparativa Qualitativa**”, Eduardo R. Tamakie Virgílio M. Araujo introduzem a Análise Comparativa Qualitativa — conhecida por sua sigla em inglês QCA — para estudos nas ciências sociais. Oferecem uma discussão conceitual do método comparativo referindo a QCA como centro do debate, as suas características e sua lógica de funcionamento. Em seguida apresentam as tipologias e suas três principais técnicas: *Crisp-Set QCA*, *Multivariate QCA* e *Fuzzy-Set QCA*. Com base em cada uma das tipologias, os autores apresentam a estratégia de inferência e validação para pesquisas de cunho comparativo.

Para reforçar o quanto é importante o conhecimento das potencialidades e da capacidade de construção de inferências válidas a partir dos estudos de caso, a editoria convidou o professor Flávio Rezende para reproduzir, no âmbito deste Dossiê, o seu artigo “**Razões e possibilidades inferenciais para estudos de caso**”, originalmente publicado pela *Revista Brasileira de Ciência Política*, em 2011. Nesse trabalho, Rezende se propõe a discutir em torno de quatro questões centrais para o autor: o status científico dos estudos de caso numa Ciência Política orientada a produzir inferências válidas; as justificativas para tais desenhos de pesquisa; a compreensão dos desenhos de pesquisa centrados em casos; e em critérios para que se possa gerar melhores estudos de caso. O autor sustenta que os estudos de caso continuam a desempenhar papel crucial na análise de políticas públicas.

A resenha de Geovane Gesteira Sales Torres e Maria Laís dos Santos Leite encerra esse número da Revista Conexão Política. Torres e Leite sumarizam o livro “A força da não violência” escrito por Judith Butler (2021).

A intenção foi de que este Dossiê soasse como uma Carta Convite aos iniciantes e corajosos alunos e alunas que desejam dar os primeiros passos para consolidar o pensamento científico. Você que aspira a ser pesquisador ou pesquisadora, venha conosco! Espero que encontre na linguagem desses textos, e no conteúdo, é claro, tranquilidade para aprender mais fácil alguns passos importantes para o mundo da pesquisa.

Saudações acadêmicas,

Teresina, julho de 2022.

Natália Sátyro

*Professora Associada do Departamento de Ciência  
Política da Universidade Federal de Minas Gerais.*

Raimundo Batista dos Santos Junior

*Coordenador do Programa de Pós-Graduação  
em Ciência Política da UFPI*

# Artigos

# DICAS SOBRE COMO ESCREVER PROJETOS DE PESQUISA\*

# 2

Natália Sátyro<sup>†</sup>

---

**Resumo:** O artigo oferece orientações de como se escrever um projeto de pesquisa com regras e dicas que abarcam interesses desde aqueles que escrevem a partir de uma perspectiva qualitativa-interpretativista até estudos positivistas guiados por uma abordagem teórico-dedutiva, tentando jogar luzes nas variações desse espectro. O leitor e a leitora encontrarão dicas de diferentes paradigmas epistemológicos e uma discussão sobre o que se deve conter na introdução, na justificativa, na metodologia, na ancoragem teórica, e assim por diante. Trata-se de um ensaio com uma linguagem pessoal que aporta exemplos de trabalhos distintos para ilustrar e dar maiores chances do leitor e da leitora se encontrarem em suas dúvidas sobre o que deve conter em cada item. No decorrer do texto, os leitores vão aprendendo a diferenciar o seu objeto de seu objetivo, recebem dicas para refinar sua pergunta de pesquisa, a depender da abordagem de interesse. As leitoras vão se familiarizando com as possibilidades que moram em cada um dos itens e refletindo sobre as variações.

**Palavras-chave:** Projeto de pesquisa. Metodologia. Desenho de pesquisa. Tese. Dissertação. Redação.

Tips on writing research projects

**Abstract:** The article offers guidelines on how to write a research project with rules and tips that cover interests from those who write from a qualitative-interpretative perspective to positivist studies guided by a theoretical-deductive approach, trying to shed light on the variations of this spectrum. The reader will find hints of different epistemological paradigms and a discussion about what should be contained in the introduction, justification, methodology, theoretical anchoring, and so on. It is an essay with personal language that provides examples of different works to illustrate and give the reader greater chances of meeting their doubts about what should be contained in each item. Throughout the text, readers will learn to differentiate their object from their objective, and receive tips to refine their research question depending on the approach of interest. The readers become familiar with the possibilities that reside in each of the items and reflect on the variations.

---

\* Esse texto foi escrito por ocasião da disciplina Seminário de Dissertação do PPGCP-UFMG, no ano de 2022, ao que agradeço a todos, os alunos e alunas, pelas perguntas, dúvidas e questionamentos, que foram a inspiração. Agradeço também, imensamente, ao colega Cristiano dos Santos Rodrigues pela troca riquíssima e pelo tempo despendido. Ele me deu uma série de dicas e sugestões para a parte qualitativa, frases inteiras e sugestões de bibliografia. Ao colega Ricardo Fabrino Mendonça também agradeço pelas dicas na parte do uso da literatura e por sugestões importantes para a abordagem qualitativo-interpretativo. Competentes e generosos, de fato. A responsabilidade por tudo aqui é minha, mas sem as dicas dele essa parte ficaria bem menos interessante. Agradeço também aos colegas Ana Paula Karruz, André Marenco, Gabriela Lotta e Ricardo Fabrino pelo material enviado que está no corpo do texto.

<sup>†</sup> Natália Sátyro é professora associada do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7298-342X>

**Keywords:** Research project. Methodology. Research design. Thesis. Dissertation. Essay

## 1 INTRODUÇÃO: APRESENTAÇÃO DE UM ENSAIO

Escrever um projeto é sempre um desafio, principalmente, para quem está no processo de aprendizagem e de formação acadêmica ou profissional. Ofereço aqui uma série de ferramentas que espero serem úteis nessa caminhada. A falta de clareza de como fazer seu projeto, faz, frequentemente, de um lado, que boas ideias fiquem pelo caminho, não germinem ou não consigam alcançar o potencial original que apresentavam, de outro lado, que ideias ainda em gestação possam ser desenvolvidas e alcancarem potencial para além do esperado em um primeiro momento.

Primeiro, se você ainda não fez uma revisão da literatura que envolve o seu problema, nem se esforçou o suficiente para conhecer bem os debates, os autores, então, precisa fazê-lo, isso é premissa; segundo, se você ainda não domina o seu objeto de pesquisa, se não “sabe tudo” sobre ele, então, precisa fazê-lo, isso também é premissa. De uma forma ou de outra, muitas vezes a dificuldade de refinar a sua proposta é a ausência desse conhecimento básico, as ideias não brotam por geração espontânea, elas veem de um acúmulo de leitura, portanto, bora lá adensar isso, solte o celular e mergulhe nos textos. Ah! Sim, objeto é diferente de objetivo. Pense bem: se você ainda não conhece minimamente o campo, será mais difícil achar o seu problema.

### 1.1 *Onde você se encontra em relação aos diferentes paradigmas?*

É importante saber diferenciar os diversos paradigmas existentes e aquele sobre o qual você está desenvolvendo a sua pesquisa. Saber, de fato, a natureza das questões que lhe afligem e do fenômeno que você tem interesse em estudar e aprofundar seu conhecimento. Do que estamos falando? Trago aqui um resumo que dá uma noção do emaranhado que é a discussão entre diferentes premissas ontológicas, epistemológicas, axiológicas, retóricas e metodológicas. Procure saber mais sobre aquela que mais lhe interessa, mas lembre-se que um bom pesquisador sabe também sobre as outras perspectivas, nem que seja para discordar.

QUADRO 1 Premissas dos Paradigmas da Pesquisa Quantitativa e Qualitativa

Premissas	Questões	Quantitativo	Qualitativo
Premissa ontológica	Qual é a natureza da realidade?	Realidade é objetiva e singular, independente do pesquisador.	Realidade é subjetiva e múltipla, a depender de como é vista por cada um dos participantes do estudo.
Premissa epistemológica	Qual deve ser a relação do pesquisador com o seu objeto de pesquisa?	Pesquisador é independente do seu objeto de estudo, independente de ser humano ou coisa.	Pesquisador interage com o seu objeto de estudo, independente de ser humano ou coisa.
Premissa axiológica	Qual é o papel dos valores?	Olhar livre de valores e de vieses.	Os valores alteram e influenciam e enviesam o olhar.
Premissa retórica	Qual a linguagem da pesquisa?	Formal. Baseada em um conjunto de definições. Voz impessoal; uso aceitável de palavras quantitativas.	Informal. Envolve decisões subjetivas. Voz pessoal. É aceitável o uso de palavras qualitativas.
Premissa metodológica	O que é o processo de pesquisa?	Processo dedutivo. Causa ou efeito. Generalizações conduzindo a predições, explicações e entendimento. Preocupação com validade e confiabilidade: acurácia. Tem que ser replicável.	Processo indutivo. Fatores se moldando simultaneamente. Categorias analíticas emergindo a partir do estudo. Procura de padrões e teorias a serem desenvolvidas a partir de tais padrões. Preocupação com validade e confiabilidade: acurácia tem de ser replicável, caso seja possível.

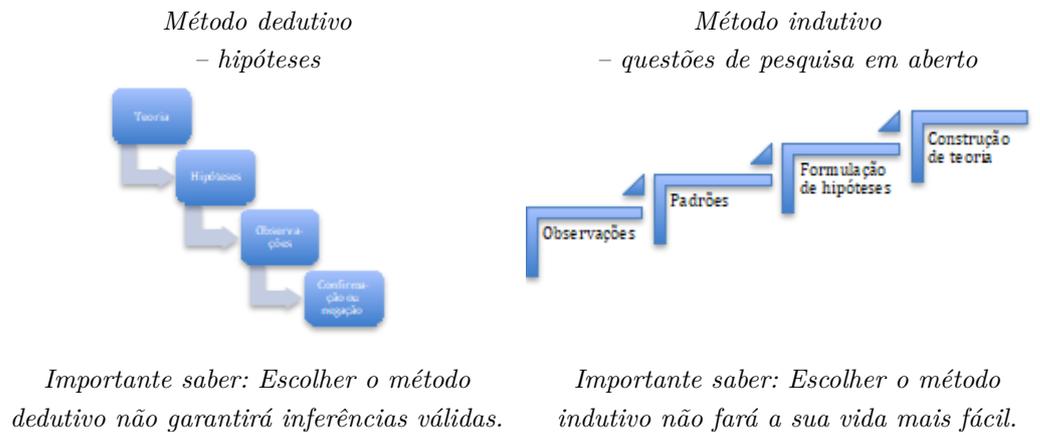
Fonte: Adaptado de Creswell (1994:5, tradução livre).

É claro que essas ancoragens gerarão trabalhos muito diferentes, pois se propõem a perguntas muito distintas também. De maneira muito breve, é importante que você saiba se está partindo de um problema, um argumento ou um fenômeno que lhe exija uma abordagem dedutiva ou indutiva de pesquisa, pois cada um deles lhe abrirá um mundo de possibilidades. Mas aviso: não é o fato de que você precisa fazer entrevistas ou análise documental que seu trabalho é intrinsecamente indutivo. Menos ainda o fato de usar dados numéricos faz do seu trabalho algo quantitativo ou dedutivo.

Seu mundo se guia por hipóteses e pela confirmação de grandes tendências ou teorias ou seria pela necessidade de adensar o conhecimento sobre processos e mecanismos internos (ou externos) sobre fenômenos pouco conhecidos ou questões ainda muito abertas que precisam ser melhor entendidas? Uma

forma gráfica de pensar sobre isso está dada pela figura a seguir, em que você encontrará similares em vários manuais de metodologia.

FIGURA 1 Diagramas dos métodos dedutivo e indutivo



Fonte: Elaboração própria.

Há aqueles amantes dos métodos quantitativos que acham que, ao aprender uma regressão (econometria, não a vidas passadas), todos os problemas estarão resolvidos; farão trabalhos rasteiros. E há aqueles avessos a isso, que sabem que querem uma abordagem de natureza mais densa — qualitativa e/ou interpretativa —, mas que não estudaram o suficiente sobre técnicas e desenhos de pesquisa; farão trabalhos rasteiros. O que os dois precisam entender é que necessitam convencer a comunidade científica pelo desenho, pelas evidências observáveis, pelas inferências válidas e não pela empatia ao objeto ou por um gráfico bonito, apenas.

## 1.2 Validade, confiabilidade e replicabilidade

Uma boa pesquisa assenta-se em inferências válidas. Para ser capaz de elaborá-las, é preciso entender o que é validade, confiabilidade e replicabilidade. Para entender melhor sobre isso, sugiro a leitura do King, Keohane e Verba (1994) (KKV para os íntimos) para os quantitativistas e do Kirk e Miller (1989) para o qualitativistas. Basicamente, é preciso saber que um dado, uma coleta, uma evidência observável confiável é aquela que, se repetida, se coletada, seja pela mesma pessoa, seja por outra pesquisadora, sairá a mesma coisa sempre (isso

é confiabilidade), mesmo que ela (a informação) esteja errada (ou seja, não válida). Exemplifico: a balança da farmácia perto da minha casa me agrada muito, ela sempre me dá o mesmo peso, ela é confiável. No entanto ela marca 5 quilos a menos, ou seja, não é válida, mas é confiável. A ideia de validade é sobre a melhor medida para mostrar o que eu quero estudar, ou seja, quanto mais próxima a evidência for do meu conceito, fenômeno, fator, mais válida ela será. Por isso a balança não é válida, porque não me mostra o meu peso verdadeiro. Por fim, a ciência deve produzir resultados replicáveis exatamente para não simplesmente confiarmos nas pessoas, mas no método e na possibilidade de checagem dos achados. Portanto há que se ter transparência dos passos percorridos, de forma que qualquer interessado possa replicar e achar os mesmos resultados.

### 1.3 *Perguntas que você deve ter em mente antes de começar a escrever*

Sua pesquisa é descritiva, explicativa ou tem natureza prescritiva? Qual é o recorte temporal que seu problema de pesquisa lhe impõe? Qual é o recorte espacial? Ou mesmo qual é o recorte geográfico ou geopolítico de sua pesquisa? Seu foco é algum processo ou seu foco são os efeitos de terminados processos ou fenômenos? Ou são as causas? Você sabe que há diferentes tipos de causalidade? Quais os mecanismos causais? Quão geral deve ser a sua descrição para que atenda aos seus objetivos? Qual a sua unidade de análise? Não, não! Não é preciso responder a todas. Às vezes uma resposta dessa elimina outras perguntas, mas sempre criará novas. Saiba: uma boa descritiva é melhor do que uma explicativa capenga.

Nesse percurso investigativo, quais as dimensões do processo a ser analisado que são importantes em sua análise? Quais os mecanismos internos do processo que você quer analisar? Como se dão os elos entre seus fatores, atores ou dimensões analíticas? Ou você não está interessado nisso; só nas grandes tendências?

Nesse plano de pesquisa, você estará testando uma teoria ou criando uma teoria? Quais são as hipóteses rivais que são plausíveis para o seu objeto de estudo? O que é uma falácia da afirmação do conseqüente (HEMPEL, 1981)? E em que saber sobre ela nos ajuda no desenho de pesquisa? Por que a falácia da afirmação do conseqüente é dedutivamente não válida? Como se dá o exercício da falsificação?

Ainda nessas indagações, qual é o fenômeno que você quer explicar, analisar? Quais são os fatores ou fenômenos que explicam, relacionam-se, interagem com o seu fenômeno de interesse? Quais são fatores ou fenômenos que são intervenientes nesse processo? Existem fatores que se relacionam, mas não são causais e mesmo assim devem ser considerados?

Comece diferenciando seu objeto de pesquisa de seu objetivo de pesquisa. Não restrinja a sua pesquisa ao objeto, eleve-o a uma classe de eventos; assim você conseguirá ir além do seu objeto sem se perder dele, mas conversando com a literatura da área. Refraseando essa ideia: restrinja a sua pesquisa empírica ao seu objeto, mas a sua discussão deve ser feita a partir de seu objeto, mas visando à classe de eventos à qual ele pertence, mesmo que seu trabalho seja de cunho qualitativo. Adquira densidade de conhecimento sobre o seu objeto e sobre o seu objetivo de pesquisa. Como assim, professora? Não elabore sua pergunta de pesquisa sobre um conselho, mas sobre participação (o conselho a ser estudado é o seu objeto, mas participação é a classe de eventos), não faça sobre um partido, mas sobre partidos (o partido a ser estudado é o seu objeto e lhe permitirá falar sobre partidos de forma geral), não faça sobre uma política específica, mas sobre políticas públicas (a política que você escolheu é o seu objeto de pesquisa . . .), e assim por diante. Dahl (2005) só conseguiu escrever *Poliarquia* porque seu estudo (*Who Governs?*) não se tratava de New Haven, mas sobre como se dá o jogo de construção de consensos. Ou seja, ele não virou especialista em New Haven, afinal não é disso que se tratava.

#### 1.4 *Você já desenhou suas ideias?*

Se ainda não desenhou suas ideias, faça isso agora! É imperativo. Você verá como é difícil. Coloque-as em um diagrama. E você verá que precisará de meses até conseguir a figura certa, pois isso é um processo.

Já fez esse exercício proposto acima? Respondendo aquela montoeira de perguntas? A propósito, Dante colocou a famosa inscrição no portão de seu inferno: “abandone toda esperança aquele que por aqui entrar” (*Divina Comédia*). Eu sugiro que, ao entrar pelo portão do trabalho acadêmico, você escolha um objeto, uma teoria, um fenômeno pelo qual você tenha muito interesse, muito mesmo, e saiba que estará abandonando a sua paz. Portanto garanta

tesão pelo que você quer fazer; se não tesão, pelo menos o gozo psíquico. É disso que se trata, mas a sua paz cairá por terra.

## 2 OS COMPONENTES DE UM PROJETO

Um projeto tem de ter uma *introdução* que apresente o tema, seus recortes, seus dados, sua pergunta de pesquisa e seu objetivo central. É preciso ter também uma *justificativa* que, afinal, valha o esforço e o investimento, principalmente se for com dinheiro público. Terá de ter o que alguns chamarão de *marco teórico* ou revisão da literatura (quase morro com a pobreza desse nome!). Eu prefiro chamar de *ancoragem teórica específica* para que você tenha uma pista de que é para trazer apenas o que interessa ao seu argumento e não toda a história da literatura da área. A parte de *metodologia* é uma das mais importantes, pois será onde você apresentará o seu desenho de pesquisa, ou seja, as estratégias metodológicas e as técnicas a serem utilizadas. Concordo com Nicolau (2013), ao dizer que, em geral, é a parte mais frágil. Caso você vá passar por uma banca, então é bom ter um *cronograma* e, bem opcionalmente, um primeiro esboço dos capítulos (passos, derivação do que alguns chamam de objetivos específicos), mas não é obrigatório. Por fim, é preciso ter as *referências bibliográficas*.

### 2.1 Introdução

Os formatos mudarão, considerando as diferentes premissas e abordagens. O formato mudará em alguma medida, a depender da sua pergunta, do seu objeto, da forma como você enquadra seu problema. Se estamos falando de um trabalho que será descritivo, explicativo ou preditivo. Se será, se será. . . Sim, será! Organize-se!

Apesar do que será mostrado de agora em diante, eu, particularmente, gosto de projetos que, no primeiro parágrafo, já trazem a sua pergunta de pesquisa, já situam o leitor logo de início. Mas o mais comum é que a pergunta ou o objetivo fique(m) ao final da introdução. Mas, isso é uma questão de estilo. O que não pode é fazer com que o leitor tenha de deduzir o que você quer. Há de ser objetivo no que se refere ao seu objetivo.

Creswell<sup>1</sup> (1994) sugere para um estudo dedutivo que este apresente uma 1) Introdução, que contenha: a) contexto (declaração do problema), b) propósito do estudo, c) questões de pesquisa ou objetivos ou hipóteses, d) perspectiva teórica, e) definição de termos centrais, f) delimitação e limitações do estudo e g) significância do estudo; uma 2) Revisão da literatura; os 3) Métodos, que citem: a) desenho de pesquisa, b) amostra, população ou indivíduos, pessoas, c) instrumentação e materiais, d) variáveis do estudo e e) análise de dados; e ainda os 4) Apêndices: sobre os instrumentos, quando for o caso. Pense bem: um banco de dados, por si só, não lhe dá uma boa tese ou dissertação; é preciso ter boa teoria.

Para um estudo qualitativo<sup>2</sup>, o autor define uma 1) Introdução, que inclua: a) declaração do problema (prefiro definição/delimitação do problema), b) propósito do estudo, c) significado do estudo, d) definições, pressupostos, limitações, e) teses/argumentos/hipóteses, delimitação, questões da pesquisa (não tautológicas, por gentileza), e f) um grande circuito de questões e sub-questões; uma 2) Revisão da literatura, que aborde: a) pirâmide invertida — do geral para o específico, b) contextual: principais teorias sobre o tema (os cânones), c) detalhamento: trabalhos organizados por tópicos, ideias — categorias analíticas, e d) diálogo crítico: como suas questões de pesquisa dialogam, aprimoram, criticam e/ou expandem a literatura sobre o tema; os 3) Métodos, em que haja: a) desenho da pesquisa e reflexividade do pesquisador, b) instrumentos de pesquisa e critérios para seleção dos dados, c) procedimentos de coleta de dados, d) procedimentos de análise de dados, e) verificação de métodos, f) viabilidade/exequibilidade, g) limitações metodológicas e analíticas, e h) questões éticas; e os 4) Resultados do estudo e suas relações com e para teoria e para o conhecimento do campo.

Um grande erro dos trabalhos qualitativos é dissociar a apresentação dos resultados da revisão de literatura. Não faça isso. Os resultados não são produto de geração espontânea e precisam ser apresentados à luz do que a teoria

---

<sup>1</sup> O livro “Research design: Qualitative and quantitative approach”, de John Ward Creswell, e suas versões modificadas (inclusive no nome) têm muitas edições, inclusive em português, já em parceria com David Creswell. Procure-o.

<sup>2</sup> Aqui eu faço uma junção livre, e sem permissão, de duas possibilidades que Creswell traz (1994, p. 13–14) e depois ainda mudo várias coisas. Portanto o trabalho dele foi uma referência, mas o que está posto vem com muitas modificações.

já consolidou a respeito deles. A partir daí é possível avançar teoricamente, criticar as lacunas e avançar/aprimorar o campo.

Pense bem, repito: o fato de você usar técnicas qualitativas não significa que seu trabalho seja indutivo. E também: o fato de você se basear em um paradigma que foca em subjetividades não implica que você não tenha que provar que suas inferências sejam válidas. Sobre isso, veja o texto de Kirk e Miller (1986) sobre validade e confiabilidade em pesquisas qualitativas.

Eu sugiro que a Introdução tenha, de forma geral: 1) *Tema*; 2) *Problema* ou *objetivo*: daqui sairão pergunta(s), ou é desejável que saiam. Haverá os que entendem que problema é mais amplo que o objetivo, ou seja, este último estará dentro do que é tido como problema. É como se ele, o objetivo, derivasse do problema, por isso estão ligados. Outras considerarão tudo a mesma coisa; depende mais do estilo da escrita. Mas as duas coisas estão valendo, desde que você mostre à leitora que tem consciência das duas coisas; 3) *Objeto*: aquilo que você vai estudar para atingir o seu objetivo (é preciso saber diferenciar o fenômeno de interesse e sua classe de eventos), ou seja, o fenômeno que você estudará; 4) *Justificativa*: aqui precisa haver uma ação: contribuir para, preencher tal lacuna etc.; 5) talvez a *Unidade de análise*, mas ela pode ficar para a metodologia também; 6) *Amostra* (e justificativa da amostra, mas ela pode ficar para a metodologia também; 7) *Background conceitual e conceitos sistematizados* (mas eles podem ficar na ancoragem teórica, e nesse caso ela deve ter nome de ancoragem teórica e conceitual). Neste último item, faça referência direta ao texto de Adcock e Collier, 2001.

### 2.1.1 *Mas, professora, como delimito meu problema, meu objetivo?*

É preciso separar, identificar seu objeto de interesse do seu fenômeno de interesse, como dito acima. Ou seja, tentar escrever em função da classe de eventos a que ele (o objeto) pertence. Dessa forma, a pergunta não ficará restrita ao objeto, mas será mais abstrata que ele. E aí você, em algum lugar, terá de mostrar por que estudar esse objeto ajuda no seu objetivo e (alguém perguntará) por que não outro.

Em geral, na apresentação do problema ou do objetivo, aparecerá mais de um fenômeno, o de interesse e outro, ou outros, que o determinam, caracterizam, que são consequência, que conformam etc. Em algum lugar você terá de

conceituar todos os vocábulos que são centrais<sup>3</sup>. Mas, atenha-se a sua pergunta. Primeiro, tente reduzir a sua ideia a perguntas mais básicas possíveis, do tipo:

— Qual (quais) o(s) determinante(s) de meu fenômeno de interesse?

Lembre-se que não é o que você pensa, mas os determinantes que são apontados pela literatura. Para cada determinante, em um determinado momento do texto, você terá de trazer os autores que defendem isso e em que direção. Por hora apenas tente refinar isso.

— Como se dá o processo (ou os mecanismos causais que levam a isso ou àquilo) de meu fenômeno de interesse? Quais os fatores que influenciam nesse processo?

Dado esse primeiro passo, que lhe obrigará a ter uma meia dúzia de autores que sustentem cada um dos fatores determinantes, você poderá fazer uma pergunta ou o seu objetivo central a partir de uma redação mais elaborada. Veja-se:

— Se, e em que condições, fator 1 e fator 2 determinam o meu fenômeno de interesse?

Mas, lembre-se: se o seu objetivo é fazer um estudo exploratório, muito provavelmente a pergunta será:

— Se, e em que condições, meu fenômeno acontece?

Ou simplesmente:

— Como se dá tal processo quando isso ou aquilo está posto e quando está ausente o seu isso ou aquilo?

Ele (objetivo) ou ela (pergunta) tem de ter pelo menos dois fenômenos, um ou mais interferindo em um fenômeno específico quando se trata de um trabalho que se pretende explicativo ou para descritivas que não têm base interpretativa intrínseca. De preferência já apontando em uma determinada

---

<sup>3</sup> Quando chegar ao final desse texto, na parte dos resumos, faça o exercício e identifique essas partes nos resumos e reflita sobre as variações e ausências.

direção, aumentando ou diminuindo, seja a partir de uma abordagem determinística ou probabilística. Atenção: no decorrer do texto, você terá acesso a pelos menos 8 exemplos. Então, tenha paciência; continue a leitura.

## 2.2 *Justificativa*

Se você não convencer que seu fenômeno é importante, interessante para além de seus interesses e paixões, você tem um problema. Principalmente se tiver de se deparar com uma banca ou se estiver pedindo algum financiamento. Há de ter alguma relevância teórica ou social (KKV) o que você se pretende. Isso é central. Um, dois parágrafos.

Comece enfatizando uma entrega que você fará para a literatura, ou seja, uma ação que contribuirá para um determinado debate. Não deixe que o leitor tenha que inferir no que é importante dentro daquilo que você está trazendo: ao contribuir com a análise disso ou daquilo em uma perspectiva x ou y, esse estudo contribuirá com uma área ainda incipiente?, com a produção sobre uma questão social central para a democracia?, com o conhecimento sobre os impactos do mercado de trabalho na diminuição da desigualdade de renda? Você saberá a “pegada” que o seu fenômeno traz e, portanto, a sua contribuição.

Uma vez que tudo isso dito nesses dois últimos itens (2.1 e 2.2) é muito abstrato, pedi a uns colegas que me cedessem e permitissem a publicação de parte de seus projetos de pesquisa para ter como exemplificar. Seguem aqui trabalhos que têm uma abordagem quantitativa e qualitativa. Agradeço imensamente a cada um deles que serão devidamente referenciados abaixo.

QUADRO 2A Exemplo 1: Gabriela Lotta —  
Projeto submetido à Fapesp (aprovado) — 2022

**Tema** : implementação de políticas sociais e desigualdades de tratamento.

**Objetivo** : Esta pesquisa tem como objetivo analisar como ocorrem e o que influencia os processos de categorização operados pelos burocratas de nível de rua na interação com usuários e seus potenciais efeitos em desigualdade de tratamento em contextos de políticas universais e altas desigualdades sociais. Para tanto, analisamos, neste projeto, como burocratas de diferentes políticas (saúde, assistência e educação) que atuam em territórios de alta desigualdade categorizam tipos de usuários, definindo quem deve receber o que, e quais as repercussões desta categorização em tratamentos desiguais.

**Justificativa** : A teoria de burocracia de nível de rua (street-level bureaucracy, BNR) argumenta que a qualidade das políticas é impactada pelos encontros entre o cidadão e o Estado que provêm um lugar privilegiado para os cidadãos interagirem com as políticas (Lipsky, 2010; Soss et al., 2011). Esta interação pode ser um lugar para redução ou reprodução das desigualdades não apenas pela entrega do serviço, mas também pelas categorizações e formas de interação realizadas pelos burocratas de nível de rua (Dubois, 1999; Lotta & Pires, 2019; Pires, 2019). A teoria de BNR considera que indivíduos que realizam provisão de serviços públicos enfrentam diversos conflitos gerenciais, profissionais e éticos que vivenciam como condições de pressão no trabalho (Lipsky, 1980; Hupe & Hill, 2007; Tummers et al. 2015). O sucesso na provisão de serviços depende dos profissionais e da sua capacidade de tomar decisões em interações concretas, o que requer uma combinação entre acesso a métodos de trabalho, experiência profissional, parceria com os cidadãos e reflexão profissional (Wambold, 2015; Abbott, 1988: 44). Mas estes indivíduos operam tanto em organizações concretas como inseridos em contextos sociais mais amplos que influenciam também a maneira como interpretam as situações que encontram e tomam decisões alocativas (Pollitt, 2013; Dubois, 2010; Schneider & Ingram, 1997). Políticas são materializadas em encontros específicos nos quais os burocratas de nível de rua tomam decisões baseadas em instituições morais, legais e normativas em interações sociais com usuários (Scott, 2014).

Maynard-Moody e Musheno (2003) apontam que os burocratas não se veem como executores de regras nem como profissionais do Estado. Eles se veem como pessoas que trabalham para os cidadãos (*citizen agentes*), e descrevem sua ação como “realizar julgamentos e tomar decisões sobre as situações que encontram” (Maynard-Moodye & Musheno, 2003). Sua função não é, portanto, executar regras, mas sim definir, a partir de cada situação que vivenciam, “qual o jeito certo de fazer coisas considerando o que é possível ser feito”. Isso porque as regras definem apenas teoricamente o que seria o jeito certo, mas no cotidiano se deparam com tensões entre as regras e a situação real, que os leva a terem que negociar qual é o jeito certo. Esse processo de negociação e de reinterpretação de regras, por sua vez, se dá a partir de julgamentos normativos sobre a realidade. Assim, apontam Harrits e Møller (2013), a função central dos BNR é realizar julgamentos rotineiros a respeito das situações que encontram e, a partir deles, encaminhar os usuários para diferentes serviços ou bens sociais. A teoria mostra que estes julgamentos, assim como as decisões tomadas pelos BNR, não são idiossincráticos e individualizados, mas são sim baseados em padrões mais abrangentes, reflexo das múltiplas inserções destes burocratas em coletivos tanto organizacionais como sociais (Maynard-Moody & Musheno, 2003).

QUADRO 2B Exemplo 1: Gabriela Lotta —  
Projeto submetido à Fapesp (aprovado) — 2022

Os julgamentos são, ao mesmo tempo, baseados em normas sociais do que é aceitável, nos critérios técnicos disseminados pelas políticas e em outros fatores que perpassam as inserções sociais e organizacionais destes burocratas (Maynard-Moody & Musheno, 2012). Os burocratas identificam e categorizam as situações baseados em observações implícitas, impressões e sensações que possuem sobre o mundo e sobre as situações, sobre as quais muitas vezes prevalecem o senso comum, estereótipos e preconceitos (Harrits & Møller, 2013; Harrits, 2019). Para categorizar situações, eles mobilizam concepções adquiridas em sua vida social e que se transformam em percepções sobre o que é ou não aceitável e, portanto, sobre quais situações têm mais ou menos merecimento (Pires & Lotta, 2019). Constroem, assim, critérios de elegibilidade definindo “quem deve receber o que e por que” (Oorschot, 2006). Os BNR são atores engajados na construção social do merecimento das políticas públicas e este merecimento se define com base em distintos critérios, como, o status social dos usuários, suas características e a motivação e engajamento deles em relação as políticas (Schneider & Ingram, 2005; Tummers, 2017; Møller and Stone, 2013). Assim, a partir dos julgamentos e categorizações exercidos pelos BNR, eles constroem a ideia de que certos perfis de usuários são moralmente superiores e mais merecedores do que outros (Tummers, 2017). E é nessa perspectiva que o momento da implementação se torna um potencial locus de reprodução ou redução de desigualdades sociais. Apesar do acúmulo desta literatura em mostrar como os BNR categorizam usuários e como esta categorização afeta a entrega dos serviços, essa literatura foi toda desenvolvida em países do norte global, marcados por democracias liberais, com estados de bem estar social bem estruturados (como Dinamarca, por exemplo), ou em contextos onde as políticas sociais são altamente focalizadas e não universais (como EUA, por exemplo). Não há estudos sistemáticos analisando como se dá, o que influencia e quais as consequências da operação de categorizações em contextos políticos universais e alta desigualdade, como é o caso do Brasil. Partimos, portanto, aqui das recomendações da literatura de olhar de maneira mais aprofundada os lugares onde as categorizações acontecem e onde as interações são operadas (Wagenaar, 2004; Goffman, 1967) para propor uma análise micro situada em um contexto macro para entender a atuação destes burocratas.

---

**Fonte:** Texto inteiro de Gabriela Lotta oriundo de projeto submetido e aprovado pela Fapesp em 2022, gentilmente cedido pela pesquisadora para este texto.

QUADRO 3 Exemplo 2: André Marengo — Projeto  
submetido ao PQ-CNPq (aprovado) — 2022

**Tema** : Capacidade estatal nos municípios brasileiros.

**Objetivo** : Busca-se examinar em que medida transferência de receitas, responsabilidades e autoridade política e administrativa para governos municipais, representou efetiva ampliação em sua capacidade estatal. A hipótese principal que orienta a investigação é de que maior profissionalização nas burocracias governamentais municipais amplia a capacidade para tributar e implementar políticas locais. Para isto será adotada definição restrita de capacidade estatal, utilizando a “escala weberiana” proposta por Evans & Rauch (1999) sua como medida. Para operacionalizá-la, será considerada a proporção de “estatutários com formação superior” entre servidores públicos nas 5,5 mil administrações municipais brasileiras. Como variáveis dependentes, serão utilizadas a (i) arrecadação de IPTU como proporção da receita municipal (ii) transferências voluntárias da União, e (iii) implementação de políticas e serviços municipais, como (a) Plano Diretor, (b) Lei de Zoneamento Urbano, (c) Lei de Parcelamento do Solo, (d) Lei de Operações Urbanas Consorciadas, (e) Lei de Contribuição de Melhorias Urbanas, (f) Conselho Municipal de Política Urbana.

**Fonte:** Texto inteiro de André Marengo oriundo de projeto de Bolsa de Produtividade em Pesquisa — CNPq — aprovado em 2022, gentilmente cedido pelo pesquisador para este texto.

QUADRO 4 Exemplo 3: Ana Paula Karruz —  
Projeto submetido à Fapemig (aprovado) — 2021

O projeto objetiva dimensionar o impacto de ações afirmativas de acesso e permanência na UFMG. A lei 12.711/2012 (Lei de Cotas) será revisada em 2022, daí a oportunidade do tema. Uma questão recorrente é se o maior ingresso de alunos oriundos da escola pública comprometeria a excelência acadêmica da instituição e o desempenho e permanência dos estudantes. Apesar da prolífera produção sobre o tema, nossa proposta se justifica pelas fragilidades da bibliografia existente, especialmente no que se refere aos desenhos metodológicos utilizados. Na UFMG, além da seleção para os cursos de graduação, pelo menos outros dois processos seletivos aplicam políticas afirmativas, tendo recebido bem menos atenção na literatura: a distribuição de bolsas de graduação (de monitoria, de iniciação científica etc.) e a admissão à pós-graduação. Em 2017, a UFMG aprovou a reserva de vagas para negros na pós-graduação stricto sensu. O percentual de reserva varia de 20% a 50%, sendo definido por decisão dos colegiados. Nesse contexto, propomos três questões: Há diferenças em desempenho acadêmico e evasão entre beneficiários da Lei de Cotas e ingressantes pela ampla concorrência? Em que medida o recebimento de bolsas de graduação afeta o desempenho e a permanência de cotistas e não cotistas? Em que medida as decisões descentralizadas sobre reserva de vagas na pós-graduação se correlacionam com atributos dos programas (prestígio, composição racial anterior etc.)? A estimação de impactos (questões 1–2) contrastará a trajetória de graduandos cotistas das várias modalidades de entrada e de não cotistas. Utilizaremos dados longitudinais, já disponibilizados, de registro acadêmico de todos os graduandos da UFMG (2005–2019). Aplicaremos uma abordagem baseada em comparações “na margem” de aprovação, considerando apenas os últimos ingressantes de cada modalidade. A análise documental dos editais de pós-graduação permitirá apurar percentuais de reserva e outros atributos das ofertas (questão 3).

**Fonte:** Texto inteiro de Ana Paula Karruz oriundo de projeto submetido e aprovado pela Fapemig em 2022, gentilmente cedido pela pesquisadora para este texto.

QUADRO 5 Exemplo 4: Ricardo Fabrino Mendonça —  
Artigo premiado, publicado na *Political Studies* — 2011

**Recognition and social esteem: a case study of the struggles of people affected by leprosy-post\_869 1..19 Ricardo Fabrino Mendonça**

This article aims to discuss the role of social esteem in the theory of recognition. It argues that the importance of esteem for self-realization should not be reduced to the affirmation of group identities. In order to support this argument, the article analyzes the struggles of former leprosy patients in Brazil, using data gathered from: (1) a newsletter published by the Movement for the Reintegration of People Affected by Hansen's Disease; and (2) twelve conversation groups conducted in former Brazilian leprosy colonies. The article analyzes the discursive ways through which these individuals sought esteem, which include the confrontation of stigma, the claim of contributing to the accomplishment of social goals and the demonstration of personal achievements. Supporting Honneth's conception of social esteem, the article has three major conclusions. The first one is that justice should not be restricted to the universal language of rights. The second one is that the distinction between struggles based on social contributions and struggles grounded on personal achievements is hard to be made empirically, and that it is misleading to derive direct consequences from different types of claim. Lastly, the third conclusion concerns the fruitfulness of operationalizing Honneth's abstract realms of recognition in empirical studies.

**Introduction**

Axel Honneth's work has led to a deep renewal of critical theory. His political philosophy is extremely innovative, as it re-conceives key concepts of the Frankfurt School, without giving up its quest for an inner-worldly instance of transcendence. In order to explain social struggles, processes of identity formation and the moral transformation of societies, Honneth has built a theory of justice grounded on the concept of recognition and steered by the idea of self-realization.

One of Honneth's significant contributions is the central role he attributes to social esteem in his theory of justice. According to him, the struggle for esteem is an important dimension of self-realization and, thus, a key element for the moral development of societies. For the German philosopher, the permanent attempt of presenting oneself as valuable and worthy of esteem helps to promote social bonds, fostering broad solidarity in complex societies.

The role of esteem for social justice is, nevertheless, highly controversial. Some scholars, such as Jürgen Habermas (1994), advocate that an expanded idea of rights would be enough to promote justice. Others fear that some demands for esteem may lead to harmful social competition (McBride, 2009; Seglow, 2009). There are still those who claim that esteem may reify collective identities, generating more oppression (Fraser, 2003; Markell, 2003).

This type of argument is based on the interpretation that struggles for esteem are battles for the positive reception of one's collective identity. Very often, recognition is taken as a synonym for identity politics, which seeks to attribute positive meaning to marginalized groups.

I claim, however, that this interpretation does not do justice to Honneth's notion of esteem. The importance of social esteem for self-realization should not be reduced to the idea of valuing group identities for their specific attributes. In order to support my argument, I analyze the struggles of people affected by leprosy. Obviously, former patients do not seek the appreciation of their disease, given that an illness cannot be seen as a cause for pride. Individuals who have had leprosy do not aim at promoting some sort of admiration for their shared attribute. And yet, esteem is a central dimension of their struggles.

The article is divided into two main parts. In the first, I will support a Honnethian definition of social esteem that does not reduce recognition to identity politics. I will also point out some controversies within Honneth's definition, drawing insights especially from Jonathan Seglow (2009). In the second part of the article, I will analyze how esteem permeates the struggles of people affected by leprosy in Brazil. This analysis is based on focus groups held in former Brazilian Hansen's disease colonies and in a newsletter published by Morhan (Movement for the Reintegration of People Affected by Hansen's Disease). The analysis reveals, first of all, that esteem is at the heart of what these individuals see as justice. It also reveals that there are several ways of struggling for esteem that do not aim at positively valuing an essentialized collective identity.

**Fonte:** Texto sugerido por Ricardo Fabrino Mendonça retirado de:  
Mendonça, R. F. (2011). Recognition and social esteem: a case study of the  
struggles of people affected by leprosy. *Political studies*, 59(4), 940-958.

### 2.3 *Ancoragem teórica específica*

*Marco teórico* ou revisão da literatura, repito: eu prefiro chamar de ancoragem teórica específica do seu argumento e não de toda a literatura da área. Aqui tratarei da importância de se ter um conceito operacionalizável nos termos de Adckok e Collier (2001), do lugar da teoria em projetos com paradigmas distintos, darei uma série de dicas do que não deve ser a sua ancoragem teórica, erros que são muito comuns nos projetos, farei uma breve discussão do uso da teoria em pesquisas de natureza qualitativa e, por fim, tento oferecer um resumo de como pensar hipóteses a partir dos diferentes paradigmas.

#### 2.3.1 *Background teórico e conceito sistematizado*

Primeiro, é preciso que você tenha e deixe claro os seus conceitos principais. Eu prefiro que isso esteja na introdução, mas, às vezes, se encaixa melhor num segundo momento do trabalho. Na maior parte das vezes, as pessoas discutem o background conceitual, entretanto não retiram dali um conceito sistematizado, passível de operacionalização (ADCKOK; COLLIER, 2001). É isso que você tem de fazer: leia Adckok e Collier (2001). Em geral isso cabe também na introdução do trabalho; assim você já situa o leitor. No entanto, se você não fez isso na introdução, aqui não poderá faltar.

Um fenômeno pode ter vários conceitos. O “bom” conceito é aquele que lhe ajudará a melhor definir a dimensão (ou as dimensões) que é (ou são) central para a sua pergunta. Por exemplo, o conceito de capacidade estatal pode ser entendido de diversas maneiras, uma vez que é, por natureza, multidimensional. Cingolani (2013) cita as dimensões mais centrais: a) coercitiva/militar; b) fiscal; c) administrativa/implementação; d) transformativa; e) relacional/cobertura territorial; f) legal; g) política (CINGOLANI, 2013, p. 27). Mas, a depender do fenômeno a ser estudado, o autor ou autora escolherá uma ou mais dessas dimensões para trabalhar.

Veja um recorte do texto de Sátyro e Cunha (2018):

As capacidades estatais variam no tempo e no espaço (Gomide, 2016) e funções diferentes do Estado demandam a mobilização de capacidades distintas — provisão de bem-estar social demanda habilidades diversas

daquelas requeridas para gerar superávit, por exemplo (Hanson e Sigman, 2011 apud Cingolani, 2013). A multidimensionalidade do conceito e sua relação com as diversas funções estatais ampliam sobremaneira seu alcance, o que é pouco útil para a análise (Weiss, 1999), fazendo com que um conceito amplo como este se constitua num background conceitual, sendo necessário optar por um conceito sistematizado, mais restrito, para que os estudos sejam operacionalizáveis (Adckok e Collier, 2001). Há autores que mostram como sua operacionalização tem sido mais difícil do que o robustecimento no âmbito conceitual (Enriquez e Centeno, 2012). Não se pode falar, portanto, de capacidade do Estado em geral, mas em arenas ou dimensões específicas desta capacidade (Weiss, 1999:4; Cárdenas et al., 2015). Aqui, optou-se por utilizar o conceito de capacidade estatal em duas dimensões: uma relacionada com a variável dependente e outra com os processos, os mecanismos (que são o nosso foco) para se chegar à primeira. Vejamos.

(...)

Defendemos que o estudo sobre capacidade estatal municipal, ou mesmo um conceito mais restrito como o de capacidade burocrática municipal, deve levar em conta a análise da capacidade transformativa do governo federal, entendida como seu potencial de mobilizar consentimento e de institucionalizar a cooperação, mas também a relação entre os entes federados. O termo “capacidade transformativa” foi inicialmente cunhado por Evans (1995) para explicar o papel dos Estados recém-industrializados em moldar mudanças estruturais, ocorridas na economia e na industrialização, e que favoreceram o desenvolvimento industrial. Esse conceito foi sendo aperfeiçoado posteriormente, pelo próprio autor, mas também por outros, como Weiss (1999). Concordamos com Evans (1995) e Weiss (1999), que defendem que o nível de intervenção do Estado por si só não é informativo de seu poder, mas sua capacidade transformativa o é (Cingolani, Thomsson e Crombrugge, 2013). (Sátyro e Cunha, 2018:365).

Então, se pergunte: qual é o background do seu fenômeno? Qual o conceito sistematizado você trouxe para o seu projeto? Lembre-se: ele precisa ser operacionalizável, ou seja, você precisa pensar também nas variáveis ou nas evidências observáveis que precisará para falar dele, portanto não adianta um

conceito muito abstrato que dificulte você pensar como trazer dados (quantitativos ou qualitativos) para corroborá-lo.

Concluindo, na introdução ou aqui, o leitor tem de saber sobre os principais conceitos que montam o seu problema de pesquisa. Não deixe que a banca tenha que perguntar o que você entende por algo que é central no seu trabalho.

### 2.3.2 Teoria, o seu lugar

É importante entender a centralidade da teoria em 100% dos trabalhos. Primeiro, o lugar dela vai ser diferente, a depender do seu fenômeno de interesse, mas ela tem de estar presente. Com base nela, você elaborará a sua hipótese ou os caminhos para entender os processos que pretende destrinchar, ou localizar o olhar naquilo que importa dentro do grupo que você estudará (caso você seja de uma abordagem mais interpretativista), ou entender melhor como indivíduos similares aos sujeitos que você pesquisa funcionam, respondem, refletem, carregam a sua subjetividade. É a teoria que lhe guia e clareia o caminho, mesmo que nele você encontre coisas que ela não havia postulado. Dessa forma, mesmo que você esteja pretendendo ir pelos caminhos fenomenológicos, etnográficos ou teoria baseada em dados, por exemplo, tem de dominar a literatura que lhe guiará por seu caminho. A ausência de teoria mostra apenas que você está perdido ou perdida, e provavelmente assim permanecerá.

#### QUADRO 6 Sugestões de Leitura

Leia:
PETERS, Guy. Capítulo: The role of theory. <i>In: PETERS, B. Guy. Comparative politics: theory and methods</i> . New York: NYU Press, 1998.
VAN EVERA, Stephen. Capítulo 1: Hypotheses, laws and theories: a user's guide. <i>In: VAN EVERA, Stephen. Guide to methods for students of political science</i> . Ithaca: Cornell University Press, 1997.
CRESWELL, John. Capítulo: The use of a theory. <i>In: CRESWELL, John. Research design: qualitative, quantitative, mixed methods approaches</i> . Lincoln: University of Nebraska-Lincoln, 2016. [Tem em português].
TOSHKOV, Dimiter. Capítulo 4: concepts and operationalization. <i>In: TOSHKOV, Dimiter. Research design in political science</i> . London: 2016. p. 83–106.

Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo: não é para contar a história do desenvolvimento daquela área, mas para trazer somente aquilo dentro do debate que dê suporte especificamente para os aspectos que você pretende desenvolver. Ou seja, é aquilo que sustenta, do ponto de vista teórico, os seus principais argumentos, suas hipóteses, as escolhas das categorias analíticas dos seus processos, de sua descritiva, de seus mecanismos causais, do desenvolvimento de sua teoria das ideias ou coisa que o valha. Desenhe. Sempre ajuda. Faça um diagrama. Ande, vá lá! Pegue o velho papel e caneta e esboce, antes de ir pra tela. Agora! Comece!

Sustente como os fatores de interesse se relacionam e em que direção, **dê a direção**, mesmo quando seu trabalho for descritivo. Se não for hipótese, e sim processos, ou mecanismos causais, como se espera que os componentes analíticos se relacionem idealmente? Se se está desenvolvendo uma teoria fundamentada em dados, e não partindo de uma, quais os conhecimentos prévios que guiam a escolha analítica? Nenhum conhecimento se produz no vácuo. Se se pretende estudar a história das ideias de algum campo, então como outros fizeram isso e com base em quê? Quais as categorias teórico-analíticas que guiam?

Terceiro, não é para empilhar autores, mas concatenar ideias trazidas por vários autores. No empilhamento, você coloca um conjunto de coisas de cada autor e quase sempre tem que contar sobre o referido autor mais do que interessa ao seu ponto. No concatenamento você vai pegando cada parte de cada autor e montando um mosaico de dimensões oriundas de diversos autores ou aspectos ou categorias analíticas que importam para o seu fenômeno de interesse. Assim, o texto fica mais eficiente e mais claro do ponto de vista de onde você quer chegar.

Quarto, raramente a sustentação de um argumento será boa se construída sobre um autor ou autora, por mais clássico que seja. É necessário mostrar o domínio mais amplo daquele ponto de seu debate; não de aspectos genéricos ou afins, mas das dimensões ou aspectos ou categorias analíticas que importam para o seu fenômeno de interesse. De alguma forma, é necessário que suas referências mostrem o debate recente do seu argumento na literatura, mesmo que ele seja clássico (e que você também tenha de citar os clássicos).

Quinto, se se tem mais de uma seção, como elas se inter-relacionam e em que cada uma delas lhe ajuda na construção do seu argumento? Reforço: por que e como cada uma lhe ajudará a responder a sua pergunta, o seu problema,

o seu objetivo? É necessário que isso seja dito no primeiro parágrafo de cada seção ou algo que o valha.

Qual é o padrão ouro? Que ao final desse item você seja capaz de retirar hipóteses dali, ou seja, seja capaz de mostrar como se espera que os seus fatores se relacionem e em que direção. Melhor dizendo, capaz de dizer claramente quais as categorias analíticas te guiarão na análise, caso ela seja de cunho indutivo, de fato.

### 2.3.3 *Repetindo: o que vale menos ou não vale?*

#### 1) Não vale empilhar.

O que seria empilhamento de autores? Um texto estruturado pelos autores e não pelas ideias, tipo:

- Segundo Fulano, e lá vai um parágrafo sobre o Fulano.
- Segundo Beltrana, e lá vai um parágrafo sobre o trabalho de Beltrana.
- De acordo com Cicrana, e lá vai outro parágrafo.  
É melhor “empilhar ideias”, concatenando-as. Assim:
- Fulano, ao discutir fenômeno “b”, relaciona-o a isso ou a aquilo. Beltrana agrega perspectiva diferente ao conceito quando acrescenta tais categorias analíticas com base em Cicrana. E por aí vai.

#### 2) Não vale uma revisão exaustiva do campo (estou dizendo no escopo do projeto), mas apenas o desenvolvimento dos argumentos relativos aos seus processos, categorias analíticas ou hipóteses. Ou seja, não vale:

- No princípio era o verbo. . .
- Em 1860 nasce uma discussão. . .
- O início dos estudos sobre políticas se deu nos primórdios. . .

É melhor já dar por entendido todo o estudo longitudinal ou histórico de seu fenômeno de interesse e ir direto ao ponto que faz sentido para

o seu estudo, baseada em uma literatura mais recente e nos clássicos, claro, mas não restrito a eles, se se trata de algo contemporâneo.

3) Tentativas vagas de mostrar um conhecimento sem mostrá-lo, de fato. Exemplos de expressões que retratam isso: “muitos autores”, “alguns autores”, “a literatura tem muitos exemplos”. A pergunta é:

- Muitos quais? Alguns? Cite-os.
- A literatura? Qual, é necessário dizer, né!!?? Apresente-me, por gentileza.

Isso implica que, para cada um desses, é necessário que venham as referências: muitos autores (CICRANO, 2021; FULANA, 2022), a literatura tem muitos exemplos (FULANO, 1912; BELTRANA, 2007; 2012; CICRANA, 2019; 2022).

#### 2.3.4 *O uso da literatura em quali.*

Estudos que têm uma abordagem mais positivista, normalmente têm menos dificuldades no posicionamento da literatura ou mesmo da teoria em um projeto de pesquisa, pois a literatura é mais assertiva em relação a isso. No entanto, em uma abordagem qualitativa, há menos treino disponível. Minha percepção, que pode estar errada, claro, é que, na maioria das vezes, isso é tratado como se as pessoas tivessem de aprender por geração espontânea. E sabemos que não é assim. Há vários manuais, livros interessantes e autores disponíveis. Eu indico fortemente o Creswell (1994), em suas várias versões e possibilidades, tanto quanto Mahoney e Rueschemeyer (2009), ou o excepcional livro de Barbara Geddes (2010), que faz reflexões tais como: como as questões que você escolhe afetam as respostas que você terá? Como os casos que você escolhe afetam as respostas que você terá? Como as evidências que você usa afetam as respostas que você terá? Parafraseando-a, a reflexão aqui deveria ser: como o conhecimento da literatura, suas lacunas e das categorias analíticas que você tem afetam as respostas que você terá?

As opções para a localização e uso da literatura e da teoria são várias para abordagem qualitativa. No entanto há que se entender que, dentro desse campo, há distinções muito grandes entre as perspectivas teórico-metodológicas. Eu separaria, grosso modo, os interpretativistas e os não interpretativistas —

que talvez sejam melhor categorizados como qualitativos-positivistas (ainda teriam os realistas, mas isso fica para outro paper). Há diferenças substantivas entre eles na forma como vão usar a literatura ou a teoria. Dentro da Ciência Política, são poucos os estudos que são completamente indutivos ou interpretativistas “puro-sangue”. Ou seja, se você estiver querendo fazer um estudo fenomenológico, ou um estudo baseado em história oral, ou mesmo um estudo utilizando etnografia-política, por exemplo, a sua embocadura a respeito de teoria e do uso da literatura será diferente dos estudos de caso ou dos estudos comparativos de n pequeno, não é possível tratá-los igualmente. Em geral, a abordagem será bem distinta dentro de cada um.

Em todos os estudos, é necessário apresentar um arcabouço conceitual do problema em questão. E o lugar teórico não pode ser confundido com a contextualização do fenômeno. São coisas distintas e cada uma tem o seu lugar. O uso da literatura deve ir além do arcabouço conceitual, deve servir para fornecer categorias analíticas que serão base para entrar em campo, para comparar ou contrastar os achados com o que já há na literatura.

Por um lado, as abordagens qualitativas-positivistas (que aqui chamo livremente de não interpretativistas) que querem estudar objetos ainda não estudados, mas que possuem aportes estruturados na literatura deverão se guiar do que a literatura afim já desenvolveu. Sátyro e Cunha (2019) analisam a percepção de técnicos e gestores municipais da assistência social quanto aos fatores problemáticos na implementação da política utilizando-se princípios e diretrizes de *ground theory*. Mesmo assim, as autoras utilizaram de conhecimento sobre implementação e seus entraves para realizar as entrevistas em profundidade. Afinal, até mesmo para entender do que os técnicos e gestores municipais estavam falando, as pesquisadoras necessitavam de conhecimento sobre o campo. Portanto, mesmo que elas não tivessem nenhuma hipótese guiando, e não tinham, havia o conhecimento das categorias analíticas que envolvem os problemas de implementação, que funcionava como classe de eventos.

Por outro lado, estudos completamente indutivos começam a ficar menos raros na Ciência Política, apesar de sua extrema relevância, na medida em que é através deles que conhecemos a percepção de alguns atores políticos e sociais sobre o funcionamento de nossos fenômenos, sobre como se dá o gatilho causal nos mecanismos relacionados a um fenômeno. É depois de vários deles que vamos conseguir entender as grandes tendências, portanto, eles são a base para

a construção de teorias. Esses são os que estou chamando interpretativistas. Aqui não cabe hipóteses prévias; o campo falará muito fortemente. Eles terão de trazer a literatura adjacente, mostrar suas limitações a respeito do seu objeto e deixar claro o aporte teórico que farão dentro do debate.

Imaginem uma situação em que você tem de entrevistar um profissional de um campo completamente distinto do seu, por exemplo, física quântica. Você (não sendo desse campo) teria perguntas interessantes para fazer? Saberá conduzir a entrevista? Claro que não! Assim também é com os nossos fenômenos. Quanto mais preparado você “for a campo”, melhor serão os resultados. Para algo novo que você esteja trazendo, a estratégia é elevá-lo (o fenômeno) à sua classe de eventos e retirar dali (da literatura sobre a classe de eventos) categorias analíticas que lhe ajudarão a começar a pesquisa. E, claro, sendo um trabalho interpretativo-qualitativo, você deverá estar aberto a descobrir o que não está posto pela literatura (para se ter uma ideia, o artigo de Sátyro e Cunha (2019), acima citado, possui um item que se chama “Daquilo que não foi perguntado, e foi achado”). Além disso, ou e para isso, você também terá de mostrar resultados ou estudos relacionados ao seu fenômeno. Ou seja, trazer as principais conclusões relacionadas à classe de eventos do seu fenômeno e ao seu tema, mas aí já não estamos mais no projeto, e sim na execução da pesquisa.

Na prática é como se você estivesse respondendo para escrever o projeto:

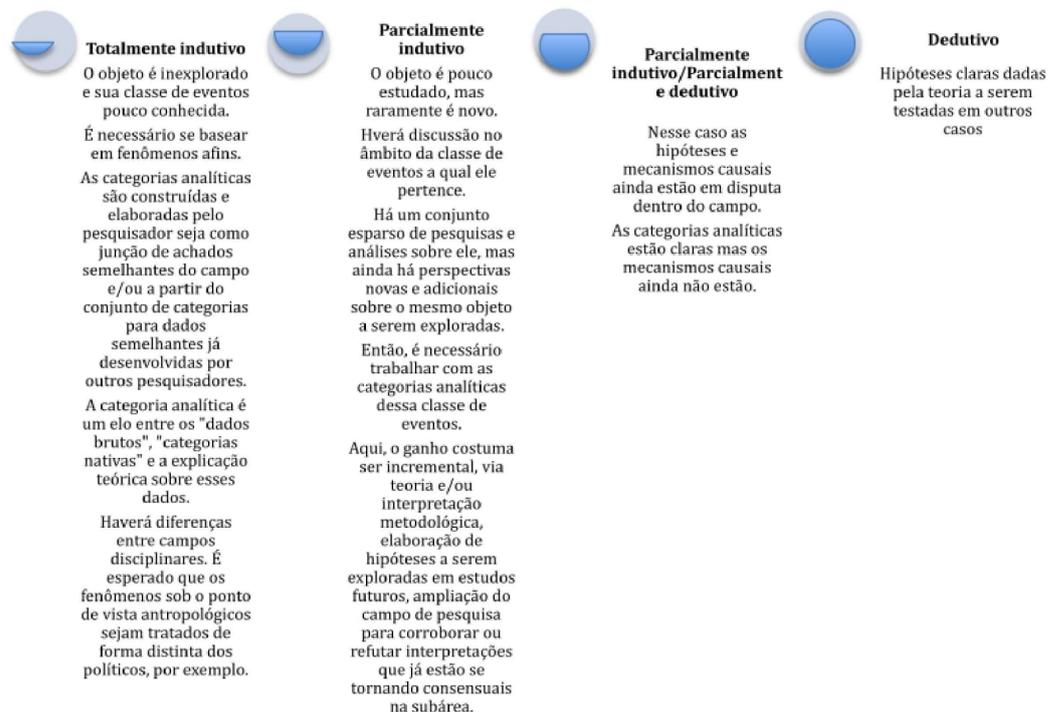
- Como os estudos relacionados ao tema específico me ajudarão a olhar para o meu objeto?
- Para o processo que estou interessada?
- Para onde devo olhar ou por onde devo começar?

Primeiro, claro, trazendo os conceitos centrais. Mas é necessário mapear as categorias analíticas a partir das quais você olhará o seu fenômeno. Se você investigará algum espaço de participação democrático que nunca foi estudado, parta do que ocorre em outros espaços de participação e vá lá e descubra se é igual ou diferente, mas, assim, você terá um parâmetro. Se você está analisando um tipo de movimento social novo para o qual ainda nem temos conceitos fechados, você terá de ter o esteio sobre o conhecimento no campo de movimentos sociais. Lembre-se, primeiro, que dentro da ciência, todos os conceitos

estão em disputa permanente. Mas, ao ir investigá-lo, quais parâmetros você terá para a sua busca, seja teórica, seja empírica? É disso que estamos falando.

### 2.3.5 Como a gente desenha tudo que foi discutido aqui resumidamente?

FIGURA 2 Diferentes paradigmas e sua relação com teoria e hipóteses



---

Fonte: Elaborado pela autora com a ajuda de Cristiano dos Santos Rodrigues

Por fim, uma dica, antes de você passar para as estratégias metodológicas. Na parte ancoragem teórica, terá de ter tudo que você trabalhará no seu desenho de pesquisa. Não vale chegar lá e falar de categorias analíticas, de fatores, ou de hipóteses, ou de variáveis de controle, sem ter dito absolutamente nada na parte teórica. Eu chamo esse fenômeno, muito comum, de J. Pinto Fernandes. Como? Sim. J. Pinto Fernandes, aquele do poema Quadrilha, de Carlos Drummond de Andrade (2022):

### Quadrilha

João amava Teresa que amava Raimundo  
que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili  
que não amava ninguém.  
João foi pra os Estados Unidos, Teresa para o convento,  
Raimundo morreu de desastre, Maria ficou para tia,  
Joaquim suicidou-se e Lili casou com J. Pinto Fernandes  
que não tinha entrado na história.

No projeto não pode entrar desavisadamente o J. Pinto Fernandes. Ele será esperado nas pesquisas interpretativas ou mesmo de outras abordagens qualitativas como resultado de pesquisa, mas não no projeto. Lembre-se do exemplo acima do texto de Sátyro e Cunha (2019). Lá tem um J. Pinto Fernandes, mas no projeto não havia. Ele só é esperado de fato nas pesquisas de cunho totalmente indutivo, mas a ideia é que ele seja evitável para as demais pesquisas, em função do conhecimento da classe de eventos a partir do qual a pesquisadora irá a campo.

#### 2.4 *Desenho de pesquisa*

Não é para explicar o que é estudo de caso, *cross-case*, análise de conteúdo, regressão, *propensity match score*, *holistic approach* ou qualquer outra técnica ou método. Não é para falar que vai fazer revisão bibliográfica, porque isso é premissa; é para mostrar o seu desenho, ou seja, qual o percurso analítico-empírico (incluindo as técnicas, mas não restrito a elas) de captação de evidências (seja quali, seja quanti, seja comparativo) para construção de inferências válidas e quais as estratégias metodológicas para atingir o seu objetivo.

Em geral ele terá de ter uma parte que trate da operacionalização de sua variável dependente, se estivermos lidando com algo quantitativo, e outra para as suas independentes. Mas, caso, você esteja lidando com um mundo mais exploratório, aponte quais as categorias analíticas que compõem o seu fenômeno e quais os indicadores, as evidências que você buscará para cada uma dessas categorias analíticas. Mostre também como é esperado que elas se comportem, se conjuguem, se inter-relacionem etc.

Ou seja, você precisará pensar em um exercício que mostre a sua dependente, ou seja, o seu fenômeno de interesse: como você o operacionalizará? E

outro exercício para os fatores que você está considerando que determinam o seu fenômeno.

Se a sua ancoragem teórica está redonda, então, você deverá ser capaz de fazer desenhar um diagrama com setas ou fazer um quadro onde você colocará em uma coluna os fatores (conceitos), em outra as variáveis (ou seja, os indicadores que utilizará para operacionalizar cada fator), em outra coluna a direção da causalidade e também a fonte dos dados, por exemplo.

Tem que ter um espaço para falar dos dados: seu banco de dados foi construído ou coletado. Diga as fontes utilizadas. Se fará entrevista, diga quantas e por que as escolhas. Descreva os entrevistados.

A indicação do software, se for caso, do pacote ou coisa que o valha, ajuda a leitora a entender melhor o rumo que você está imprimindo ao trabalho. Desenhe. Faça um quadro mostrando como operacionalizará cada fenômeno de interesse ou como ele será operacionalizado. Isso lhe obrigará a pensar em cada parte do seu problema.

Para desenvolver melhor o desenho de pesquisa, você tem de conseguir dividir o seu objetivo principal em partes que lhe ajudarão a operacionalizar o argumento principal, como se fossem dimensões da análise. Fazendo isso, para cada uma dessas partes, dimensões, você dirá qual ou quais instrumentos, técnicas você precisará e, por fim, as fontes das evidências.

Quais os indicadores para cada fenômeno? Quais variáveis, se for quanti, ou documentos (ou fontes), se for quali?

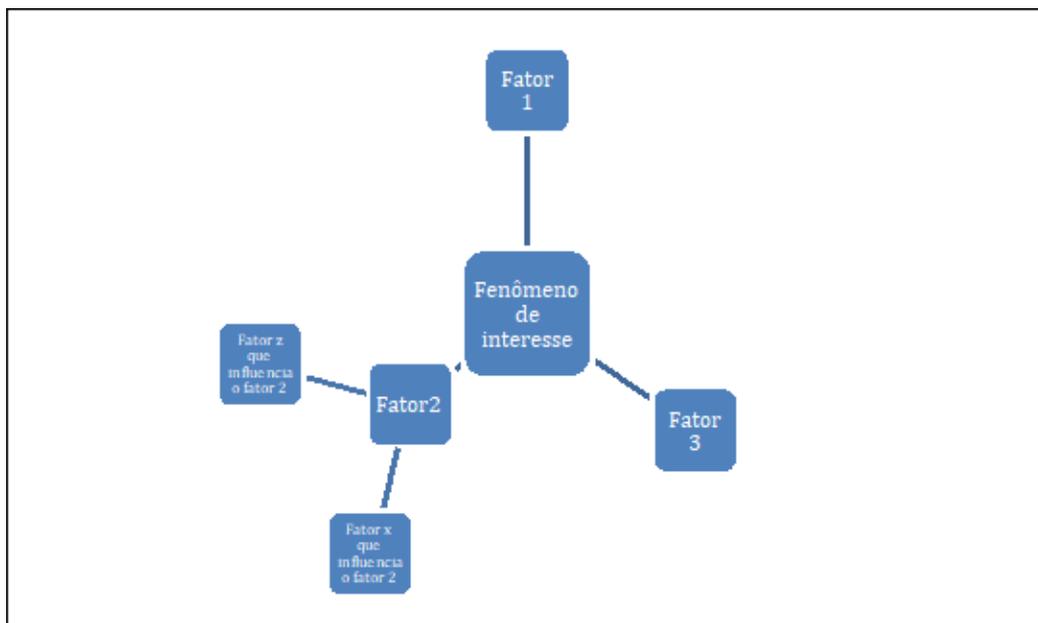
Qual o seu universo ou a sua amostra? A escolha dos casos garante a variação do que você acha que é central para explicar tal variação? Mostre isso. Lembre-se: os casos deverão ser escolhidos pela variável explicativa, não pela dependente. Se se trata de um estudo com n pequeno, você estará tratando de um caso típico ou de um caso desviante ou extremo? Procure ler sobre os vários tipos e o que eles proporcionam.

Lembre-se: você terá de ter evidência observável para todas as inferências que você tem a pretensão de fazer, portanto é importante mostrar que você já sabe mais ou menos onde buscará por elas, para cada elo, para cada parte de seu problema. Não deixe argolas soltas em seu trabalho, se empenhe em construir elos entre as partes, sabendo que elo é aquilo que liga. Fica a dica! [Para entender a diferença entre elo e argola, cabe um pleonasmo explicado:

elo é de ligação (e dizer isso é pleonasmos, por isso se diz apenas elo), então ele liga uma coisa a outra; argola, por sua vez, não liga nada, coitadinha. Tem potencial, mas não chega a isso].

Veja a figura abaixo, que é apenas uma brincadeira de como você pode começar. Primeiro, você terá de ter um conceito claro para cada coisa que está no desenho. Segundo, cada linha deverá ser uma seta com direção determinada e deverá ter teoria que sustente cada seta desta.

FIGURA 3 Como pensar um diagrama bem singelo

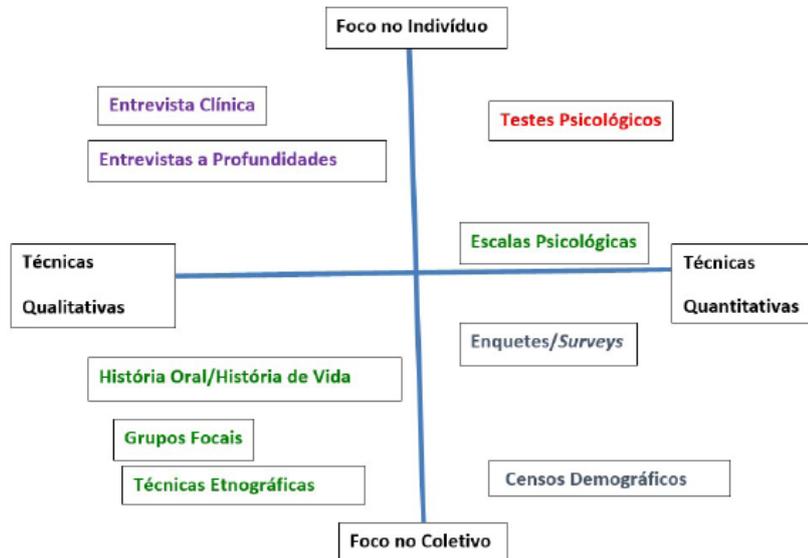


Fonte: Elaboração da autora

Mas, claro, tudo depende de qual abordagem você está dando ao seu trabalho e qual é o paradigma no qual se baseia. No que se refere à coleta de dados e às abordagens, veja aqui abaixo dois diagramas do texto de Sandoval (2018). Vá lá e leia o texto dele; você achará pistas interessantes para a sua pesquisa.

FIGURA 4 Métodos de coleta de dados sociais segundo foco prioritário do pesquisador

DIAGRAMA 1 – MÉTODOS DE COLETA DE DADOS SOCIAIS SEGUNDO FOCO PRIORITÁRIO DO PESQUISADOR



Fonte: Sandoval (2018, p. 78).

FIGURA 5 Abordagens qualitativas e quantitativas de pesquisa conforme nível de aprofundamento do fenômeno e representatividade na população

DIAGRAMA 2: ABORDAGENS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS DE PESQUISA CONFORME O NÍVEL DE APROFUNDAMENTO DO FENÔMENO E REPRESENTATIVIDADE NA POPULAÇÃO



Fonte: Sandoval (2018, p. 80).

## 2.5 Referências bibliográficas

Repetindo: eu particularmente gosto mais do termo "referências bibliográficas" do que só "bibliografia", pois as referências ajudam a entender que só deve estar contido ali naquele item os textos que tiveram citação direta dentro do trabalho. Simples assim. Se você ainda não usa nem domina programas como *Mendley* ou *Zotero*, está na hora. Busque lá no *youtube* informação, compare, escolha um, e siga em frente! Mas hoje há outros softwares que ajudam inclusive na revisão bibliográfica como o *Vosviewer*, o *Obsidian* e muitos outros, aliás, até mesmo o *R* já faz isso.

## 3 RESUMO

Um projeto de pesquisa não precisa ter resumo, mas ele ajuda a simplificar a ideia. E ele terá de ser feito para o seu trabalho, seja tese, dissertação ou um artigo. E como eu não escreverei outro ensaio só pra isso . . . Assim, seguem aqui umas dicas.

Resumo é uma pequena declaração de seus objetivos, então seja direto, afinal é por ele que você ganhará o leitor. O resumo deve informar ao leitor sobre o que é o trabalho, suas estratégias teóricas e analíticas e os resultados alcançados. Portanto, ele não pode ser um recorte da introdução, ele tem de falar tudo em um espaço em torno de 200 a 300 palavras e, por favor, nada na introdução será tão objetivo. Nessa mesma linha de raciocínio, siga outro conselho: não faça resumo de uma página inteira; isso é uma declaração de ausência de objetividade.

O resumo precisa ter algumas coisas certas: sua questão de pesquisa, a sua meta (essas duas coisas podem ser consideradas as mesmas, mas nem sempre o são), qual suporte teórico você utiliza, como você operacionalizará a sua ideia, ou seja, como o estudo será feito. Você precisa usar palavras como proposta, intenção, objetivo, meta. Às vezes você pode colocar um pouco do background ou o tema (uma frase curta), mas a meta tem de estar sempre clara, e ela é sempre mais recortada que o background ou tema. Quando não for somente um projeto (mas um artigo), o resumo terá de ter resultados e conclusões também. Há trabalhos na literatura que ajudarão a você pensar nisso. Hartley e Cabanac (2017) mostram 13 formas de se escrever um resumo, veja lá.

Eu gostaria de lhes apresentar o trabalho de Creswell (2017) que sugere diferentes conjuntos de verbos e formatos, a depender do paradigma utilizado, mostrando as nuances e as distinções entre os resumos de trabalhos quantitativos e qualitativos, mas, dentro de cada um, diferenças importantes também. Ele ajudará a pensar em como estruturar um. Para estudos qualitativos ele sugere o seguinte:

O propósito deste estudo é (foi, será) \_\_\_\_\_(entender? descrever? desenvolver? descobrir?) o \_\_\_\_\_(conceito/fenômeno central a ser estudado) no caso de \_\_\_\_\_(unidade de análise: uma pessoa? processo? grupo? lugar?) usando \_\_\_\_\_ (método de pesquisa: desenho etnográfico? desenho baseado em ground theory?; estudo de caso? descrição fenomenológica?), resultando em um (panorama cultural? teoria baseada em dados? estudo de caso? descrição de temas ou padrões fenomenológicos?). Nesse estágio da pesquisa, o \_\_\_\_\_ (conceito/fenômeno central a ser estudado) está sendo definido de forma geral por \_\_\_\_\_ (ofereça uma definição deste conceito/fenômeno central) (CRESWELL, 1994, p. 59, tradução nossa).

Ficou curioso ou curiosa? Então vá no texto e veja o que mais tem lá (CRESWELL, 1994, p. 57–70). Mas nada como ver e analisar bons exemplos, então trago aqui alguns:

QUADRO 7A Exemplos de bons resumos

Nunes, João, and Gabriela Lotta. “Discretion, power and the reproduction of inequality in health policy implementation: Practices, discursive styles and classifications of Brazil’s community health workers.” *Social Science & Medicine* 242 (2019): 112551.

“This article explores the mobilization of power by health workers during policy implementation, showing how in a context of discretion and resource scarcity they can reproduce inequalities in access to health services. The argument innovates theoretically by supplementing the ‘street-level bureaucracy’ literature, which emphasizes frontline worker discretion, with a conceptualization of power as domination encompassing the shaping of behavior, the constitution of subjects and the reproduction of inequality. Empirically, the article focuses on Brazilian community health workers (agentes comunitários de saúde, CHWs). CHWs are a neglected but highly important segment of the health workforce that traditionally functions as a link between the health system and disadvantaged groups. The article examines how Brazilian CHWs act as street-level bureaucrats mobilizing power in their interactions with users. They operate within a severely under-resourced public health system, the Sistema Único de Saúde, which places constraints upon their action and forces them to make allocation decisions with little training and support. The article highlights the ways in which inequalities in access to health services are reproduced (inadvertently or not) through the practices, discursive styles and classifications of CHWs. Methodologically, the paper is based on ethnography with 24 CHWs and interviews with 77 other CHWs in Brazil.” Este tem 201 palavras.

Levendusky, Matthew S. “The microfoundations of mass polarization.” *Political Analysis* 17.2 (2009): 162–176.

“Although there has been considerable attention to the question of how much polarization there is in the mass electorate, there has been much less attention paid to the mechanism that causes polarization. I provide evidence demonstrating the occurrence of individual-level conversion—individual Democrats and Republicans becoming more liberal and conservative. Although over the short term most of the observed changes are quite small and cannot be distinguished from measurement error, over time and many respondents, these movements aggregate to generate polarization. Small individual-level preference shifts provide an important foundation for aggregate polarization.” Este tem 92 palavras, viu que é possível?!

Evans, Peter, and James E. Rauch. “Bureaucracy and growth: A cross-national analysis of the effects of “Weberian” state structures on economic growth.” *American sociological review* (1999): 748–765.

“The role of bureaucratic authority structures in facilitating economic growth has been a sociological concern since Max Weber’s classic contributions al-most 100 years ago. Using a recent and original data set, we examine the characteristics of core state economic agencies and the growth records of a sample of 35 developing countries for the 1970–1990 period. Our “Weberianness Scale” offers a simple measure of the degree to which these agencies employ meritocratic recruitment and offer predictable, rewarding long-term careers. We find that these “Weberian” characteristics significantly enhance prospects for economic growth, even when we control for initial levels of GDP per capita and human capital. Our results imply that “Weberianness” should be included as a factor in general models of economic growth. They also suggest the need for more attention by policymakers to building better bureaucracies and more research by social scientists on variations in how state bureaucracies are organized.” Este tem 150 palavras, tamanho mais comum.

QUADRO 7B Exemplos de bons resumos

Biroli, Flávia. “Democracia e tolerância à subordinação: livre-escolha e consentimento na teoria política feminista.” *Revista de sociologia e política* 21 (2013): 127–142.

“O artigo apresenta e analisa críticas feministas à acomodação entre a valorização liberal da livre-escolha dos indivíduos e as desigualdades materiais e simbólicas que restringem a autonomia individual. O foco da análise apresentada é, primeiramente, a crítica à noção de consentimento voluntário que é base fundamental para o liberalismo. Para expor a insuficiência da dualidade liberal entre coerção e livre-escolha para a análise das fronteiras entre consentimento voluntário e recusa, o artigo discute as relações entre consentimento e estupro. Torna-se possível, assim, analisar as conexões entre o consentimento na vida cotidiana e o consentimento no estado liberal-democrático, tomando como ponto de partida as relações de gênero e as formas de vulnerabilidade associadas à posição social das mulheres. O resultado é o deslocamento do foco da análise, do caráter voluntário da expressão de uma preferência ou da realização de uma escolha, para uma abordagem orientada pela autodeterminação como valor prioritário para a democracia. São destacados dois conjuntos de problemas: aqueles que emergem das situações nas quais a diferença entre consentimento e não-consentimento é anulada e, com ela, a condição de agentes morais daquelas que consentem ou deixam de consentir e aqueles que são expostos pela análise das situações em que há consentimento, mas este conduz à subordinação ou reforça a vulnerabilidade do próprio indivíduo.” Este tem 213, maior do que o normal, mas o editor permitiu . . .

Immergut, Ellen M. “As regras do jogo: a lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 30.11 (1996): 139–163.

“Explicar a mudança é um problema essencial para a análise institucional. Se as instituições devem ter uma espécie de capacidade de permanência, como as mesmas instituições podem explicar tanto a estabilidade quanto a mudança? Se as instituições limitam o escopo da ação que parece possível aos diferentes atores, por que estes podem às vezes escapar dessas restrições? Este ensaio usa o exemplo do processo de criação do seguro nacional de saúde (*national health insurance*) para mostrar como as instituições podem explicar tanto a estabilidade quanto a mudança de políticas. Para alcançar esse resultado, a análise rompe com o esquema de explicação por correlações. Ou seja, em vez de analisar a formulação de políticas em termos de correlações entre inputs (as demandas formuladas pelos grupos sociais, ou as heranças de políticas anteriores) e outputs (os dispositivos específicos da legislação), a força explicativa da análise institucional está em mostrar por que inputs e outputs podem se articular de modo distinto em diferentes sistemas políticos.” Este tem 162 palavras.

Fonte: Elaborado pela autora.

Parece fácil quando está prontinho, não é? Mas, para isso, você terá de refinar muito as suas ideias iniciais. É isso. Esse ensaio foi pensado para lhe dar muitas pistas, mas é necessária muita dedicação. Outros autores também fizeram esse esforço, vale a pena ler pois ajudarão, com certeza. Boa sorte!

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. Alguma Poesia. *In*: ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia completa*. Centenário Drummond. Editora Nova Aguilar: Rio de Janeiro, 2022.
- ADCOCK, Robert; COLLIER, David. Measurement validity: a shared standard for qualitative and quantitative research. *American Political Science Association*, v. 95, n. 3, p. 529–546, 2001.
- BIROLI, Flávia. Democracia e tolerância à subordinação: livre-escolha e consentimento na teoria política feminista. *Revista de sociologia e política*, v. 21, p. 127–142, 2013.
- CINGOLANI, Luciana. *The state of state capacity: a review of concepts, evidence and measures*. Maastricht: UNUMerit Working paper series, 2013.
- CRESWELL, John W. *Research design: qualitative and quantitative approach*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.
- CRESWELL, John. The use of a theory. *In*: CRESWELL, John. *Research design: qualitative, quantitative, mixed methods approaches*. Lincoln: University of Nebraska-Lincoln, 2016.
- CRESWELL, John W. *Research design: qualitative and quantitative approach*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2017.
- DAHL, Robert A. *Who governs?: Democracy and power in an American city*. London: Yale University Press, 2005.
- EVANS, Peter; James E. Rauch. Bureaucracy and growth: A cross-national analysis of the effects of “Weberian” state structures on economic growth. *American Sociological Review*, v. 64, p. 748–765, 1999.
- GEDDES, B. (2010). *Paradigms and sand castles: Theory building and research design in comparative politics*. University of Michigan Press.
- GOPALDAS, Ahir. A front-to-back guide to writing a qualitative research article. *Qualitative Market Research*, v. 19, n. 1, p. 115–121, 2016.

- GUSTAFSSON, Karl; HAGSTRÖM, Linus. What is the point? teaching graduate students how to construct political science research puzzles. *European political science*, v. 17, n. 4, p. 634–648, 2018.
- HARTLEY, James; CABANAC, Guillaume. Thirteen ways to write an abstract. *Publications*, v. 5, n. 2, p. 11, 2017.
- HEMPEL, Carl G. *Filosofia da Ciência Natural*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- IMMERGUT, Ellen M. As regras do jogo: a lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, n. 11, p. 139–163, 1996.
- KARRUZ, Ana Paula. Ações afirmativas na UFMG: Lei de Cotas, bolsas de graduação e reserva de vagas na pós-graduação — Aprovado em 2021, início da vigência em 2022.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. New Jersey: Princeton University Press, 1994.
- KIRK, Jerome; MILLER, Marc Louis. *Reliability and validity in qualitative research*. Beverly Hills; London; New Delhi: Sage, 1986.
- LEVENDUSKY, Matthew S. The microfoundations of mass polarization. *Political Analysis*, v. 17, n. 2, p. 162–176, 2009.
- LOTTA, Gabriela - Desigualdades no Nível da Rua: uma análise da implementação de políticas públicas. Projeto submetido à Fapesp 2021, início de vigência em 2022.
- MAHONEY, J., & RUESCHEMEYER, D. (Eds.). (2009). *Comparative historical analysis in the social sciences*. Cambridge University Press.
- MARENCO, André. Municípios implementam as mesmas políticas? Capacidade estatal, políticas e indicadores municipais desenvolvimento sustentável (ODS11). Projeto submetido ao PQ-CNPq — 2021, início de vigência em 2022.

- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Recognition and social esteem: a case study of the struggles of people affected by leprosy. *Political Studies*, v. 59, n. 4, p. 940–958, 2011.
- NICOLAU, Jairo. Breve roteiro para redação de um projeto de pesquisa. *Revista Estudos Políticos*, v. 4, n. 7, p. 345–353, 2013.
- NUNES, João; LOTTA, Gabriela. Discretion, power and the reproduction of inequality in health policy implementation: Practices, discursive styles and classifications of Brazil's community health workers. *Social Science & Medicine*, v. 242, 2019.
- O'BRIEN, Bridget *et al.* Standards for Reporting Qualitative Research: a synthesis of recommendations. *Academic Medicine*, v. 89, n. 9, p. 1245–1251, 2014.
- PATIAS, Naiana D.; HOHENDORFF, Jean V. Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa. *Psicologia em Estudo*, 24, e43536, 2019.
- PETERS, Guy. The role of theory. In: PETERS, B. Guy. *Comparative politics: theory and methods*. New York: NYU Press, 1998.
- PRZEWORSKI, Adam; SALOMON, Frank. *Some candid suggestions on the art of writing proposals*. New York: SSRC, 1988.
- SANDOVAL, Salvador A. M. Formação em métodos de pesquisa na pós-graduação: abordagens multimétodos para as demandas da atualidade. *Educar em Revista*, v. 34, n. 71, p. 69–82, 2018.
- SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte; CUNHA, Eleonora Schettini Martins. A capacidade transformativa do governo federal brasileiro na construção de uma burocracia da assistência social nos municípios. *Revista de Administração Pública*, v. 52, p. 363–385, 2018.
- SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte; Eleonora Schettini M. Cunha. Jogando luzes sobre os determinantes burocráticos e de gestão da política de assistência social nos municípios brasileiros. *Opinião Pública*, v. 25, p. 401–432, 2019.

TOSHKOV, Dimiter. Concepts and operationalization. *In: TOSHKOV, Dimiter. Research design in political science.* London: 2016. p. 83–106.

VAN EVERA, Stephen. Hypotheses, laws and theories: a user's guide. *In: VAN EVERA, Stephen. Guide to methods for students of political science.* Ithaca: Cornell University Press, 1997.

## ESTUDOS DE CASO PARA A CIÊNCIA POLÍTICA

Flora de Paula Gonçalves Holanda Maia\*

Maria Clara de Mendonça Maia†

**Resumo:** Há muito se discute sobre estudos de caso na área de metodologia. É comum a concepção de que estudo de caso seja incapaz de produzir inferências válidas e confiáveis, bem como de testar hipóteses e de gerar conhecimento generalizável. Vale ressaltar que este artigo é crítico à histórica “guerra” entre abordagens quantitativas e qualitativas. Indo além disso, parte-se do princípio de que a escolha do método deve estar embasada no problema de pesquisa e que, portanto, a pluralidade de questões possíveis se serve da pluralidade de abordagens metodológicas. Dessa forma, argumenta-se que a visão do estudo de caso como um método fraco é simplista. Em defesa desse ponto de vista, é apresentada uma síntese não exaustiva das potencialidades, bem como das fraquezas características do estudo de caso. A introdução situa brevemente a discussão sobre o estudo de caso, a segunda seção traz definições e indica situações de pesquisa propícias à escolha dessa abordagem, a terceira volta-se ao rigor metodológico, a quarta comenta três exemplos de pesquisas em Ciência Política que utilizaram essa abordagem à luz das seções anteriores e, por fim, a quinta coloca potencialidades e limitações dos estudos de caso.

**Palavras-chave:** estudo de caso; casos cruzados; rigor metodológico; Ciência Política.

## Case studies for Political Science

**Abstract:** There has been much discussion about case studies in the area of methodology. It is a common thought to conceive case studies unable to produce valid and reliable inferences, as well as to test hypotheses and create generalizable knowledge. Considering case studies as usual examples of a qualitative method, it is worth mentioning that this article criticizes the historic “quarrel” between quantitative and qualitative approaches. Furthermore, it is assumed that the choice of the method must be based on the problems brought up in the research itself, so the wide variety of questions brings up the use of the plurality of methodological approaches. Thus, it is argued that the perspective of case studies as a weak method is simplistic. In defense of this point of view, a non-exhaustive synthesis of the potentialities, as well as the characteristic weaknesses of this approach is presented. The introduction briefly situates the discussion of the case study, the second section provides definitions and indicates research situations that leads to choosing this approach, the third one focuses on the methodological rigor, the fourth one comments on three examples of research in Political Science, that used this

\* Flora Maia é mestre em Ciência Política, na linha de pesquisa de Estado, Gestão e Políticas Públicas do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Bacharel em Gestão Pública pela mesma instituição. Atualmente, é Chefe de Divisão na Diretoria de Educação e Formação Artística da Secretaria de Formação, Livro e Leitura do Ministério da Cultura.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8457-0988>

† Maria Clara Maia é doutoranda e mestre em Ciência Política, na linha de pesquisa de Teorias da Justiça, Feminismo e Pensamento Político Brasileiro do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Bacharel em Gestão Pública pela mesma instituição. Atualmente, é Diretora de Políticas Culturais e Participação Social na Prefeitura de Belo Horizonte.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3021-0450>

approach under the light of the previous sections and, finally, the fifth section raises the potential and limitations of the case studies.

**Keywords:** case study; cross-cases; methodological rigor; Political Science.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo discutir a abordagem metodológica dos estudos de caso de forma não exaustiva e o seu uso em pesquisas qualitativas na Ciência Política. Dessa forma, acredita-se contribuir para o suprimento da lacuna de produções acadêmicas em língua portuguesa com este tema (SÁTYRO; D'ALBUQUERQUE, 2020). O intuito é oferecer insumos para uma reflexão introdutória sobre estudos de caso. Através de um apanhado teórico, serão apresentadas as definições, aplicações, limitações e aspectos metodológicos para este método indicados na literatura. Essa síntese é bastante propícia para pesquisadores que querem se aproximar do método pela primeira vez, bem como para aqueles que querem ter acesso a informações sistematizadas sobre potencialidades e fraquezas do mesmo no que diz respeito à construção de conhecimento científico.

As potencialidades dessa abordagem não são unanimidade na teoria sobre metodologia. O clássico King, Keohane e Verba (1994), adiante chamado de KKV, e seu conceito de indeterminação de desenho de pesquisa sugerem que os estudos de caso, em função do seu  $n$  reduzido, seriam insuficientes para a construção de inferências válidas. Os autores apontam o aumento do  $n$  como necessário na busca por relações causais, que por sua vez, seria o objetivo maior da pesquisa científica. O que se deduz disso é que os autores posicionam o método de estudo de caso fora da produção de conhecimento científico. Outros motivos para a resistência entre os metodologistas ao reduzido  $n$  são as considerações de que se trata de: estudo de um único fenômeno, produção de teorias pouco generalizáveis, seleção intencional de casos, subjetividade dos resultados e pouca replicabilidade do método (GERRING, 2009), o que não impediria que potencialidades pudessem existir, por outro lado. Entretanto o ceticismo em relação ao estudo de caso deriva, sobretudo, do entendimento equivocado de um caso como uma única observação (RUESCHMEYER, 2003).

Dessa forma, este texto parte da perspectiva de que a pluralidade de abordagens metodológicas é benéfica para a pluralidade de perguntas de pesquisa possíveis no processo de construção da ciência. Flyvbjerg (2006) defende que

a pesquisa na Ciência Política e, de forma mais ampla, nas ciências sociais, é orientada pelo problema, e não pela abordagem, portanto o método utilizado deve ser aquele que melhor possibilita responder à pergunta de pesquisa. Conforme discutido por Gerring (2009), a incapacidade de as pesquisas quantitativas baseadas em métodos estatísticos responderem às análises de eventos políticos e sociais complexos aponta para a necessidade do uso de abordagens que consigam analisar a complexidade de questões sociais em determinados locais. No mesmo sentido, Rowley (2002) aponta que os estudos de caso podem oferecer percepções que não seriam alcançadas com outras abordagens. Para Yin (2001, p. 20), “como esforço de pesquisa, o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos”.

Além da introdução que ora se lê, o trabalho está organizado em mais quatro seções. A primeira delas traz algumas definições de estudo de caso e de estudos de casos cruzados<sup>1</sup> presentes na literatura e quais são as situações de pesquisa propícias à escolha de cada abordagem. A segunda seção está voltada ao rigor metodológico, entendido aqui basicamente como a construção de inferências válidas e a busca por validade e confiabilidade nos estudos de casos. A terceira seção traz três exemplos de pesquisas que utilizaram essa abordagem comentados à luz das seções anteriores e, por fim, a quarta seção coloca potencialidades e limitações dos estudos de caso.

## 2 ESTUDOS DE CASO: DEFINIÇÕES E USOS

O enlace teórico pretendido para esta seção encaminha-se para o propósito de compreender o estudo de caso enquanto escolha dentre as várias estratégias de pesquisa existentes, e, desse modo, defini-la e apresentá-la por seus usos e possibilidades.

### 2.1 *O que são estudos de caso?*

Os estudos de caso são utilizados na medicina e na psicologia há muito tempo, através da análise de casos clínicos, e tornaram-se uma importante abordagem de pesquisa nas ciências humanas e sociais (ECKSTEIN, 2000; VENTURA,

---

<sup>1</sup> *Cross cases*, na língua inglesa.

2007). A definição de estudo de casos compartilhada entre muitos metodólogos sociais, de forma geral, é a de um estudo de um caso a partir de um cenário e um contexto, com utilização de diferentes fontes de evidências, podendo empregar abordagens qualitativas ou quantitativas (CRESWELL, 2007; SÁTYRO; D'ALBUQUERQUE, 2020; GERRING, 2009; ODELL, 2001; ROWLEY, 2002; YIN, 2001). Cada autor, no entanto, costuma contribuir com diferentes nuances para a definição. Gerring (2009), por exemplo, indica que o que existe entre estudo de caso e de casos cruzados é um *continuum* e trabalhou a definição do primeiro tipo basicamente em relação comparativa ao segundo. Já Creswell (2007) e Stake (2006) classificaram estudos de caso de acordo com variados aspectos. Creswell (2007) define o método como uma análise qualitativa, com coleta pormenorizada de dados com diferentes fontes de informação. As variações dos estudos de casos são decorrentes do tamanho da delimitação do caso, isto é, quantos indivíduos, grupos, programas ou atividades e da intenção do caso, ou seja, se instrumental, coletivo ou intrínseco:

- (1) Instrumental único: a análise é centrada em um problema, e o caso é delimitado para ilustrar o problema;
- (2) Coletivo: a análise é centrada em um problema, e são selecionados vários estudos de caso para exemplificá-lo;
- (3) Intrínseco: quando o caso apresenta uma situação única ou excêntrica, e o foco do estudo será o próprio caso.

Para Gerring (2009), os trabalhos que utilizam abordagens de estudos de casos são métodos qualitativos; com pequeno *n*; com exame abrangente do fenômeno a ser estudado; com coleta de evidências “reais”; que investigam as propriedades das observações; e que podem utilizar diferentes tipos de evidências. Dessa forma,

Um **estudo de caso** pode ser entendido como o estudo intensivo de um único caso com o objetivo de entender uma classe maior de casos (uma população). [...] No ponto em que a ênfase de um estudo muda do caso individual para uma amostra de casos, diremos que é um estudo de caso cruzado. Evidentemente, a distinção entre um estudo de caso e um estudo de caso cruzado é um *continuum* (GERRING, 2009, p. 6, tradução nossa).

Para o autor, a observação é o elemento mais básico da pesquisa empírica, e uma observação pode conter diferentes dimensões, que podem ser mensuradas pelas variáveis. Um caso pode constituir-se em uma única dimensão, entretanto, nos estudos de caso, os casos possuem sempre mais de uma observação. Existem duas maneiras de construir os casos: (1) diacronicamente, ou melhor, observando o caso ao longo do tempo; (2) sincronicamente, estudando em um único momento a variação dentro do caso selecionado (GERRING, 2009).

## 2.2 Quando utilizar a abordagem de estudos de caso?

A fim de saber qual é o melhor momento de utilizar um estudo de caso, a primeira coisa a se considerar é a necessidade de desfazer-se do ceticismo de que essa abordagem seria incapaz de produzir inferências válidas. Só então começamos a elencar situações e tipos de pesquisa propícios ao uso da abordagem em questão.

Para Gerring (2009), de maneira geral, os estudos de caso são mais adequados para pesquisas exploratórias e não confirmatórias<sup>2</sup>. Para Yin (2001) e Rowley (2002), os estudos de caso podem ser, além de exploratórios, descritivos ou explicativos<sup>3</sup>, isto é, buscam responder questões de “por que” ou “como” dos fenômenos inseridos em contextos reais. Creswell (2007) aponta que é uma abordagem adequada quando os casos são limitados e identificáveis e permitem uma compreensão profunda daquele(s) caso(s). Para o autor, os principais desafios são identificar o caso ou o conjunto de casos a ser estudado; a seleção do objeto a partir dos possíveis candidatos; a delimitação desse objeto; e a diluição da análise com o aumento do número de casos (CRESWELL, 2007). O Quadro 1 abaixo sintetiza as principais características da abordagem qualitativa dos estudos de caso para Creswell (2007).

---

<sup>2</sup> As pesquisas exploratórias e não confirmatórias têm como objetivo obter e sistematizar informações preliminares de um dado tema. Elas podem ser quantitativas ou qualitativas e geralmente servem para a elaboração de pesquisas posteriores que objetivam explicação. Uma pesquisa explicativa pode ter também uma fase exploratória.

<sup>3</sup> De forma simples, as pesquisas descritivas buscam responder questões de pesquisa com “o quê”, isto é, fazer uma descrição de um objeto de pesquisa, enquanto as explicativas buscam responder “por que”, ou seja, explicar um fenômeno.

QUADRO 1 Abordagem qualitativa — estudo de caso

<b>Foco</b>	Desenvolvimento de uma descrição e análise aprofundada de um caso ou de vários casos.
<b>Tipo de problema que melhor se enquadra nesse desenho</b>	Fornecer uma compreensão aprofundada de um caso ou casos.
<b>Unidade de análise</b>	Estudar um evento, um programa, uma atividade, mais de um indivíduo.
<b>Forma de coleta de dados</b>	Utilizar várias fontes, como entrevistas, observações, documentos, artefatos.
<b>Estratégia de análise dos dados</b>	Analisar dados através da descrição do caso e temas do caso, bem como temas entre casos.

Fonte: Adaptado de Creswell (2007, p. 78–80).

Em relação às diferenças entre os estudos de caso, Yin (2001) aponta que variam a partir da utilização de caso único ou de casos múltiplos e da utilização de unidades de análise<sup>4</sup> unitárias ou múltiplas. Os estudos de caso único são apropriados quando o caso é decisivo para testar uma teoria, isto é, quando existe um caso único que atenda a todas as condições necessárias para testar uma determinada teoria e, portanto, analisar se as proposições estão corretas. São adequados ainda quando o caso selecionado representa um caso extremo, raro ou revelador. Em relação às unidades de análise dos casos únicos, quando é analisada somente uma subunidade, o pesquisador deve ter atenção para que o estudo de caso não seja realizado em nível abstrato, sem definição clara dos dados e das medidas. A vantagem observada na adoção de estudo de casos múltiplos é que se consideram suas evidências mais convincentes e robustas. Entretanto os projetos de caso único possuem fundamento lógico que não pode ser aplicado aos casos múltiplos, além de estes últimos necessitarem de maior estrutura de dados, recursos e tempo do pesquisador (YIN, 2001).

<sup>4</sup> Um caso pode ser entendido como uma unidade maior a partir das quais muitas unidades de análise serão medidas ou “um domínio de análise”; e a unidade de análise é o objeto que permite estudar o caso da melhor forma possível. Destaca-se que variações pequenas de perguntas de pesquisas mudam a unidade de análise. Para ilustrar, vamos pensar na seguinte situação: um estudo sobre a influência de grupos de interesse na aprovação de determinada pauta na casa legislativa. Seria um estudo de 5 estados brasileiros, um de cada região do país, no qual cada estado é um caso. Já as unidades de análise serão os grupos de interesse atuantes no caso.

Em uma perspectiva semelhante, para Gerring (2009), é o número de casos que distingue entre a abordagem de estudo de caso e a de casos cruzados. Para o autor, mais de seis casos seria considerado um estudo de casos cruzados, entretanto esse número não é um consenso na literatura. Essas duas abordagens diferenciam-se também em relação aos objetivos da pesquisa e ao universo empírico. Para os objetivos, é necessário saber se o estudo será orientado para gerar ou testar as hipóteses; se é priorizada a validade interna ou externa; se é priorizada a percepção dos efeitos ou mecanismos causais; e se o escopo da inferência causal é amplo ou se é profundo. Em relação aos fatores empíricos, cabe definir se a população de casos é heterogênea ou homogênea; se a relação causal é forte ou fraca; se os parâmetros raramente variam, isto é,  $n$  pequenos, ou comumente variam,  $n$  grandes; se são dispersos ou concentrados os dados disponíveis. O Quadro 2 sintetiza as principais diferenças entre as duas abordagens, que auxiliam o pesquisador a escolhê-las:

QUADRO 2 Estudos de caso e casos cruzados: afinidades e diferenças

Objetivos da Pesquisa	Abordagem	
	Estudo de Caso	Casos Cruzados
Hipóteses	Gerar	Testar
Validade	Interna	Externa
Conhecimento Causal	Mecanismos	Efeitos
Escopo da Proposição	Profundo	Amplo
Fatores Empíricos	Estudo de Caso	Casos Cruzados
População de Casos	Heterogêneo	Homogêneo
Força Causal	Forte	Fraco
Variação Útil	Raro	Comum
Disponibilidade dos Dados	Concentrados	Dispersos

Fonte: Adaptado de Gerring (2009, p. 8 e 9).

No mesmo sentido, Odell (2001) e Rowley (2002) defendem que os estudos de caso podem tanto aplicar uma teoria conhecida a um novo caso quanto estabelecer uma nova linha de investigações através da geração de hipóteses. Entretanto, para este último, sugere-se a comparação entre casos selecionados cuidadosamente, para ampliar a robustez dos resultados.

Por fim, para Stake (2006)<sup>5</sup>, os estudos de caso podem ser classificados entre “intrínsecos”, isto é, quando o objetivo está no próprio caso, ou “instrumentais”, quando o interesse da pesquisa é ir além do caso. Dessa forma, as pesquisas de múltiplos casos são instrumentais, em que cada caso será limitado pela relação com o objetivo da pesquisa, contemplando as complexidades e singularidades de cada um.

### 3 RIGOR METODOLÓGICO NAS ABORDAGENS DE ESTUDOS DE CASO

Qualquer pesquisa, em qualquer área disciplinar, utilizando-se de qualquer método, necessariamente é orientada e legitimada por paradigmas definidos. O rigor metodológico diz respeito à busca por validade e confiabilidade, principalmente no campo da produção científica, em que a escolha das estratégias de articulação das etapas de desenvolvimento da pesquisa necessita atender e adequar-se ao caso investigado e à área de conhecimento. Busca-se, então, a rigor, pautar-se por critérios que, se bem cumpridos, geram credibilidade de resultados por parte da comunidade científica.

#### 3.1 *A construção de inferências válidas*

A obra de KKV defende que o objetivo de um desenho de pesquisa é a extração de inferências válidas sobre a vida social, isto é, as pesquisas sociais necessitam ser capazes de estabelecer relações causais entre as variáveis. Os autores argumentam que, independente dos dados e da metodologia utilizada, a causalidade deve ser central. Para eles, análises com grandes  $n$  seriam a forma mais segura de evitar o problema fundamental da inferência causal, porque não há viés de seleção e de variável omitida, assim como o processo de atribuição de valores às variáveis explicativas é independente das variáveis dependentes (KING; KEOHANE; VERBA, 1994).

Assim como KKV, De Vaus (2001) chama a atenção para a produção de inferências válidas, apontando a importância de saber que tipo de evidência é necessária para testar a teoria e descrever o fenômeno no estudo. Para ele, o primeiro passo para a construção de um estudo deve ser ter atenção e clareza na

---

<sup>5</sup> Vale ressaltar que Creswell (2007) também utiliza os termos “instrumental” e “intrínseco”, mas dá a eles significados diferentes, como já explicitados anteriormente na página 2.

questão de pesquisa, que vai além de identificar o tema em foco. Em seguida, é necessário desenvolver uma definição nominal que possa ser operacionalizada, para que se façam observáveis e mensuráveis. Dessa forma, as etapas sugeridas para traduzir os conceitos abstratos em questões específicas são: (1) localizar as definições; (2) decidir qual conceito utilizar; (3) delimitar a definição do conceito; (4) definir as suas subdimensões; e (5) estabelecer indicadores. Essas etapas são próximas às sugestões dadas por Adcock e Collier (2001), tratadas mais adiante, para a construção de indicadores de confiabilidade e validade.

De acordo com Rezende (2017), na Ciência Política coexistem diversas formas plausíveis para a produção de inferências causais. Certamente, uma dessas formas é com estudo de caso, como é defendido por autores aqui elencados. De forma geral, conforme apontado por Rezende (2011),

A reflexão sobre os limites e potencialidades dos estudos de caso se volta para discutir “o papel e contribuição das estratégias dos estudos de caso” para a produção de inferências causais numa ciência política intensamente marcada pelo uso intensivo de modelos formais e métodos quantitativos para a produção do conhecimento (REZENDE, 2011, p. 299).

Gerring (2009) defende que estudos de caso bem construídos, ou seja, com rigor metodológico, permitem localizar os efeitos intermediários das relações causais, isto é, permitem ver a interação entre a causa estrutural e o suposto efeito — o mecanismo causal. Além disso, através de um único caso é possível testar implicações causais de uma teoria, gerando evidências que corroborem ou refutem um argumento causal. Rueschemeyer (2003) reforça que, independente do método utilizado na pesquisa, o núcleo teórico será o desenvolvimento e a validação de hipóteses causais explicativas. O autor também afirma que a intenção analítica e a evidência empírica são necessárias nos estudos de casos, que exigem também geração, teste e revisão das proposições explicativas. Para análise de fatores causais, ele recomenda a comparação entre casos, para que seja possível manter os fatores constantes. Entretanto, ao aumentar o número de casos, é necessário que o pesquisador esteja atento à necessidade de man-

ter a familiaridade com a complexidade dos casos. Ressaltamos, aqui, que a comparação entre casos é diferente dos estudos comparativos<sup>6</sup>.

Nesse sentido, Rezende (2011) aponta que os estudos de caso apresentam algumas vantagens para testar teorias em relação aos estudos quantitativos pela possibilidade de utilizarem fenômenos considerados raros ou únicos, o que aumenta a força da predição testada; a possibilidade de compreender como ocorrem os mecanismos causais apontados pelo aporte teórico, de forma mais intensa, bem como a variabilidade e diversificação das causas que produzem o fenômeno. Nissen (1998) endossa a potência de estudos de casos raros ou desviantes, para responder inclusive porque estes diferem dos comuns.

Crasnow (2012) também defende que, através das descrições densas e detalhadas dos estudos de casos, é possível chegar às relações causais buscadas na Ciência Política. O autor aponta que, nas ciências humanas, os estudos experimentais muitas vezes não são possíveis, mesmo nas análises estatísticas, e que, portanto, as evidências observacionais dos estudos de caso desempenham um papel metodológico importante no campo.

Em suma, vários autores concordam que pesquisa com estudo de caso pode criar teoria (ECKSTEIN, 2000; GERRING, 2009; NISSEN, 1998; ODELL, 2001; RUESCHMEYER, 2001; VAN EVERA, 1997), bem como pode testar teorias (FLYVBJERG, 2006; GERRING, 2009; NISSEN, 1998; ODELL, 2001; REZENDE, 2011; RUESCHMEYER, 2001). Nem todos pensam assim, e há sérios questionamentos à capacidade dessa abordagem em produzir inferências válidas. Reconhecidamente, a obra de KKV é um grande contraponto aos que defendem as potências do estudo de caso. Mesmo assim, eles chegam a sugerir uma estratégia para aumentar o número de observações dentro do caso: observá-lo ao longo do tempo (KING; KEOHANE; VERBA, 1994). O principal contra-argumento à crítica do KKV foi colocado por Collier, Brady e Seawright (2004) ao dizerem que essa visão é equivocada, pois adota erroneamente a perspectiva experimentalista e quantitativista para pautar o estudo de caso.

---

<sup>6</sup> D’Albuquerque e Satyro (2020, p. 5) esclarecem que “o método comparativo diz respeito ao uso de comparações entre certo número de casos a fim de inferir sobre algum fator comum a eles, enquanto o método qualitativo consiste em uma estratégia de coleta e análise de dados que pode ser empreendida em diferentes desenhos de pesquisa. [...] Já os estudos de caso envolvem a ideia de examinar um único caso internamente”.

Além da crítica direta à KKV (COLLIER; BRADY; SEAWRIGHT, 2004), outros autores trouxeram pontos de vista que abrem espaço para o reconhecimento da potência dos diferentes tipos de estudo de caso em produzir inferências válidas, testar e criar teoria. De Vaus (2001), por exemplo, traz contribuições às abordagens de pesquisa em geral e chama a atenção para a importância da clareza da questão de pesquisa para o que irá se seguir: conceitos, definições, subdimensões e estabelecimento de indicadores. Já Rueschmeyer (2003) e Gerring (2009) parecem discordar em um ponto específico, qual seja: o primeiro dá preferência à comparação de casos para a inferência de causalidade, e o segundo diz que o estudo de um único caso tem potencial de inferências causais fortes mais do que o estudo de casos cruzados.

### 3.2 *Pensando a validade e a confiabilidade*

De forma geral, a produção de inferências válidas está intrinsecamente relacionada às ideias de validade, em suas diversas dimensões, e de confiabilidade. A ideia geral de validade de mensuração de indicadores relaciona-se com a capacidade de medir corretamente o que se quer medir e de oferecer conclusões não ambíguas (DE VAUS, 2001). A validade interna diz respeito à consistência da teoria e sua relação com os dados, isto é, ter certeza que a costura entre teoria e dados está correta. Mas existe também a validade externa, cuja ideia mais popular é a capacidade de generalização, ou seja, a possibilidade de aplicar o que foi feito em outros estudos. Já a construção da confiabilidade, no geral, diz respeito à possibilidade de obter a mesma leitura dos resultados quantas vezes for repetida e em diferentes ocasiões, a partir da metodologia de coleta das informações (KING; KEOHANE; VERBA, 1994; DE VAUS, 2001), com resultados independentes das circunstâncias acidentais de pesquisa (KIRK; MILLER, 1989). Assim como a definição de estudo de caso, explicitamos aqui definições mais gerais. Em seguida, falamos de diversas nuances sobre validade e confiabilidade.

Uma visão bastante pragmática quanto à validade de mensuração de indicadores é a de Adcock e Collier (2001), para os quais a escolha e sistematização dos conceitos centrais para a pesquisa é o ponto inicial da construção de validade de medição, o que possibilita, inclusive, a avaliação adequada dessa validade. Portanto validade de medição é a relação entre o conceito sistematizado, os indicadores e as pontuações. Os estudos de casos cruzados precisam

de mais cuidado nesse aspecto devido às especificidades contextuais de cada caso estudado em conjunto. Dessa forma, faz-se necessário adaptar a operacionalização dos conceitos, utilizando indicadores específicos, sensíveis a cada contexto, e utilizando indicadores comuns, estabelecendo alguma equivalência entre eles.

Algumas maneiras de aumentar a validade de mensuração na pesquisa são: i) considerar hipóteses rivais e procurar evidências que desaprovem a teoria (RUESCHMEYER, 2003); ii) construir um bom conceito sistematizado, a partir de onde derivarão os indicadores e as pontuações da medição (ADCOCK; COLLIER, 2001); e iii) submeter a(s) hipótese(s) a testes distintos (KIRK; MILLER, 1989). De Vaus (2001) sugere maneiras de acessar a validade das medidas, como avaliar de que maneira as medidas tocam os aspectos do conceito definido e verificar se os resultados obtidos com as medidas estão adequados para a teoria. Quanto à validade externa, Gerring (2009) argumenta que casos cruzados podem ser úteis para aumentá-la, enquanto o estudo de caso é mais adequado para obter validade interna.

Pensar em diferentes dimensões da validade pode ajudar a entender lacunas nas pesquisas, pois muitas vezes tem-se uma dimensão da validade mais sólida que outra. Nesse sentido, Yin (2001) reforça a defesa da validade e da confiabilidade para a qualidade das pesquisas. Utiliza quatro conceitos: validade do constructo; validade interna (para estudos causais ou explanatórios); validade externa; e confiabilidade, conforme apresentados:

- Validade do constructo: estabelecer medidas operacionais corretas para os conceitos que estão sob estudo.
- Validade interna (apenas para estudos explanatórios ou causais, e não para estudos descritivos ou exploratórios): estabelecer uma relação causal, por meio da qual são mostradas certas condições que levem a outras condições, como diferenciada de relações espúrias.
- Validade externa: estabelecer o domínio ao qual as descobertas de um estudo podem ser generalizadas.
- Confiabilidade: demonstrar que as operações de um estudo — como os procedimentos de coleta de dados — podem ser repetidas, apresentando os mesmos resultados (YIN, 2001, p. 56).

QUADRO 3 Táticas do estudo de caso para quatro testes de projeto

Testes	Tática do Estudo de Caso	Fase da Pesquisa
Validade do Constructo	Utiliza fontes múltiplas de EvidênciasEstabelece encadeamento de evidênciasO rascunho do relatório estudo de caso é revisado por informantes-chave	Coleta de DadosColeta de DadosComposição
Validade Interna	Faz adequação ao padrãoFaz construção da explanaçãoFaz análise de séries temporais	Análise de DadosAnálise de DadosAnálise de Dados
Validade Externa	Utiliza lógica de replicação em estudos de caso múltiplos	Projeto de Pesquisa
Confiabilidade	Utiliza protocolo de estudo de casoDesenvolve banco de dados para o estudo de caso	Coleta de DadosColeta de Dados

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados de COSMOS Corporation (*apud* YIN, 2001, p. 55).

Além do cuidado em medir o que se quer medir e da capacidade de generalização, uma pesquisa deve ancorar-se na construção de confiabilidade. Este é um atributo central para que um estudo seja replicado e eventualmente falseado. Kirk e Miller (1989) chamam atenção para a peculiaridade da pesquisa qualitativa como uma tradição que depende de observar as pessoas, nos territórios, em seus próprios termos. Por isso mesmo, deve-se relatar a coleta de dados na construção da ciência de forma acessível, para que seja pública (KIRK; MILLER, 1989; KING; KEOHANE; VERBA, 1994). A partir disso, a objetividade das pesquisas qualitativas relaciona-se com a validade e a confiabilidade das observações. A confiabilidade relaciona-se com a extensão dos procedimentos de medição, que permitem produzir as mesmas respostas, de forma independente de quando e como for executado. Isto é, a ciência precisa ser relatada de forma acessível e pública, e os resultados precisam ser independentes das circunstâncias acidentais de pesquisa. A validade está relacionada com a medida com que as respostas obtidas estão corretas, isto é, se os resultados relatados foram medidos de forma justificada pela teoria mobilizada, portanto o grau em que os resultados foram interpretados corretamente.

Os autores enfatizam que é possível obter confiabilidade sem validade. Entretanto, a validade perfeita exige a confiabilidade perfeita. Dessa forma, buscar a validade das observações é ter certeza que as medidas têm valor e que os

fenômenos foram rotulados corretamente. De forma geral, os erros de validade estão relacionados com a forma como a pergunta de pesquisa foi formulada. Quando as hipóteses desenvolvidas para responder à pergunta passam por diferentes testes, a pesquisa possui um grau maior de validade, sobretudo se comparado por um único método de testagem. Então as conclusões dos estudos dependem das avaliações de validade e confiabilidade das observações. Em suma, a objetividade das pesquisas qualitativas relaciona-se com a validade e a confiabilidade das observações, que devem sustentar as mesmas respostas, independentemente de quando e como forem executadas (KIRK; MILLER, 1989).

#### 4 ESTUDOS DE CASO NA CIÊNCIA POLÍTICA

Eckstein (2000) aponta que, na Ciência Política, os estudos de caso variam dos níveis micro ao macro dos fenômenos políticos. Como exemplo, aponta estudos de lideranças políticas históricas e de pequenos grupos de liderança até estudos de caso de Estados-nação e de fenômenos transnacionais. A fim de ilustração de estudos de caso, bem como dos motivos pelos quais foram escolhidos e dos seus possíveis alcances, trazemos três exemplos de pesquisas que utilizaram essa abordagem para casos brasileiros. Tratam-se de artigos publicados em revistas de Ciência Política brasileiras, classificadas com Qualis A1 e A2, respectivamente, para exemplificar estudo de caso único e estudos de casos cruzados.

##### 4.1 *Exemplo de estudo de caso único*

Este primeiro exemplo nos dá ideia da potência de estudo de caso para explorar novas nuances de um cenário. Os autores Santos Junior e Albuquerque (2020) publicaram recentemente o artigo intitulado “PSOL *versus* PSOL: facções, partidos e mídias sociais”. O estudo usa a teoria sobre comunicação política, colocando em foco a importância do papel que as facções desempenham dentro de um partido nas dinâmicas partidárias (questão pouco abordada no campo). O propósito é discutir os desafios que as mídias sociais apresentam às relações intrapartidárias e à capacidade das lideranças do partido de definir um discurso majoritário em momentos estratégicos (SANTOS JUNIOR; ALBUQUERQUE, 2020).

O contexto era o das eleições municipais do Rio de Janeiro de 2016, quando três pré-candidatos, dos partidos Rede Sustentabilidade (Rede), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), tentaram formar uma chapa única representante da esquerda. Apesar do posicionamento formal do PSOL, uma facção do interior do partido, Corrente Socialista dos Trabalhadores, opôs-se à chapa única. A Corrente publicou um manifesto em redes sociais que gerou intenso debate interno no partido, dificultando a formação estratégica de um discurso partidário coeso (SANTOS JUNIOR; ALBUQUERQUE, 2020).

A escolha do caso foi dada tanto pelo evento histórico em 2016 quanto pela peculiaridade do PSOL, que reconhece e legitima a existência das facções intrapartidárias e que dispõe intensivamente do uso das mídias sociais como recurso de comunicação política (SANTOS JUNIOR; ALBUQUERQUE, 2020). A escolha por casos peculiares tem potencial de observar porque e como ele se distingue dos comuns (NISSEN, 1998) e podem ser reveladores de dimensões ainda não observadas dentro do campo teórico de pesquisa (YIN, 2001).

A pergunta era “como as facções partidárias comunicam posições de dissenso interno nas mídias sociais?”. Os métodos de análise utilizados foram análise de redes sociais para identificar as conexões inter e intrapartidárias e análise de conteúdo de 44 postagens de posicionamento diante da chapa única proposta. A partir da análise das evidências coletadas, os autores puderam observar que o uso das mídias sociais: mudaram a lógica da campanha eleitoral, se comparada àquela utilizada na propaganda eleitoral tradicional em rádio e televisão; permitiram que as facções tivessem mais um espaço de expressão que tangencia os espaços formais partidários; geraram uma personalização da comunicação política, chamando atenção para o uso dessas mídias por lideranças do partido.

Desta pesquisa destacamos o valor de atualizar áreas de pesquisa antigas da Ciência Política. Os autores trazem evidências sobre como o uso das redes sociais pode afetar as relações intra e interpartidárias (SANTOS JUNIOR; ALBUQUERQUE, 2020).

#### 4.2 *Exemplo de estudo de caso*

O exemplo da pesquisa de Abrucio e Filippim (2010), no trabalho intitulado “Quando descentralizar é concentrar poder: o papel do governo estadual na

experiência catarinense”, é interessante aqui, pois não tem como proposição a inferência de relações causais, e sim análise e descrição do caso — funções também essenciais na produção de conhecimento e primordiais para a construção de uma boa explicação causal posterior. Nesse artigo, os autores têm como objetivo estudar o caso de descentralização governamental catarinense aportados na teoria de federalismo e descentralização. Esta teoria formula, de maneira hegemônica, que a descentralização gera distribuição de poder, entretanto o caso catarinense é um caso extremo, pois, ao invés de distribuir poder, continuou concentrando poder no governo estadual (ABRUCIO; FILIPPIM, 2010), conclusão essa estruturada ao final do texto.

O caso é caracterizado por dois movimentos, um primeiro, surgido da sociedade civil na década de 60, com redes de articulação que congregavam entidades públicas e privadas para a promoção do desenvolvimento regional, e um segundo, surgido do governo estadual, com o intuito de descentralização governamental, também para desenvolvimento regional. As questões que guiaram a pesquisa foram: i) se o movimento do governo estadual consiste realmente em descentralização, gerando distribuição de poder, ou se consiste em desconcentração administrativa, desconsiderando as redes de articulação construídas pela sociedade civil desde os anos 60; e ii) o conflito entre esses dois movimentos (ABRUCIO; FILIPPIM, 2010).

A partir dos dados levantados com técnicas diferentes (CRESWELL, 2007), pôde-se descrever o conflito entre os dois movimentos e ter parâmetros para concluir se houve descentralização ou desconcentração, de acordo com as teorias utilizadas. Então puderam chegar à conclusão de que, diferente do que propõe formalmente o programa de descentralização realizado pelo governo, o mesmo somente chega a desconcentrar a administração.

#### 4.3 *Exemplo de estudo de casos cruzados*

O trabalho de Rocha, Rostagnol e Gutiérrez (2009), intitulado “Aborto y Parlamento: un estudio sobre Brasil, Uruguay y Argentina”, possui como tema geral de pesquisa o aborto inseguro na América Latina. A partir da teoria mobilizada, a hipótese central do artigo é a de que a redemocratização no Brasil, no Uruguai e na Argentina representou um fator fundamental para tornar a questão do aborto mais visível, criando condições para a ampliação

do debate, para discussões no Parlamento e no Poder Judicial. Para testar a hipótese desenvolvida pela teoria, realizam um estudo de casos cruzados, a partir dos casos do Brasil, da Argentina e do Uruguai, utilizando fontes de dados primárias e secundárias.

Em um primeiro momento, as autoras constroem um estudo de caso de cada país para, posteriormente, estabelecerem o estudo comparativo entre os três casos e confirmam a hipótese de que a redemocratização nos três países foi um fator fundamental para tornar mais visível a questão do aborto.

A abordagem utilizada é adequada para os objetivos da pesquisa. Conforme sugerido por Gerring (2009), para estudos de caso cruzado, realmente o objetivo do artigo em questão é testar hipóteses; há possibilidade de aplicar o resultado para uma população mais ampla; há certa homogeneidade entre os casos que permite grau de comparabilidade entre as unidades; há variação temporal dos parâmetros nos três casos e disponibilidade da coleta dos dados, porque utilizam dados públicos; há variação entre os casos e dentro dos casos, em relação ao debate no legislativo, que também é necessário para estabelecer relações causais. A abordagem permitiu uma descrição e compreensão aprofundada do fenômeno, com unidades de análise bem definidas para os três casos, e a coleta de dados utiliza diferentes fontes de dados, conforme apontado por Creswell (2007). O estudo tem confiabilidade, porque apresenta de forma clara os procedimentos utilizados para chegar no resultado. A pesquisa tem também validade, visto que consegue responder o que se propôs e os resultados são conclusões não ambíguas, conforme critérios apontados por De Vaus (2001). Com efeito, o desenho de pesquisa estabelecido permitiu apresentar os resultados para testar a hipótese. Além disso, existem implicações de equivalência dos contextos estabelecidos entre os casos que ajudam a assegurar a validade em pesquisas de cross-case.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande potência de um estudo de caso, se comparado a outras abordagens de pesquisa, é que, através de uma análise espessa (COLLIER; BRADY; SEAWRIGHT, 2004), pode descrever ou explicar casos complexos (CRESSWELL, 2007; GERRING, 2009), necessidade que se adequa muito aos estudos de complexidades dos desenvolvimentos históricos (RUESCHMEYER, 2003). Neste

último caso, especificamente, uma sequência de desenvolvimento histórico pode levantar observações que, por sua vez, podem refutar parcialmente ou indicar novas proposições teóricas (RUESCHMEYER, 2003), além da capacidade de estudar com profundidade um caso e, por isso mesmo, o estudo de caso possibilita que se tenha forte validade interna e que se possa desenvolver grande número de hipóteses e respectivos testes (se relacionado aos estudos com  $n$  grande) (GERRING, 2009). Em suma, seguem as cinco potencialidades principais dos estudos de caso, de acordo com Odell (2001): (1) a possibilidade de gerar teoria válida, através de um contato mais detalhado e abrangente do caso, estimulando o desenvolvimento de novos conceitos, tipologias e hipóteses; (2) são abordagens excelentes para documentar processos; (3) permitem construir uma base empírica forte para desenvolver hipóteses dos casos estudados; (4) preserva e relata mais informações sobre aquele caso do que um estudo estatístico cobrindo o mesmo caso; (5) transmite uma compreensão mais completa da instância estudada, com evidências e raciocínios mais ricos sobre o processo e o contexto, o que é especialmente valioso para eventos-chave marcantes.

Apesar das potencialidades, a capacidade que o estudo de caso tem de refutar parcialmente uma hipótese já demonstra uma limitação diante de outras abordagens. A limitação de que seja muito improvável rejeitar ou provar totalmente as hipóteses a partir de um único caso. A ênfase dada por KKV às teorias gerais, que comprovem completamente uma hipótese, é encarada como uma grande limitação que parece ser menor diante das obras anteriormente citadas. Isso nos leva a destacar a limitação do estudo de caso diante da validade externa, mas não da validade interna. O estudo de casos cruzados avançaria no sentido da validade externa, podendo ser mais representativo do que o estudo de um único caso, entretanto tem o trade-off de que, quanto maior o número de casos, menos profundo você poderá percebê-lo (GERRING, 2009). Por outro lado, deve-se ter cuidado e buscar estabelecer equivalência entre os contextos cruzados para que não ameace a validade de medição. Por isso, é necessário a adaptação e operacionalização dos conceitos aos contextos (ADCOCK; COLLIER, 2001).

Por fim, conforme discutido ao longo do trabalho, ressaltamos as potencialidades dos estudos de caso para pesquisas em Ciência Política, que permitam o estudo aprofundado de um ou mais fenômenos e o entendimento da complexidade dos eventos sociais e políticos, considerando as possibilidades da

abordagem para a produção de inferências válidas apresentadas, que atenda aos requisitos metodológicos de validade e confiabilidade.

#### REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz; FILIPPIM, Eliane Salete. Quando descentralizar é concentrar poder: o papel do governo estadual na experiência catarinense. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 14, n. 2, art. 2, p. 212–228, 2010. Disponível em: [⟨https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/737⟩](https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/737). Acesso em: 10 out. 2022.
- ADCOCK, Robert; COLLIER, David. Measurement validity: a shared standard for qualitative and quantitative research. *American Political Science Review*, v. 95, n. 3, p. 529–546, 2001.
- COLLIER, David; BRADY, Henry; SEAWRIGHT, Jason. Sources of leverage in causal inference: toward an alternative view of methodology. In: BRADY, Henry; COLLIER, David. *Rethinking social inquiry: diverse tools, shared standards*. Lanham (MD): Rowman and Littlefield, 2004.[online]
- CRASNOW, Sharon. The role of case study research in Political Science: evidence for causal claims. *Philosophy of Science*, v. 79, n. 5, p. 655–666, 2012. Disponível em: [⟨https://www.jstor.org/stable/10.1086/667869?seq=1⟩](https://www.jstor.org/stable/10.1086/667869?seq=1). Acesso em: 5 out. 2022.
- DE VAUS, David (ed.). *Research design in social research*. Thousand Oaks (CA): Sage Publications, 2001.
- CRESWELL, John. *Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions*. Thousand Oaks (CA): Sage Publications, 2007.
- ECKSTEIN, Harry. Case study and theory in Political Science. In: GOMM, Roger; HAMMERSLEY, Martyn; FOSTER, Peter. *Case study method*. London: Sage Publications, 2000.
- FLYVBJERG, Bent. Five misunderstandings about case-study research. *Qualitative Inquiry*, v. 2, n. 2, p. 216–245, 2006. Disponível em: [⟨https://arxiv.org/pdf/1304.1186⟩](https://arxiv.org/pdf/1304.1186). Acesso em: 18 out. 2022.

- GERRING, John. The case study: what it is and what It does. In: BOIX, Carles; STOKES, Suzan C. *The oxford handbook of comparative politics*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2009.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton: Princeton University Press, 1994. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4182875/mod\\_resource/content/2/Gary%20King%2C%20Robert%20O.%20Keohane%2C%20Sidney%20Verba%20Designing%20Social%20Inquiry%20%201994.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4182875/mod_resource/content/2/Gary%20King%2C%20Robert%20O.%20Keohane%2C%20Sidney%20Verba%20Designing%20Social%20Inquiry%20%201994.pdf) ). Acesso em: 11 out. 2022.
- KIRK, Jerome; MILLER, Marc. *Reliability and validity in qualitative research*. Thousand Oaks (CA): Sage Publications, 1989. Disponível em: [https://www.academia.edu/10704951/Reliability\\_and\\_Validity\\_in\\_Qualitative\\_Research](https://www.academia.edu/10704951/Reliability_and_Validity_in_Qualitative_Research) ). Acesso em: 21 out. 2022.
- NISSEN, Sylke. The case of case study: on the methodological discussion in comparative political science. *Quality and Quantity*, v. 32, p. 339–418, 1998.
- ODELL, John S. Case study methods in international political economy. *International Studies Perspectives*, v. 2, n. 2, p. 161–176, 2001. Disponível em: <https://academic.oup.com/isp/article/2/2/161/1815937?login=true> ). Acesso em: 10 out. 2022.
- REZENDE, Flávio da Cunha. Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 6, p. 297–337, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n6/n6a12.pdf> ). Acesso em: 29 out. 2022.
- REZENDE, Flávio da Cunha. O Pluralismo inferencial na Ciência Política pós-KKV (2005–2015): argumento e evidências. *Revista Política Hoje*, v. 26, n. 1, p. 241–277, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/12839> ). Acesso em: 10 out. 2022.
- ROCHA, Maria Isabel Baltar da; ROSTAGNOL, Susana; GUTIERREZ, María Alicia. Aborto y Parlamento: un estudio sobre Brasil, Uruguay

- y Argentina. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v.26, n.2, p. 219–236, 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982009000200005&script=sci\\_abstract&tlng=es](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982009000200005&script=sci_abstract&tlng=es). Acesso em: 2 out. 2022.
- ROWLEY, Jennifer. Using case studies in research. *Management Research News*, v. 25, n. 1, p. 16–27, 2002.
- RUESCHEMEYER, Dietrich. Can one or a few cases yield theoretical gains?. In: MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich. *Comparative historical analysis in the social sciences*. New York; Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- SANTOS JUNIOR, Marcelo Alves dos; ALBUQUERQUE, Afonso de. PSOL versus PSOL: facções, partidos e mídias digitais. *Revista Opinião Pública*, v. 26, n. 1, p. 98–126, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8659538>. Acesso em: 30 out. 2022.
- SÁTYRO, Natália; D'ALBUQUERQUE, Raquel. O que é um Estudo de Casos e quais são suas potencialidades. *Revista Sociedade e Cultura*, v. 23, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/download/55631/34815/>. Acesso em: 15 set. 2022.
- STAKE, Robert E. *Multiple case study analysis*. New York: Guilford Press, 2006.
- VAN EVERA, Stephen. Hypotheses, laws and theories: a user's guide. In: VAN EVERA, Stephen. *Guide to methods for students of political science*. London: Cornell University Press, 1997. [online]
- VENTURA, Magda Maria. The case study as a research mode. *Revista da SOCERJ*, v. 20, n. 5, p. 383–386, 2007. Disponível em: [http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007\\_05/a2007\\_v20\\_n05\\_art10.pdf](http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf). Acesso em: 10 ago. 2022.
- YIN, Robert K. *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

# A VALIDADE DAS INFERÊNCIAS CAUSAIS PRODUZIDAS PELO MÉTODO *PROCESS TRACING*

# 4

João Paulo Nicolini Gabriel\*  
Fabiano da Silva Pereira†

**Resumo:** Este artigo objetiva discorrer sobre as capacidades do método de rastreamento de processos (*process tracing*) de produzir explicações causais válidas. Nesse sentido, o presente trabalho propõe colaborar com as discussões sobre Metodologia de Pesquisa, em específico nas áreas da Ciência Política e Relações Internacionais. Procura-se abordar os objetivos do artigo pela observância dos seguintes pontos: a) as características e potencialidades do *process tracing* em desenho de pesquisa; b) as suas capacidades de produção de inferências causais válidas; e c) os testes empíricos que permitem maior alavancagem inferencial através do rastreamento de processos. Conclui-se que o método apresenta capacidades robustas de auxiliar pesquisadores em suas pesquisas nos campos de Ciências Sociais e Relações Internacionais.

**Palavras-chave:** Process Tracing. Inferências causais. Desenho de pesquisa metodológica.

## The Validity Of Causal Inferences Produced By Applying The Process Tracing

**Abstract:** This article discusses the capabilities of process tracing in producing valid causal explanations. In this sense, the present paper collaborates with the discussions on Research Methodology, specifically in the areas of Political Science and International Relations. It addresses the aforementioned purposes by observing the following points: a) the characteristics and potential of process tracing in research design; b) their potential for producing valid causal inferences; and c) the empirical tests that allow greater inferential leverage through process tracking. In conclusion, it is observed that this method has robust capacities to help researchers during their researches in the field of Social Science and International Relations.

**Keywords:** Process Tracing. Inferências causais. Desenho de pesquisa. Metodologia

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo visa a explorar a relação entre o conceito de validade e o método de *process tracing* (rastreamento de processos) aplicado às Ciências Sociais,

---

\* Doutorando em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Católica de Louvain (Bélgica) devido à acordo de cotutela assinado pelas duas instituições. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4239-3522>

Twitter: @jpnicolinogabriel.

E-mail: joao\_paulo\_apd@hotmail.com

† Doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4068-5820>

Email: fabiano\_park@hotmail.com.

em particular na Ciência Política e nas Relações Internacionais. Por rastreamento de processos se entende um método de pesquisa qualitativo capaz de conduzir investigações aprofundadas de fenômenos sociais ocorrendo temporalmente, dentro de um eixo causal. Portanto o interesse deste artigo é entender as possibilidades desse método em produzir explicações causais válidas, evitando indeterminações no desenho de pesquisa. A partir de uma revisão de bibliografia, propõe-se abordar esse tema através de uma sistematização de respostas sobre as principais reticências ao rastreamento de processos dentro das Ciências Sociais.

Diversos autores buscaram responder a determinadas críticas sobre as capacidades de o rastreamento de processos validar seus achados de pesquisa. Nesse sentido, observam-se esforços acadêmicos em busca de refinar o ferramental do método em questão, tais como as contribuições de Barranechea e Mahoney (2019), Beach e Pedersen (2016), Bennett e Checkel (2015), Brady, Collier e Seawright (2006), Collier (2011), Trampusch e Palier (2016) e Van Evera (1997). Sem a pretensão de ser exaustivo, este artigo visa a sistematizar tal literatura. Essa contribuição serve aos interesses da comunidade científica, dado que o uso do rastreamento de processos em desenhos de pesquisa sobre Ciência Política tem aumentado significativamente. Igualmente, há uma grande importância em se avançar na difusão das boas práticas do rastreamento de processos, em vista de sua relação com os estudos de caso, amplamente utilizados na área de Relações Internacionais no Brasil (CARVALHO; GABRIEL; LOPES, 2021). Nesse sentido, contribui-se com a demonstração das potencialidades do *process tracing* em desenhos de pesquisa qualitativos.

Definida a geração de explicações causais válidas como objetivo final da pesquisa científica (KING; KEOHANE; VERBA, 1994; REZENDE, 2017; SÁTYRO; REIS, 2014; SILVA; CUNHA, 2015), a preocupação que ainda paira sobre desenhos de pesquisa parte da capacidade de esse método se adequar ao referido propósito. Este artigo norteia sua atenção sobre afirmações sustentadas por obras comumente lidas em disciplinas de metodologia de pesquisa de cursos brasileiros de Ciências Sociais (enunciadas inicialmente em KING; KEOHANE; VERBA, 1994) que apoiam a tese de que o *process tracing* não seria uma ferramenta útil para produzir inferências causais válidas pelos seguintes três motivos:

- (i) *reduzida parcimônia* – haveria consideráveis riscos de o pesquisador cair no problema de multicolinearidade; isto é, quando a relação causal acaba ofuscada por outros fatores ligados às hipóteses espúrias (cf. George e Bennett 2005; Mahoney 2009). Ademais, a introdução de mais variáveis explicativas dentro de um modelo com poucos casos analisados comprometeria os graus de liberdade, numa perspectiva quantitativa sobre os desenhos de pesquisa (King, Keohane, Verba 1994);
- (ii) *regressão infinita* – o rastreamento de processos poderia ser infinito, pois a reconstrução completa da cadeia causal requiriria um tortuoso procedimento sem delimitações claras da quantidade de evidências a serem coletadas; bem como o seu ponto de partida (King, Keohane, Verba 1994);
- (iii) *falta de acurácia* – encontrar evidências suficientes para a análise de cadeias causais pode ser processo comprometido pela falta de fontes; bem como suas qualidades em prover materiais não enviesados (Gonzales-Ocantos, LaPorte 2019). Haveria, portanto, grandes chances de ocorrer imprecisões no desenho de pesquisa graças ao problema de omissão de variáveis ou redução de validade externa.

Este texto se organiza diante desses três questionamentos. O debate, portanto, gira em torno da validade das explicações causais produzidas via rastreamento de processo. Para prosseguir com esta pesquisa, realizou-se uma revisão bibliográfica dos principais textos que discutem as características e ferramentas do rastreamento de processos. Diante de uma grande quantidade de fontes disponíveis, fez-se uma seleção baseada na quantidade de citações recebidas. Utilizou-se a ferramenta Google Acadêmico para realizar esse processo, pois esse mecanismo de pesquisa conta com a maioria dos trabalhos publicados em revistas científicas e livros. Posteriormente, é possível descrever os principais testes empíricos de hipóteses estabelecidos pela literatura sobre o método, possibilitando maior alavancagem inferencial ao verificar a confiabilidade das conclusões sobre a necessidade ou suficiência das condições encontradas.

Justifica-se tal esforço pelas três motivações que levaram à escrita do texto. Primeiro, facilitar a compreensão e o acesso de estudantes lusófonos ao instrumental dessa ferramenta analítica, que ainda está predominantemente documentado na língua inglesa e é constantemente refinado. Segundo, corrobora-se

com o pensamento de Checkel (2008) e Collier (2011) de que frequentemente a utilização do *process tracing* ocorre sem a completa ciência do estudioso das Ciências Sociais ou Relações Internacionais sobre como fazê-la, ou até da natureza do método. Por esse motivo, o leitor notará que se procurou não somente em trabalhar com artigos e manuais estrangeiros, mas também com referências produzidas pela comunidade científica brasileira para fins elucidativos. Finalmente, defende-se que um rastreamento de processos, aplicado devidamente com rigor metodológico, pode ser um robusto instrumento na obtenção de evidências relevantes aos objetivos propostos pelo desenho de pesquisa (CUNHA; ARAÚJO 2018). Esse propósito é de grande utilidade àqueles acadêmicos que pretendem realizar estudos de caso ou comparativos de *n* pequeno aprofundados e com densidade (BEACH; PEDERSEN, 2016).

A divisão do artigo é a seguinte: (i) discussão sobre o conceito de validade no rastreamento de processo; (ii) seção teórica sobre a aplicação do método dentro de desenhos de pesquisa visando a ampliar sua alavancagem inferencial; (iii) exposição sobre as técnicas desenvolvidas para se testar hipóteses; (iv) exemplo de desenho de pesquisas bem-sucedido no uso do *process tracing* para a formulação de inferências causais válidas; e (v) as considerações finais.

## 2 A VALIDADE E O *PROCESS TRACING*

Discutir o conceito de validade nas Ciências Sociais requer reflexões filosóficas sobre as bases epistemológicas e ontológicas em que se assentam o método. É consenso entre os autores que o *process tracing* é uma forma pela qual se pode conduzir pesquisa qualitativa com vistas a encontrar respostas para perguntas de pesquisa através da identificação dos mecanismos que se interconectam desde as origens da cadeia causal até o resultado observado (BEACH; PEDERSEN; 2016; BENNETT; CHECKEL; 2015; CHECKEL; 2008; CUNHA; ARAÚJO; 2018). Observa-se, portanto, que a literatura especializada em rastreamento de processos não se ancora em terminologias frequentistas, como variáveis independentes, intervenientes ou dependentes. Como apontam Beach e Pedersen (2016), as bases filosóficas do método derivam de proposições determinísticas, isto é, encontrar elementos que produzem um determinado resultado dentro de condições causais similares (e.g., elementos exógenos e contextuais) (FALLETI, 2016). Assim os achados considerados mecanismos

causais, por exemplo, não devem ser entendidos como variáveis intervenientes cujas forças causais atuam em diferentes gradações. Em condições causais similares, um mecanismo causal transmite uma força causal que induz a determinado resultado.

Porém a dificuldade de observar essa diferença epistemológica afeta as principais discussões sobre validade nas pesquisas de *process tracing* no Brasil. Nota-se que se pairam ainda dúvidas sobre a capacidade de provisão de resultados não enviesados obtidos através de seu uso (KING; KEOHANE; VERBA, 1994). Sem considerar tais diferenciações, os principais questionamentos se relacionam ao fato de o método aparentar aproximações com desenhos de pesquisa descritivos-analíticos pouco formais (OLIVEIRA; PICCININI, 2009). Desde a revolução behaviorista nas Ciências Sociais, ocorrida em meados do século XX, consolidou-se uma opção pelas metodologias quantitativas. Essa tem sido calcada na sedutora ideia positivista e frequentista de analisar os dados por meio de modelos matemáticos comparativos de grandes populações de casos. Posto isso, a forte associação com os estudos históricos sobre poucos casos ainda expõe o rastreamento de processos a críticas sobre as capacidades de se produzirem resultados válidos capazes de serem replicados ou de se aproximarem de uma suposta realidade universal (COLLIER; BRADY; SEAWRIGHT, 2006; GERRING, 2007; MAHONEY, 2009).

Validade, no predominante ideário positivista, significa uma abstrata procura pelas reais manifestações dos fenômenos através de rigorosos conjuntos de regras que versam tanto sobre a coleta quanto à interpretação dos dados necessários para se responder a uma pergunta (CUNHA; ARAÚJO, 2018; LAKATOS; MARCONI, 2003; KING; KEOHANE; VERBA, 1994). Consequentemente, a ideia frequentista ganha tração por se tratar de um pensamento em que fenômenos se manifestam em diferentes intensidades, as quais são possíveis de se mensurar com a análise de diversos casos de ocorrência.

É questionável, porém, a relação desse termo com a veracidade absoluta da explicação. A impossibilidade de se compreender completamente um fenômeno é uma virtude dos princípios científicos, uma vez que o processo de produção de inferências é imperfeito. O refinamento de teorias e descobrimento de novas hipóteses é um processo contínuo — e provavelmente eterno — dado que a obtenção de todas as implicações observáveis relacionadas a problemas de pesquisa no campo das Ciências Sociais é impraticável, bem como o controle de

todas as variáveis (LAKATOS; MARCONI, 2003). Igualmente, nem todos os elementos deveriam ser entendidos como mensuráveis. Atestar a sua existência como um transmissor de forças causais, por exemplo, é um objetivo científico que, se embasado em evidências, demonstra um achado válido (BEACH; PEDERSEN, 2016). Tal lógica científica, destarte, acreditaria que poderiam ser válidos estudos que ontologicamente seguem os preceitos de Descartes, os quais defendem causalidade<sup>1</sup> como um fenômeno de características possivelmente determinísticas — algo que ocorre em X com contexto Y também será vista em A, B, C... se contexto mantido igual a Y (BENNETT, 2008).

Logo o entendimento de validade na comunidade científica deve ter por definição genérica superar posições edificadas em falsos pressupostos — muitas vezes, corroborados por superficiais aparências ou correlações (CUNHA; ARAÚJO, 2018). Como apontam Lakatos e Marconi (2003), a validade<sup>2</sup> científica se baseia em quatro pilares: (i) as conclusões devem ser factuais, isto é, fatos são investigados rigorosamente buscando solucionar problemas; (ii) o conhecimento é contingente, pois suas hipóteses são testadas empiricamente por mecanismos dispostos no desenho de pesquisa; (iii) os procedimentos adotados são públicos e devem ser descritivos detalhadamente para que as afirmações possam ser comprovadas; e (iv) os achados são aproximações possíveis do mundo real de forma que se deixa aberto a refinamentos ou refutações posteriores (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Toda validação da produção científica é centrada, portanto, em duas dimensões. Primeiramente, existe a validação interna do modelo em que a observação da sua capacidade sustenta a confiança das suas inferências causais (DE VAUS, 2001). Busca-se, portanto, a consistência necessária para fundamentar a observância da causalidade dentro do fenômeno estudado (SÁTYRO; REIS, 2014). Já a validação externa está relacionada à ideia de generalização (SÁTYRO; REIS, 2014), isto é, a capacidade de replicabilidade das explicações reveladas por um desenho de pesquisa (DE VAUS, 2001).

---

<sup>1</sup> Entende-se causalidade por fenômenos sociais são que ocasionados por fatores estudados e forças transmitidas por agentes até a produção de um resultado.

<sup>2</sup> Pela forte relação do rastreamento de processos com a epistemologia positivista, esse texto aborda os conceitos e discussões existentes dentro deste arcabouço filosófico. Não se desconsidera, porém, que estudos interpretativistas ou pós-coloniais possuem relevantes contribuições aos estudos de ciências sociais.

Com o *process tracing*, a validade, portanto, sustenta-se nos interesses de cada tipo de desenho de pesquisa, tendo como preceitos ontológicos e epistemológicos variantes de causalidade determinística. Vale salientar que, como será discutido futuramente, essa escolha se centra na valorização da validade interna em detrimento de possível maior robustez na validade externa. Isto é, estudos que utilizam o rastreamento de processos podem não ter por objetivo final encontrar uma explicação generalizável. Como demonstrado futuramente neste artigo, o *process tracing* pode servir para a condução de estudos interessados na explicação de um fenômeno específico. Logo a principal necessidade é consolidar a validade interna das respostas formuladas. Utilizados de forma rigorosa, os estudos de rastreamento de processo são fontes ricas de produção de análises válidas. Embora haja forte relutância na aceitação de que estudos de caso possam estabelecer respostas a problemas complexos das Ciências Sociais (KING; KEOHANE; VERBA, 1994), percebe-se que pesquisas qualitativas passam por intensivo processo de refinamento de suas ferramentas metodológicas. Essa literatura visa, então, a aumentar o rigor nas escolhas de caso (BENNETT; GEORGE, 2005; GERRING, 2007), estabelecer rigorosos testes de hipóteses (COLLIER, 2011; VAN EVERA, 1997) e atrelá-las às lógicas probabilísticas (e.g., teoremas bayesianos) e interpretações *set-theoretic*, de forma a nortear, principalmente, o processo de coleta de evidências e escolha de casos (BARRANECHEA; MAHONEY, 2019; FAIRFIELD; CHARMAN, 2017; ROHLFING, 2013).

Os desenhos de pesquisa que escolhem rastrear historicamente cadeias causais devem procurar escapar de armadilhas, a fim de ampliar a confiabilidade de seus achados. A robustez desses modelos se vincula à robustez do ferramental metodológico buscando evitar problemas de endogenia, corroborar com falsos positivos ou rejeitar hipóteses verdadeiras (CUNHA; ARAÚJO, 2018). O artigo parte agora para uma demonstração das capacidades do *process tracing* de auxiliar o pesquisador em atingir o objetivo de produzir inferências causais válidas.

### 3 O *PROCESS TRACING* E AS CONSTRUÇÃO DE EXPLICAÇÕES VÁLIDAS: DO PANORAMA AO DEBATE

Como observado, a escolha do método é um passo importante dentro da construção total do desenho de pesquisa, pois se refere aos meios que se utilizam na

coleta precisa e adequada das informações necessárias para produzir resultados sem influência de vieses; isto é, válidos. A escolha das técnicas de coleta de evidências e realização da pesquisa deve ser adequada aos arcabouços teóricos definidos pelos estudiosos diante do que se pretende responder com a pesquisa (SÁTYRO; REIS, 2014). Diferentes graus de abstração sobre quais perspectivas usar envolvem sempre escolhas entre maior aprofundamento ou poder de generalização (D'ALBUQUERQUE; SÁTYRO, 2017; SARTORI, 1970).

O rastreamento de processos, nesse sentido, auxilia na reconstrução de cadeias causais a partir da observância dos mecanismos causais (BEACH; PEDERSEN, 2016; CHECKEL, 2008; GEORGE; BENNETT, 2005; MAHONEY, 2016). Por mecanismo causal se entende agentes (e.g. comportamentos individuais, atividades institucionais, regras mentais, práticas, ações ou instrumentos) cujo processo de interação, inserido em contexto e em condições específicas, transfere energia ou informação para outras entidades de maneira a influenciá-las e possibilitar a ocorrência de determinado fenômeno (BENNETT; CHECKEL, 2015; CUNHA; ARAÚJO, 2018). Posto de maneira mais específica, o objetivo final do rastreamento de processos é identificar quais são as forças causais existentes numa determinada cadeia analisada e que ligam causa ao resultado. Nesse sentido, há um outro distanciamento da lógica frequentista ao não se anular as potencialidades de condução de investigação em casos cujos resultados são previamente conhecidos (GEORGE; BENNETT, 2005). Sendo assim, nota-se que o rastreamento de processos é um método de pesquisa que objetiva não necessariamente mensurar a quantidade que um elemento impacta um resultado, mas sim a existência desse elemento como transmissor de forças causais (BEACH; PEDERSEN, 2016).

Não é rara a analogia dessa técnica com um investigador interessado em entender como uma carreira de vários dominós tombou sucessivamente da primeira peça até a última. O processo de transmissão de energia forma elos entre as peças, as quais seriam os mecanismos causais entre o fenômeno desencadeador e seu resultado final (BENNETT; CHECKEL, 2015). Ao estudioso seria importante buscar evidências justificantes de explicações alternativas sobre a causação do fenômeno, objetivando selecioná-las ou excluí-las de acordo com suas verossimilhanças (GEORGE; BENNETT, 2005). O *process tracing* auxiliaria na obtenção de respostas sobre as condições necessárias e suficientes ao

desencadeamento do fenômeno de maneira a fortalecer uma hipótese em comparação àquelas que a rivalizavam (BENNETT; CHECKEL, 2015; COLLIER, 2011; CUNHA; ARAÚJO, 2018). Tanto o contexto quanto o período estabelecido têm o intuito de possibilitar o rastreamento dos mecanismos causais e seus elos para que sejam localizadas implicações observáveis que corroboram ou sustentam determinadas proposições (BEACH; PEDERSEN, 2016; BENNETT; CHECKEL, 2015; CUNHA; ARAÚJO, 2018).

O *process tracing* serve tanto aos estudos indutivos quanto aos dedutivos (FALLETI, 2016). Isto é, análises por meio de indução, cujo objetivo é a formulação de teorias, usam da técnica para produzir explicações a partir do encontro de mecanismos causais responsáveis por determinado resultado, num caso escolhido, de forma a verificar suas potencialidades de generalização (CUNHA; ARAÚJO, 2018). As pesquisas dedutivas, para testes ou refinamentos teóricos, rastreiam processos de forma a investigar a sustentação de explicações por prévios pressupostos sobre determinadas ações ou presença de mecanismos causais (BENNETT; CHECKEL, 2015).

Nesse ponto, pontua-se que o rastreamento de processos se divide em três vertentes epistemologicamente diferentes: (i) *theory-testing*; (ii) *theory-building*; e (iii) *explaining-outcome*. A primeira forma de *process tracing* é relativa aos estudos dedutivos. Com ênfase na teoria, busca-se testar a adequação das explicações sugeridas pelos arcaouços teóricos dentro da cadeia causal analisada, ou melhor, se os mecanismos causais hipoteticamente previstos estão presentes e capazes de gerar resultados previstos (CUNHA; ARAÚJO, 2018). Já no segundo caso, tenta-se construir uma explicação causal generalizável mediante a interpretação da ação de mecanismos causais dentro de um estudo específico sobre um caso considerado representativo de uma população (BEACH; PEDERSEN, 2016). No último, faz-se uma busca para resolver um determinado problema que ainda não fora abordado pela literatura e precisa de um olhar apurado do pesquisador para captar todas as dinâmicas relevantes que moldaram o processo causal (BEACH; PEDERSEN, 2016). Nesse momento, técnicas indutivas e dedutivas são intercaladas, bem como há a possibilidade de avançar num ecleticismo dos paradigmas teóricos (CUNHA; ARAÚJO, 2018; SIL; KATZENSTEIN, 2010).

Demonstradas essas diferenças, conclui-se que o rastreamento de processos não se trata de uma simples narrativa descritiva ou *storytelling*, mas de

uma ferramenta analítica a serviço do desenho de pesquisa que visa a produzir inferências causais válidas (LIMA, 2017; VENNESSON, 2008). Nesse âmbito, as três vertentes se baseiam num escopo analítico previamente definido pelo conhecimento do autor e revisões de literatura capazes de produzir inferências descritivas que atestem os objetivos da pesquisa. A ideia de que o rastreamento de processos é falho porque acarretaria num problema de regressão infinita, portanto, encontra uma resposta. Bennett e Checkel (2015) demonstram que os desenhos de pesquisa devem se pautar nessas inferências descritivas para salientar a necessidade de se olhar para uma determinada sequência. Nesse caso, conhecimentos sobre períodos de conjuntura crítica ou momentos importantes para uma trajetória podem ser utilizados como ponto de partida. Nos estudos de políticas públicas no Brasil, a introdução da Constituição de 1988, por exemplo, é um ponto de partida para diversos estudos.

É elemento sistemático das três vertentes a concentração preferencial dada à observância ou não de mecanismos causais. Diferentemente dos métodos quantitativos, não se busca, via de regra, inferir sobre a influência de determinada variável na produção de um resultado (TRAMPUSCH; PALIER, 2016). Não gravitando sobre a lógica frequentista, o rastreamento de processos se preocupa com a coleta de evidências que incidam certo peso sobre as hipóteses. Isto é, a coleta de dados se volta à produção de inferências causais mediante a obtenção de informações valiosas que alterem o grau de confiança numa hipótese. Significa, assim, que, com o rastreamento de diferentes evidências, ao longo da cadeia causal, as probabilidades das hipóteses podem ser alteradas (SILVA; CUNHA, 2015).

Essa lógica probabilística bayesiana tem se tornado predominante no *process tracing* de maneira a caracterizar os dados coletados como *causal-process observation* (COLLIER; BRADY; SEAWRIGHT, 2006; MAHONEY, 2009). Essas implicações observáveis oferecem informações que possibilitam *insights* para conexões e mecanismos causais (COLLIER; BRADY; SEAWRIGHT, 2006; CUNHA; ARAÚJO, 2018). A saturação de dados ocorre, portanto, quando diversas informações relevantes conseguem julgar as hipóteses analisadas — refutando-as ou aceitando-as, não sendo, então, necessário coletar imensas quantidades de evidências.

A ideia de falta de acurácia do rastreamento de processos tem sido superada diante dos mais apurados debates sobre as raízes epistemológicas do método.

A busca por evidências é guiada pelo desenho de pesquisa e seus interesses. Baseado nas concepções explicativas dos arcabouços teóricos (MAHONEY; GOERTZ, 2006), o rastreamento de processos se direciona à coleta de observações relevantes. Por isso, o pesquisador deve ser transparente nos procedimentos de pesquisa e na descrição dos mecanismos causais analisados. Esse processo relata os passos a serem dados para se encontrarem determinadas evidências que tenham peso de corroborar ou eliminar uma hipótese (BEACH; PEDERSEN, 2016; BENNETT; CHECKEL, 2015).

Para Barranechea e Mahoney (2019), o detalhamento dos mecanismos causais avança no aumento da confiabilidade das inferências produzidas via *process tracing*. Assim, há um aumento da acurácia desses desenhos de pesquisa pelo norteamento dado à busca de evidências de três tipos: vestígio, sequência e prova. As primeiras atestam a existência de um evento considerado relevante para a presença de um mecanismo causal. O segundo tipo é relacionado ao contexto temporal e espacial cronologicamente estabelecido e que predita a ação esperada de um mecanismo. Teorias preveem determinadas sequências causais e essas evidências aumentam ou diminuem a confiança nessas explicações. Destarte, contrapõe-se ao pensamento frequentista de que o rastreamento de processos se configura um método de baixa acurácia, dada uma suposta incapacidade de se estabelecer temporalmente um marco histórico para análise. Tal contexto se define com a formulação do desenho de pesquisa e seu embasamento teórico. Por último, há as evidências que possibilitam detalhar fatos através da análise de material empírico, de origem documental ou oral (BEACH; PEDERSON, 2016; CUNHA; ARAÚJO, 2018).

O rastreamento de processos precisa de uma substantiva base de fontes empíricas. A falta de evidências que corrobore a existência de um elo entre dois mecanismos causais automaticamente enfraquece a hipótese. Quando os dados não estão disponíveis, o *process tracing* apenas produz inferências causais com significativa margem de incerteza (GEORGE; BENNETT, 2005). Com isso, demonstra-se a importância de o autor ter acesso às fontes primárias (e.g., documentos oficiais, atas de reuniões, discursos e entrevistas) para conduzir sua pesquisa (GONZALEZ-OCANTOS; LAPORTE, 2019).

Fontes secundárias serviriam principalmente para triangular dados e procurar evidências que auxiliem na formulação do desenho de pesquisa. Essas

podem até ser usadas como *proxy*, caso haja a falta de documentações primárias sobre determinado ponto da cadeia causal. Porém esse movimento deve ser avaliado com muita cautela, pois fontes secundárias podem estar permeadas por indeterminações nos seus desenhos de pesquisa ou vieses do autor (THIES, 2002). Deve-se estabelecer uma revisão sistemática de literatura dando preferência às revistas nos patamares superiores dos índices de análises de periódicos, por exemplo. Essas contam possivelmente com avaliações cegas entre pares bem rigorosas que filtrariam diversos vieses. Nesse caso, é interessante que a escolha dos processos rastreados seja pautada em conhecimentos prévios dos autores sobre a disponibilidade de fontes com o intuito de facilitar o desenvolvimento da pesquisa (GERRING; COJOCARU, 2016). Esse conselho é precioso para pesquisas que possuem prazo determinado para entrega e requisitam detalhamento de eventos para inferir sobre um mecanismo causal.

#### 4 PROCESS TRACING E OS TESTES DE HIPÓTESES

Os testes de hipóteses se constituem como elemento fundamental da produção científica. Ao tratar o rastreamento de processos na busca de inferências causais válidas, o trabalho do investigador científico é análogo ao de um detetive, buscando solucionar um determinado crime: cada elemento gera uma hipótese (observação de processo causal) sobre o conjunto explicativo dos mecanismos que levaram ao delito. Consequentemente, tais hipóteses devem ser testadas para confirmá-las ou refutá-las a fim de que as evidências sobre o crime sejam solucionadas (COLLIER, 2018; CUNHA; ARAÚJO, 2018; SILVA; CUNHA, 2015).

A literatura abarca quatro tipos de teste: (i) *hoop test*, (ii) *smoking-gun test*, (iii) *doubly-decisive test* e (iv) *straw-in-the-wind test* (BENNETT, 2006; VAN EVERA, 1997). As características são exploradas de acordo com Bennett (2010), Cunha e Araújo (2018), Silva e Cunha (2015) e Van Evera (1997). Para tornar a explicação mais lúdica e compreensível, usa-se como exemplo o método adotado pelo Dr. House no episódio 17 (*All in*) da segunda temporada, o qual, como salientado futuramente, é pautado num processo investigativo que o médico conduz até encontrar as causas dos sintomas observados pelo paciente.

O *Hoop Test* (teste de argolas) avalia se uma determinada evidência é condição necessária no desencadeamento do fenômeno. Caso o teste se revele

positivo, a hipótese se fortalece. Do contrário, ela é descartada. O episódio destacado do Dr. House trata do caso do garoto Ian, de 6 anos, que apresenta sintomas semelhantes ao de Esther, uma idosa de 70 anos, que falecera 24h depois de dar entrada no hospital. Ao descobrir que Ian possuía o mesmo sintoma que levava Esther à internação, House elabora um teste para verificar se o garoto também possuía os outros sintomas fatídicos a Esther. O médico pede que o garoto tente alcançar uma bengala e que movimente os olhos de acordo com o movimento dos dedos de House. Ambos os testes são positivos. Concluiu-se que o paciente apresenta falha na coordenação motora (segundo sintoma de Esther). House, portanto, fortalece a sua hipótese de que Esther e Ian eram portadores da mesma doença, mas não seria possível ainda confirmá-la.

As constatações de House se assemelham com a lógica do *Hoop Test*, uma vez que o teste de argolas tem como finalidade descartar ou fortalecer hipóteses. O fato de Ian apresentar os sintomas de Esther é uma condição necessária para inferir que ambos os casos se inserem no mesmo processo causal (doença  $Y \rightarrow$  sintoma  $X$ ), mas não é suficiente para confirmar as hipóteses.

O *Smoking-gun* gira em torno da busca pela condição suficiente, mas não necessária na comprovação da hipótese. O exemplo mais clássico é o caso do suspeito ao ser flagrado com a arma em momento após o crime acontecer. O fato seria condição suficiente para comprovar a culpabilidade. Contudo não é necessário estar armado para ser acusado da execução do crime. Para auxiliar na explicação do *Smoking-gun Test*, retoma-se ao caso do Dr. House: durante o episódio, Ian apresenta outros três sintomas que levaram Esther a falecer em 24h. Reunir cinco sintomas é condição suficiente para inferir que Ian e Esther portavam a mesma enfermidade. Mas não é necessário que os cinco sintomas se manifestem sequencialmente (no caso), posto que até mesmo uma doença pode se manifestar de diversas formas. O *Smoking-gun*, portanto, é um teste suficientemente forte para validar a hipótese. Caso o teste seja negativo, a hipótese não é rejeitada, porém é enfraquecida consideravelmente.

Já o *Doubly-decisive test* considera a hipótese sob as condições necessária e suficiente. Esse é um teste definitivo que, ao validar uma determinada evidência, confirma decisivamente a hipótese e elimina automaticamente as hipóteses rivais. É um teste que possui a maior alavancagem inferencial. Dada a sua complexidade, o *Doubly-decisive* é um teste muito raro para se aplicar em fenômenos sociais e políticos. Para Silva e Cunha (2015, p. 119), a combinação

do *Hoop Test* com *Smoking-gun* é a estratégia mais objetiva para se aproximar da alavancagem inferencial dada pelo *Doubly-decisive test*. Se uma hipótese passa no *Smoking-gun Test* e as hipóteses rivais são reprovadas, em um *Hoop Test* se pode inferir que determinados fatores seriam condição necessária e suficiente para a produção de fenômenos específicos.

Finalmente, o *Straw in the wind* é considerado o mais fraco entre os quatro testes disponíveis no método *process tracing*. Sua aplicação está mais relacionada a testar hipóteses rivais de modo que elas sejam enfraquecidas e, conseqüentemente, apenas fortaleça uma determinada explicação. Segundo Silva e Cunha (2015, p. 119), o *Straw in the wind* geralmente é utilizado quando a teoria é pouco elucidativa sobre o fenômeno a ser investigado. Porém proporciona uma orientação sobre o rumo da hipótese a ser testada, promovendo um suporte para que o pesquisador avance no estudo sobre o fenômeno.

O episódio de Dr. House sobre o caso de Ian é bastante instrutivo para exemplificar o *Straw in the wind*: quando a hipótese rival é testada em Ian, ela não só é reprovada como também antecipa outro sintoma de Esther. Dessa forma, ao falhar, a hipótese rival direcionou o estudo de House para a hipótese que viria a ser confirmada: a doença de Ian era a mesma de Esther.

Segue a sistematização dos quatro testes de hipóteses elaborada por Collier (2011) e reproduzida, em língua portuguesa, por Silva e Cunha (2015):

## 5 O *PROCESS TRACING* EM AÇÃO: EXEMPLOS EM DESENHOS DE PESQUISA

Este capítulo tem o escopo de abordar exemplo de desenho de pesquisas que obteve êxito quando da utilização do *process tracing* com o objetivo de formular inferências causais válidas. Nesse sentido, serão apresentados exemplos de trabalho que utilizaram esse método de maneira adequada a ponto de produzir inferências válidas. O interesse em destacar tais casos é permitir com que futuras pesquisas se espelhem nos caminhos metodológicos traçados.

### 5.1 *Relações Internacionais*

O artigo “The forbidden cooperation: South Africa–Brazil nuclear relations at the turn of the 1970s”, publicado em 2018 pela Revista Brasileira de Política

QUADRO 1 Síntese dos Testes de Hipóteses

		SUFICIENTE PARA AFIRMAR INFERÊNCIA CAUSAL?	
		NÃO	SIM
NECESSÁRIO PARA AFIRMAR INFERÊNCIA CAUSAL?	NÃO	1. <i>Straw-in-the-Wind</i> PASSAR: Afirma a relevância da hipótese, porém não a confirma. NÃO PASSAR: A hipótese não é eliminada, mas é levemente enfraquecida.	3. <i>Smoking-Gun</i> PASSAR: Confirma a hipótese. NÃO PASSAR: A hipótese é eliminada, mas é enfraquecida de alguma forma.
		Implicações para Hipóteses Rivals: PASSAR - levemente as enfraquece. / NÃO PASSAR - levemente as fortalece.	Implicações para Hipóteses Rivals: PASSAR - substancialmente as enfraquece. / NÃO PASSAR - fortalece um pouco.
	SIM	2. <i>Hoop</i> PASSAR: Afirma a relevância da hipótese, porém não a confirma. NÃO PASSAR: Elimina a hipótese.	4. <i>Doubly Decisive</i> PASSAR: Confirma a hipótese e elimina as outras. NÃO PASSAR: Elimina a hipótese.
		Implicações para Hipóteses Rivals: PASSAR - levemente as enfraquece. / NÃO PASSAR - levemente as fortalece.	Implicações para Hipóteses Rivals: PASSAR - elimina. / NÃO PASSAR - substancialmente as fortalece.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados de Collier (2011) e Silva e Cunha (2015).

Internacional, sob autoria de Carlo Patti, faz um interessante uso do rastreamento do processo para investigar as razões pelas quais o Brasil recusou assistências sul-africanas em matéria nuclear no final dos anos 1970.

Formulações de política nuclear são entendidas por diversas correntes teóricas das relações internacionais através dos recortes de defesa nacional. Predominam-se as explicações realistas que fazem uso do nível de análise mais alto. Ou seja, perspectivas nacionais se referindo, por exemplo, aos Estados como agentes unitários imersos num sistema competitivo pelo poder e permeado por ameaças mútuas. Esse arcabouço teórico não apresentaria explicações satisfatórias para a rejeição de um acordo entre potências regionais interessadas no

desenvolvimento de energia atômica, ricas em minerais e ainda refratárias aos regimes de não proliferação (PATTI, 2018).

Patti propõe um desenho de pesquisa que desça a análise ao nível das disputas burocráticas no governo brasileiro através da utilização do arcabouço teórico neoinstitucionalista. Desafia-se a validade interna das inferências causais produzidas por explicações realistas das relações internacionais ao demonstrar omissões de variáveis explicativas também responsáveis pela causação de determinados acontecimentos.

O *process tracing* é instrumentalizado em favor da redefinição dos elos entre os mecanismos causais a partir da obtenção de evidências por meio de entrevistas e análise documental. Nesse aspecto, sugere-se a hipótese de que as condições suficientes ao estabelecimento de acordos nucleares são as convergências dos diferentes tomadores de decisão (e.g., diplomatas, militares e cientistas) diante de suas avaliações sobre repercussões internacionais e impactos do ato nos planos de política externa, desenvolvimento econômico e busca pela autonomia tecnológica. A questão de defesa e avanço das capacidades materiais é entendida, assim, como uma das condições necessárias para o interesse em se firmar um acordo dessa natureza, mas não é suficiente para explicar tal fenômeno. A verificação dos posicionamentos oficiais dos generais e diplomatas demonstrando pragmáticas reticências ao projeto é um *smoking gun* para explicar o resultado da questão.

No caso da oferta sul-africana ao Brasil, havia forte interesse dos cientistas que divergiam dos diplomatas e militares preocupados com as possibilidades de o fato repercutir negativamente em seus planos de expansão das relações diplomáticas com países africanos e no desenvolvimento da política nuclear nacional, dado que se poderia criar, diante da parceria com o regime do *apartheid*, forte empecilho diante da comunidade internacional.

## 5.2 Estudos legislativos

Na dissertação de mestrado “O lobby indo-americano no Congresso Americano e o Acordo Nuclear Civil de 2008”, defendida em 2019, João Paulo Nicolini Gabriel analisou as negociações congressuais estadunidenses do acordo nuclear entre Índia e Estados Unidos. Nesse caso, a pergunta de pesquisa era entender o papel desempenhado pela diáspora indiana nesse contexto. Diversos estudos

anteriores a apresentavam como crucial para o desfecho positivo da negociação, uma vez que era sugerido que apenas esses lobistas estariam interessados na aprovação de um acordo supostamente contrário à política externa dos Estados Unidos.

O rastreamento de processo foi aplicado como método à reconstrução das tratativas dentro do congresso estadunidense à vista de identificar os atores políticos envolvidos. A pesquisa fora guiada pelo arcabouço teórico neoinstitucionalista. Por meio de entrevistas semiestruturadas e análise documental e bibliográfica, a utilização do *process tracing* se fez interessante para o mapeamento dos agentes inseridos nas negociações e por permitir testes de validação de hipóteses. Nesse aspecto, o autor, em última análise, conclui que não é possível inferir que os indo-americanos foram os principais responsáveis pelo convencimento dos legisladores, porque as indeterminações nos desenhos de pesquisa ocorrem devido às omissões de variáveis explicativas, tais como a presença de coalizões favoráveis ao acordo compostas também pelo empresariado, atores indianos e membros da burocracia de Washington.

A leitura de manuais específicos sobre grupos de interesse e diásporas no legislativo estadunidense apresentaram conjunto de indicadores para mensurar a influência desse tipo de ator numa negociação. Esses fatores eram: (i) concentração populacional; (ii) convergência de agendas com a dos EUA; (iii) unidade comunitária; (iv) capacidade organizacional; (v) participação em coalizões ad hoc; (vi) assimilação com a sociedade local e capacidade de influenciá-la; (vii) acesso às instituições governamentais; e (viii) recursos financeiros e financiamento de campanhas (GABRIEL, 2019).

Primeiro, a existência dessa literatura, generalizável e aplicada, inclusive, em estudos de  $n$  grande, já é um teste *straw-in-the-wind* ao enfraquecer a ideia de que um único ator poderia ser responsável pelo feito. Segundo, são feitos diversos *hoop tests* relativos às características da comunidade indo-americana com resultado negativo — logo, descarta-se a hipótese de sua atuação ter sido condição necessária e suficiente para explicar o caso. Finalmente, a observação da presença de uma vasta gama de atores interessados na aprovação do acordo como forma de catalisar as relações bilaterais entre essas duas democracias aponta para a confirmação da hipótese de que a existência de uma coalizão fora fundamental para o fenômeno estudado. Isto é, os indo-americanos obtiveram sucesso nesse momento pelo fato de terem convergido com os interesses de

outros atores políticos. Demonstra-se a importância do enquadramento teórico em guiar as buscas de evidências relevantes que liguem os mecanismos causais de maneira a produzir inferências causais válidas.

### 5.3 Políticas Públicas

No artigo “A capacidade transformativa do governo federal brasileiro na construção de uma burocracia da assistência social nos municípios”, publicado em 2018 na Revista de Administração Pública, Sátyro e Cunha (2018) propõem analisar a capacidade transformativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) de moldar mudanças estruturais nos municípios brasileiros. O estudo parte da contextualização de que a política de Assistência Social (instituída na Constituição Federal de 1988) apresentou nos últimos anos um expressivo crescimento nas ofertas de serviços e benefícios, bem como a contratação de mais de 100 mil servidores diretos (SÁTYRO; CUNHA, 2018). No que diz respeito à sustentação teórica, as autoras consideram o meio de controle da administração pública pela imposição de normas, uso de estruturas hierarquizadas e procedimentos padronizados e o uso de espaços deliberativos como meio para a formulação de pactos federativos que visam à implementação da política de forma coordenada (SÁTYRO; CUNHA, 2018).

Assim, o artigo parte da seguinte questão: haveria uma efetiva capacidade transformativa daquele governo incidindo nos municípios e, portanto, na capacidade do nível subnacional de ofertar essa política?

A hipótese levantada é de que a capacidade transformativa do MDS ocorreu por um processo incremental, denominado de aprendizagem organizacional, tanto do próprio aparato burocrático como das estratégias administrativas para a indução de municípios à ação, com a produção de normas específicas associadas a incentivos financeiros. Nesse sentido, o estudo de Sátyro e Cunha (2018) utilizou do método *process tracing* para investigar os elos causais que conectam a produção de normas e dos pactos e a construção da estrutura burocrática municipal.

A partir de uma análise documental, a investigação verificou a importância do aprendizado organizacional e institucional no processo de constituição de capacidades estatais, observando que as decisões expressas em atos normativos

faziam com que o próprio MDS revisse as regras adequando-as em especificidades reveladas no processo de implementação das próprias normas. Outro processo de aprendizagem também foi apontado quanto à competição entre SNAS e SENARC. Segundo as autoras, o fim da competição entre essas duas estruturas burocráticas possibilitou que cada qual apresentasse um aprendizado específico: o fortalecimento técnico-operacional da SNAS e a centralidade do debate político pela SENARC (SÁTYRO; CUNHA, 2018).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou argumentos que reforçam seus objetivos de demonstrar a capacidade de o rastreamento de processos servir à produção de inferências causais válidas dentro de um desenho de pesquisa qualitativo. É esperado que as contribuições deixadas tenham ampliado os entendimentos sobre esse método. Nesse aspecto, era significativo demonstrar que o *process tracing* deve ser aliado às diferentes técnicas (e.g., testes de hipóteses) para ampliar seu rigor metodológico. Igualmente, sua utilização se faz subordinada ao arcabouço teórico escolhido para responder aos interesses do desenho de pesquisa.

Cunha e Araújo (2018), Silva e Cunha (2015) e Bennett e Checkel (2015) resumiriam os achados deste artigo em alguns tópicos que os investigadores devem ter em mente sobre as potencialidades dessa ferramenta analítica: (i) deve-se sempre considerar todas as hipóteses explicativas possíveis, inclusive as alegadamente mais esdrúxulas, para que seja possível confrontá-las através da reconstrução dos nexos causais por meio de evidências que direcionam o trabalho. Isto é, deve-se demonstrar o mesmo rigor por todos os tipos de explicação, de maneira a evitar conclusões precipitadas; (ii) ater-se aos interesses da pergunta de pesquisa. Coletar evidências por meio de uma pesquisa aprofundada baseada em entrevistas, leitura de documentos e bibliografia especializada pode levar o estudioso a se preocupar demais com um aspecto marginal aos interesses iniciais. Por isso, deve-se ter sempre em mente até quando é justificável buscar novas evidências e por quais caminhos se enveredar; (iii) entender que toda inferência causal válida incorre sempre da possibilidade de ser falseada. Mesmo em explicações com alto nível de confiabilidade nos procedimentos adotados para a coleta de dados, haverá certo grau de incerteza; (iv) o uso dessa ferramenta analítica pode ser aplicado tanto em desenhos de pesquisa

voltados ao teste ou à formulação de teorias. O *process tracing* pode encontrar *insights* importantes para a produção de inferências causais válidas e dialogar com teorias anteriormente produzidas sobre determinada questão; (v) finalmente, os testes de hipóteses são muito úteis para que os autores tenham a compreensão das validades de suas explicações.

Nesse sentido, este artigo conclui que o rastreamento de processos é um método científico capaz de prover explicações válidas ao identificar elementos formuladores de cadeias causais e os mecanismos que transmitem força causal até o resultado em questão. Nota-se que muitas críticas ao método, na realidade, são ocasionadas por um problema de ordem epistemológica, dada a presença massiva de entendimentos frequentistas na discussão científica. As contribuições de KKV, por exemplo, são presentes de forma substancial em cursos de metodologia e desenho de pesquisa nas áreas de ciências sociais e relações internacionais. Porém suas críticas, bem como as de seus pares de visão epistemológica semelhante, não entendem que o rastreamento de processos é um método que aplica lógica determinística para identificar a presença de mecanismos causais capazes de explicar a existência de determinados resultados. Sua formulação de desenho de pesquisa, destarte, aceita casos previamente conhecidos e análises de  $n$  pequeno. Isso não significa uma ausência de práticas e regras de pesquisa. Pelo contrário, como se demonstrou, há constante ampliação das formas de se estabelecerem testes de hipóteses e, por conseguinte, ampliar a validação dos estudos.

#### REFERÊNCIAS

- BARRENECHEA, Rodrigo; MAHONEY, James. A set-theoretic approach to Bayesian process tracing. *Sociological Methods & Research*, v. 48, n. 3, p. 451–484, 2019.
- BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. *Process-tracing methods: foundations and guidelines*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2016.
- BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. *Process tracing: from metaphor to analytic tool*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015

- BENNETT, Andrew; GEORGE, Alexander L. *Process tracing in case study research*. Washington, DC: MacArthur Program on Case Studies, 1997.
- BENNETT, Andrew. Process tracing and causal inferences. In: BRADY, Henry E.; COLLIER, David. (ed.). *Rethinking social inquiry: diverse tools, shared standards*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield Publishers, 2006.
- CHECKEL, Jeffrey T. Process tracing. In: KLOTZ, Audie; PRAKASH, Deepa. *Qualitative methods in international relations*. London: Palgrave Macmillan, 2008. p. 114–127.
- COLLIER, David; BRADY, Henry E.; SEAWRIGHT, Jason. Sources of leverage in causal inference: toward an alternative view of methodology. In: BRADY, Henry E.; COLLIER, David (ed.). *Rethinking social inquiry: diverse tools, shared standards*. Lanham: Rowman and Littlefield, 2006. p. 229–266.
- COLLIER, David. 2011. Understanding process tracing. *PS: Political Science & Politics*, v. 44, n. 4, p. 823–830.
- CUNHA, Eleonora Schettini Martins; ARAÚJO, Carmem E. Leitão. *Process tracing nas Ciências Sociais: fundamentos e aplicabilidade*. Escola Nacional de Administração Pública, 2018.
- D'ALBUQUERQUE, Raquel; SÁTYRO, Natália. Estudos de caso: possibilidades, desafios e seu uso na Ciência Política. In: 9º CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE CIÊNCIA POLÍTICA (ALACIP). Montevideu. *Trabalhos apresentados*, v. 1, p. 1–21, 2017.
- DE VAUS, David A. *Research design in social research*. Thousand Oaks: Sage Publications Ltd, 2001.
- FAIRFIELD, Tasha; CHARMAN, Andrew E. Explicit Bayesian analysis for process tracing: Guidelines, opportunities, and caveats. *Political Analysis*, v. 25, n. 3, p. 363–380, 2017.

- FALLETI, Tulia G. Process tracing of extensive and intensive processes. *New Political Economy*, v. 21, n. 5, p. 455–462, 2016.
- GABRIEL, João Paulo Nicolini. *O lobby indo-americano no Congresso Americano e o Acordo Nuclear Civil de 2008*. 2019. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2019.
- GERRING, John; COJOCARU, Lee. Selecting cases for intensive analysis: a diversity of goals and methods. *Sociological Methods & Research*, v. 45, n. 3, p. 392–423, 2016.
- GERRING, John. *Case study research: Principles and practices*. Cambridge university press, 2007.
- GONZALEZ-OCANTOS, Ezequiel; LAPORTE, Jody. Process Tracing and the problem of missing data. *Sociological Methods & Research*, v. 50, n. 3, 2019.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- LIMA, Iana Alves. Técnicas qualitativas em análises de causalidade: aplicações do *process tracing*. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 8, n. 1, 2017.
- MAHONEY, James. After KKV: the new methodology of qualitative research. *World Politics*, v. 62, n. 1, p. 120-147, 2009.
- MAHONEY, James; GOERTZ, Gary. A tale of two cultures: contrasting quantitative and qualitative research. *Political analysis*, p. 227–249, 2006.
- MAHONEY, James. Mechanisms, Bayesianism, and process tracing. *New Political Economy*, v. 21, n. 5, p. 493–499, 2016.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

- PATTI, Carlo. The forbidden cooperation: South Africa-Brazil nuclear relations at the turn of the 1970s. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 61, n. 2, 2018.
- REZENDE, Flávio. Transformações na cientificidade e o ajuste inferencial na Ciência Política: argumento e evidências na produção de alto fator de impacto. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 63, p. 103-138, 2017.
- ROHLFING, Ingo. Comparative hypothesis testing via process tracing. *Sociological Methods & Research*, v. 43, n. 4, p. 606–642, 2013.
- SARTORI, Giovanni. Concept misformation in comparative politics. *American Political Science Review*, v. 64, n. 4, p. 1033–1053, 1970.
- SATYRO, Natália Guimarães Duarte; CUNHA, Eleonora Schettini Martins. A capacidade transformativa do governo federal brasileiro na construção de uma burocracia da assistência social nos municípios. *Revista de Administração Pública*, v. 52, n. 3, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122018000300363&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122018000300363&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 12 set. 2022.
- SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte; REIS, Bruno Pinheiro Wanderley. Reflexões sobre a produção de inferências indutivas válidas em ciências sociais. *Revista Teoria & Sociedade*, v. 22, n. 2, p. 13–39, 2014.
- SIL, Rudra; KATZENSTEIN, Peter J. *Beyond paradigms: analytic eclecticism in the study of world politics*. London: Macmillan International Higher Education, 2010.
- SILVA, Fábio Mariano Espíndola; CUNHA, Eleonora Schettini Martins. Process-tracing e a produção de inferência causal. *Revista Teoria & Sociedade*, p. 104–125, 2015.
- THIES, Cameron G. A pragmatic guide to qualitative historical analysis in the study of international relations. *International Studies Perspectives*, v. 3, n. 4, p. 351–372, 2002.

TRAMPUSCH, Christine; PALIER, Bruno. Between X and Y: how process tracing contributes to opening the black box of causality. *New Political Economy*, v. 21, n. 5, p. 437–454, 2016.

VAN EVERA, Stephen. *Guide to methods for students of political science*. Cornell University Press, 1997.

VENNESSON, Pascal. Case studies and process tracing: theories and practices. In: DELLA PORTA, Donatella; KEATING, Michael. (ed.). *Approaches and methodologies in the Social Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 223–239.

# O QUE É UMA BOA TEORIA POSITIVA EM CIÊNCIA POLÍTICA?

Carla Pereira Silva\*

5

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo realizar uma breve discussão acerca da possibilidade de enumeração de critérios previamente definidos para a crítica de teorias positivas na Ciência Política. Investigamos em que medida é possível sistematizar critérios que subsidiem escolhas teóricas bem sucedidas em depender menos de preferências pessoais ou de grupo, especialmente ao se tratar de teorias alternativas. Este trabalho consiste em um exercício analítico de ordenação de atributos desejáveis à boa teoria, conforme critérios extraídos de cinco autores: Thomas Kuhn (2011), Van Evera (1997), Dimiter Toshkov (2016) e List e Valentini (2016). O esforço de sistematização demonstrou, entre outros resultados, que existe grande diversificação dos critérios desejáveis à boa teoria e que apenas a parcimônia foi recorrente entre os autores consultados. Em seu conjunto, as análises contribuem para elaboração de desenhos de pesquisa teórica positiva e para a escolha entre arcabouços teóricos alternativos, competitivos ou rivais.

**Palavras-chave:** Pesquisa teórica positiva. Ciência Política. Desenho de pesquisa. Epistemologia.

What Constitues A Good Positive Theory In Political Science?

**Abstract:** This article aims to conduct a brief discussion about the possibility of enumerating previously defined criteria for the criticism of positive theories in Political Science. We investigate the extent to which it is possible to systematize criteria that support successful theoretical choices in depending less on personal or group preferences, especially when dealing with alternative theories. This research consists of an analytical exercise in ordering the desirable attributes of good theory, according to criteria extracted from five authors, Thomas Kuhn (2011); Van Evera (1997); Dimiter Toshkov (2016), and List and Valentini (2016). The systematization effort demonstrated, among other results, that there is a great diversification of the desirable criteria for a good theory, and that only parsimony was recurrent among the consulted authors. Taken together, the analyzes contribute to the development of positive theoretical research designs and to the choice between alternative, competitive or rival theoretical frameworks.

**Keywords:** Positive theoretical research. Political Science. Research design. Epistemology.

## 1 INTRODUÇÃO

Teorias são fruto de vasta imaginação e capacidade argumentativa de seus autores, cabendo ao pesquisador compreendê-las, empregá-las, testá-las e, por vezes, estendê-las. Contudo, de acordo com Geddes (2010, p. 5), “fatos cruéis

\* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG. Professora do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7499-6849>

E-mail: [carla.silva@ifnmg.edu.br](mailto:carla.silva@ifnmg.edu.br).

e inconvenientes” podem gerar um abandono precoce de teorias, ainda não exaustivamente desenvolvidas e avaliadas. Assim, metaforicamente, teorias seriam “canções de sereias compostas sem verificação sistemática contra os fatos” e, por isso, podem acabar desiludindo seus adeptos. Segundo Natália Sátyro e Bruno Reis (2014, p. 27), “uma boa teoria é premissa básica para a boa pesquisa”, como também, conforme o pensamento de Sátyro e Reis (2014) e King, Keohane e Verba (1994), é fundamental para se obter um bom desenho de pesquisa que contenha premissas e mecanismos causais válidos, e ainda para fazer escolhas assertivas em relação aos métodos empregados.

Em “Paradigmas e castelos de areia”, Barbara Geddes (2010, p. 8) aborda a importância do desenho de pesquisa para o teste adequado de teorias e a sua relação com a manutenção ou rejeição de paradigmas nas Ciências Sociais. A autora convoca o leitor a evitar o risco de desatenção às questões fundamentais nos projetos de pesquisa que, juntamente com teorias não testadas e grandes volumes de informações não estruturadas pela teoria, podem resultar em “modesto acúmulo de conhecimento teórico em muitas partes do campo” das Ciências Sociais, em especial, para a pesquisa comparada.

Argumentos, teorias e mesmo paradigmas tendem a subir e cair em rápida sucessão, deixando pouco para trás para mostrar que eles existiram. Como elaborados castelos de areia, paradigmas foram construídos com grande esforço e atenção aos detalhes teóricos, apenas para serem levados pela maré da próxima geração de estudantes de graduação, cujas pesquisas batem nos pontos fracos dos paradigmas existentes — como deveria — até o edifício teórico desmorona e desaparece. (GEDDES, 2010, p. 4).

Nesse sentido, podemos levantar algumas questões em relação à escolha de uma teoria e seus respectivos arcabouços conceituais, considerando a variedade de argumentos possíveis para o entendimento de um fenômeno específico: como escolher a teoria mais adequada? É possível qualificar teorias a partir de critérios objetivos? Se sim, o que caracteriza a boa teoria? Também indagamos a existência de “méritos intrínsecos das teorias em competição” (FREITAS, 2017, p. 46) que possam balizar a crítica de teorias científicas de forma a contribuir para o aprimoramento do campo teórico, assim como, em que sentido,

podemos fazer escolhas assertivas com menos dependência de preferências pessoais ou do grupo<sup>1</sup>, em meio à variedade de teorias científicas existente, para a compreensão de um fenômeno social ou político.

A partir dessas inquietações, buscamos elaborar uma reflexão que subsidie analisar teorias positivas<sup>2</sup> conforme atributos epistemológicos e metodológicos desejáveis à boa teoria. Reconhecemos que critérios subjetivos também podem exercer influências importantes quando pesquisadores escolhem teorias e práticas científicas, como bem teorizou Thomas Kuhn (2013), especialmente, quando há uma competição ou rivalidade entre teorias. Entretanto, não obstante sua relevância, foge ao escopo deste trabalho a análise da questão.

Existem múltiplas possibilidades de entendimento da produção e do teste de teorias, todavia nos deteremos em reunir critérios que denotem boas teorias, baseados em cinco autores: Thomas Kuhn (2011), Van Evera (1997), Dimitar Toshkov (2016) e List e Valentini (2016). Tais autores serão abordados após breve discussão sobre elementos da teoria do conhecimento. E, em seguida, apresentamos nossa proposta de sistematização elaborada por meio da ordenação dos critérios estabelecidos e das respectivas ocorrências ou prevalências entre os autores consultados. E, por último, compartilhamos algumas considerações finais sobre o alcance e os limites da proposta de análise.

## 2 PENSANDO TEORICAMENTE A TEORIA

A Teoria do Conhecimento ou Gnosiologia é uma das áreas da filosofia que se encarrega de pensar a produção de teorias para a compreensão do mundo e a possibilidade de estabelecer critérios para aceitar ou rejeitar afirmações gerais sobre a natureza do conhecimento, bem como para avaliar a produção de verdades e racionalidades. De antemão, é necessário assinalar os “critérios pelos quais tentamos identificar as afirmações verdadeiras e a definição da verdade de uma afirmação”, no dizer de Moser, Mulder e Trout (2009, p. 68 e 71), levando em consideração a necessidade de “descobrir a quais condições uma frase, afirmação ou crença têm de atender para que seja verdadeira”. Nesse

---

<sup>1</sup> Um grupo nesse caso, pode ser comunidade epistêmica, círculo de convivência, socialização e treinamento para a pesquisa, conjunto de procedimentos institucionalizados, dentre outros.

<sup>2</sup> De acordo List e Valentini (2016, p. 12), os papéis desempenhados pelas teorias podem variar de descritivos, explicativos e preditivos — no caso de teorias positivas, avaliativos e prescritivos —, no caso de teorias avaliativas ou normativas.

sentido, o estabelecimento de critérios torna-se relevante para se determinar ou identificar o que é verdadeiro, e assim encontrar a verdade propriamente dita. Em outras palavras,

Podemos discutir quais são as condições que definem quando uma crença ou uma afirmação é verdadeira. Por outro lado, podemos discutir quais métodos ou regras que se usariam para procurar ou escolher as crenças e afirmações que atendem às condições que definem a verdade (MOSER; MULDER; TROUT, 2009, p. 70).

Na vida cotidiana, agimos orientados por critérios que definem o que é um determinado elemento e critérios que nos ajudam a identificar tal elemento entre outros correlatos. Isto é, podemos elencar as condições que definem o que é um livro, por exemplo, e critérios que possibilitam identificarmos as características de determinado livro. Dessa forma, estamos diante de critérios que classificam e critérios que caracterizam o objeto em questão. Outra distinção importante, segundo Moser, Mulder e Trout (2009), são as racionalidades de uma afirmação ou crença, que podem ser “classificadas como epistemicamente racionais ou irracionais mediante uma avaliação de o quanto contribuem para (o nosso objetivo epistêmico de) adquirir conhecimentos verdadeiros e evitar o erro” (MOSER; MULDER; TROUT, 2009, p. 62).

Assinalam Moser, Mulder e Trout (2009, p. 141) que um argumento resultante de um raciocínio é formado por afirmações, também chamadas de premissas, que são empregadas para corroborar uma afirmação com status de conclusão. Quando são indutivas<sup>3</sup>, “as premissas oferecem à conclusão um apoio probabilístico e, desse modo, a conclusão tem uma certa probabilidade de ser verdadeira”. Por sua vez, os “argumentos dedutivamente<sup>4</sup> válidos são aqueles nos quais, se as premissas forem verdadeiras, as conclusões o serão igualmente”. Em outros termos,

Da tradição filosófica surgiram dois ideais de racionalidade: a racionalidade dedutiva e a racionalidade indutiva. Em ambos os casos, a ideia

---

<sup>3</sup> A indução “permite que uma inferência tenha premissas verdadeiras e uma conclusão falsa, mas exclui a possibilidade de que as premissas sejam verdadeiras e a conclusão seja provavelmente falsa” (MOSER; MULDER; TROUT, 2009, p. 208).

<sup>4</sup> A dedução é “uma forma de inferência logicamente válida na qual, se as premissas são verdadeiras, a conclusão é necessariamente verdadeira. A dedução não admite, portanto, que de premissas verdadeiras se tire uma conclusão falsa” (MOSER; MULDER; TROUT, 2009, p. 206).

diretriz é a de que existem regras cuja correta aplicação gera uma conclusão racionalmente aceitável (MOSER; MULDER; TROUT, 2009, p. 141).

Reconhece-se que a “avaliação da racionalidade não é só descritiva, mas intrinsecamente normativa”, bem como, que “os critérios normativos de avaliação da racionalidade podem variar de cultura para cultura” (MOSER; MULDER; TROUT, 2009, p. 162). Esse debate é fortemente presente na Sociologia do Conhecimento (FREITAS, 2003). Contudo, esse autor afirma categórico que “mais importante do que indagar como os cientistas vêm a escolher determinada teoria ou visão de mundo, ou a se convencer de sua validade, é averiguar como essa teoria ou visão de mundo pode ser criticada e, ainda mais, beneficiar-se da crítica” (FREITAS, 2003, p. 18). Dessa maneira, interessa-nos entender se é possível enumerar atributos fundamentais à teoria e, por meio deles, realizar a crítica de teorias, ou mesmo favorecer a emergência de novos problemas e a evolução do conhecimento (FREITAS 2003), especialmente, da teoria política. Mas, afinal, o que é uma teoria? De acordo com Christian List e Laura Valentini (2016, p. 12),

A palavra “teoria” é comumente usada em dois sentidos distintos. Primeiro, pode referir-se a todo um campo acadêmico ou área de investigação, como quando falamos de “teoria política” ou “teoria econômica” como áreas gerais às quais os currículos ou periódicos acadêmicos são dedicados. Em segundo lugar, a palavra pode se referir a uma teoria específica dentro de tal área, como a teoria da justiça de Rawls, a teoria da empresa na economia ou a teoria da física de Newton.

Para Stephen Van Evera (1997, p. 129–132), uma teoria pode ser definida como “afirmações gerais que descrevem e explicam as causas ou efeitos de classes de fenômenos”. Assim teorias “são compostas de leis ou hipóteses causais, explicações e condições antecedentes”. Já as explicações “são compostas de leis ou hipóteses causais, que, por sua vez, são compostas de variáveis dependentes e independentes”. O autor relata que as explicações, para serem consideradas boas, devem abordar as causas específicas que produziram um determinado fenômeno e ainda estarem enquadradas em um fenômeno geral (VAN EVERA, 1997, p. 162). Embora, por vezes menosprezada, a teoria é um determinante da qualidade da pesquisa empírica.

Teorias exercem um papel fundamental como ponto de partida para qualquer pesquisa científica ao fornecer explicações, facilitar a comunicação e favorecer o acúmulo de conhecimento científico (TOSHKOV, 2016).

Quando totalmente especificadas, as teorias podem lançar luz sobre por que e como certos fenômenos estão relacionados, fornecer hipóteses sobre aspectos do mundo anteriormente despercebidos, previsões sobre o futuro estado de coisas e interpretações de eventos específicos. (TOSHKOV, 2016, p. 61).

Para essa análise, nos restringimos à teoria aplicada, geradora de hipóteses e, conseqüentemente, produtora de implicações observáveis e passível de ser testada e falseada (Toshkov, 2016). Em um exercício de sintetização, de acordo com Dimiter Toshkov (2016), as principais funções da teoria são: definir a agenda de pesquisa; orientar a coleta de dados; determinar as observações relevantes; prever novos fatos e padrões empíricos; permitir o acúmulo de conhecimento e de discussão científica e fornecer e apoiar explicações.

Teorias aplicadas são explicativas quando “tentam se engajar com a realidade social a fim de explicá-la ou tornar a ação social compreensível” (Toshkov, 2016, p. 56). E como se caracteriza o conhecimento explicativo? Em que medida ele se difere de outros tipos de conhecimento, como, por exemplo, o descritivo? Segundo Moser, Mulder e Trout (2009, p. 190),

O conhecimento explicativo é diferente do conhecimento descritivo, mas não deve ser completamente separado dele. A explicação é um tipo de conhecimento descritivo; e, por isso, inclui-se na categoria geral do conhecimento propositivo.

Ademais, afirmam os autores que “todo conhecimento explicativo é formado por afirmações descritivas”, porém esses nos alertam que “algumas informações são previsivas sem serem explicativas” (Moser; Mulder; Trout, 2009, p. 191 e 192). Por isso, é importante conhecer as características específicas das proposições explicativas e como a teoria pesquisada se comporta diante do fator regularidade, ou seja, como elas explicam determinada regularidade de fenômenos sociais ou políticos.

Se nossa inquietação versa sobre boas explicações ou entre explicações competitivas, podemos fixar em nosso horizonte que “uma boa teoria da explicação necessariamente terá como uma de suas partes uma teoria da causalidade” (Moser; Mulder; Trout, 2009, p. 193). E, nesse sentido, Van Evera (1997,

p. 167) enfatiza que uma “explicação específica é composta por fenômenos causais, causados, intervenientes e antecedentes” e existem explicações específicas generalizantes e não generalizantes, sendo a primeira mais útil. Outro ponto relevante para a pesquisa teórica positiva, segundo Van Evera (1997), são as características que governam o poder explicativo de uma teoria, a saber:

- i) Importância — a teoria aponta para uma causa de grande impacto;
- ii) Alcance explicativo — a amplitude dos fenômenos é proporcional ao poder explicativo da teoria;
- iii) Aplicabilidade — a prevalência das causas e condições da teoria é proporcional ao seu poder explicativo.

Estabelecido o conceito de pesquisa em teoria positiva como um tipo de investigação que elege teorias como objeto de conhecimento e de onde serão extraídos os dados a serem analisados, a ideia de investigação deve ser revisitada. Partindo de um ponto inicial, isto é, de “um certo grau de falta de conhecimento a ser superado”, a investigação procura aprofundar o conhecimento sobre determinado assunto através da acumulação de diálogos, preservando o cumprimento de obrigações básicas de um bom argumento<sup>5</sup> em direção às provas e certezas obtidas por meio de evidência disponível (Walton, 2012, p. 9). De outro modo, diz-se que “a prioridade comprobatória é a principal característica da investigação, já que ela é conduzida no sentido de tirar suas conclusões de premissas que podem ser estabelecidas sobre provas sólidas” (Walton, 2012, p. 10).

Neutralidade e verdade são conceitos muito debatidos nas Ciências Sociais e na Filosofia, respectivamente, no entanto, epistemologicamente falando, em uma investigação “espera-se que, na medida do possível, os participantes sejam investigadores neutros de uma verdade objetiva” (Walton, 2012, p. 10). Além disso, “nela [a investigação] a prova lógica é importante, mas o método pode variar conforme o assunto ou a área, sem desconsiderar que a investigação deve pretender ser ‘científica’ e ‘factual’ em seus métodos e critérios” (Walton, 2012, p. 10). Isso posto, a investigação é um tipo de diálogo que possui uma situação inicial configurada pela falta de prova e que emprega o método

---

<sup>5</sup> Para aprofundamento na discussão sobre bom e mau argumento, ver Walton (2012).

da argumentação baseado em conhecimento para estabelecer provas (Walton, 2012).

Segundo Sátyro e Reis (2014, p. 30),

Uma vez de posse de uma boa teoria, com clareza e conhecimento dos mecanismos causais e possíveis efeitos causais da nossa questão de investigação sobre um processo social, o próximo passo é uma preocupação com as evidências e o uso delas.

Para tanto, é preciso estar atento ao alcance pretendido por cada teoria e às implicações observáveis. Diante disso, teorias de médio porte, isto é, aquelas que “têm objetivos modestos e metas mais circunstanciais” (Toshkov, 2016, p. 57) podem facilitar a criação de modelos<sup>6</sup>, a operacionalização de postulados teóricos, seleção de variáveis de mensuração e, conseqüentemente, tentativas de refutação.

---

Teorias têm poder decisivo na formação de gerações de adeptos, redes de pesquisa, agendas de financiamento e, inclusive, de parâmetros para valoração e pertinência dos trabalhos de jovens cientistas, por exemplo. Sendo assim, o trabalho sistemático de análise de teorias, mesmo que pouco recorrente, é fundamental para que possamos estar atentos antes mesmo de realizarmos uma vinculação teórica normativa ou positiva para entendimento de aspectos do mundo e para o desenho e execução de pesquisas.

Pesquisadores devem orientar-se pela escolha de sua estrutura teórica e pela clareza na definição de seus conceitos. É a partir do referencial teórico que se desenvolvem suas hipóteses, os mecanismos causais, a explicitação dos seus conceitos, assim por diante. Uma teorização incipiente irá forçosamente produzir resultados frágeis. (Sátyro; Reis, 2014, p. 28).

Ademais, se não nos atentarmos objetivamente para as características apresentadas pelos arcabouços teóricos, poderemos nos encontrar em uma situação de desencantamento, como a descrita por Geddes (2010). Nesse sentido, Sátyro e Reis (2014, p. 28) alertam que “a insipiência teórica pode conduzir a vários

---

<sup>6</sup> De acordo com Toshkov (2016), um modelo tem propósitos mais específicos que a teoria e é uma maneira de representar simbolicamente dada realidade. Ele “fornece uma imagem necessariamente simplificada e esquemática de um processo ou fenômeno do mundo real que é útil para um propósito específico” (Toshkov, 2016, p. 56).

tipos de problemas, como má especificação de modelos, vieses, endogeneidade, problemas de validação, e assim por diante”. Implica dizer que

A teoria começa com as ideias, e as ideias são concebidas por intuição, inspiração, observação intensa, frustração ou mesmo alucinação. Pode haver pouca orientação para a inspiração. Mas, uma vez que uma ideia teórica nasce, ela precisa de um exame cuidadoso — seus pressupostos precisam ser explicitados, seus mecanismos descobertos, sua consistência verificada e suas implicações descobertas (Toshkov, 2016, p. 56).

O filósofo Thomas Kuhn (2011, p. 340), em seu livro “A tensão essencial”, publicado originalmente em 1977, propõe a seguinte pergunta: “quais são as características de uma boa teoria científica?”, e ao respondê-la elege cinco características: precisão; consistência; abrangência; simplicidade e fecundidade, conforme detalhado no Quadro 1. Para o filósofo, tais características são comuns, individualmente importantes e de forma coletiva, suficientemente variadas (KUHN, 2011).

QUADRO 1 Características de adequação de teoria segundo Thomas Kuhn (2011)

Características	Definição
Precisão	As consequências dedutíveis da teoria devem estar em clara concordância com os resultados da experimentação e da observação existentes.
Consistência	Uma teoria deve ser consistente, não apenas internamente ou autoconsistente, mas também com outras teorias correntes aplicáveis a aspectos da natureza que lhes são afins.
Abrangência	As consequências da teoria devem ir muito além das observações, leis ou subterrais particulares, cuja explicação motivou sua formulação.
Simplicidade	Uma teoria deve ser simples, levando ordem a fenômenos que, em sua ausência, permaneceriam individualmente isolados e coletivamente confusos.
Fecundidade	Uma teoria deve ser fértil em novos achados de pesquisa, deve abrir portas para novos fenômenos ou a relações antes ignoradas entre fenômenos já conhecidos.

Fonte: Elaborado pela autora.

Essas características foram listadas por Kuhn (2011, p. 341) “para avaliar a adequação de uma teoria”, e, mesmo sendo consideradas usuais pelo filósofo, “elas cumprem papel vital quando os cientistas têm de escolher, digamos entre

uma teoria estabelecida e uma rival que acaba de surgir”. Em seguida, complementa que “em conjunto com outras do mesmo tipo, essas características fornecem a base partilhada para a escolha de teorias” (Kuhn, 2011, p. 341).

Van Evera (1997) apresenta uma lista mais ampla, com sete atributos que governam a qualidade de uma teoria: poder explicativo; parcimônia; capacidade de satisfação; grau de estruturação; falseabilidade; importância dos fenômenos e riqueza prescritiva, esmiuçados no Quadro 2. E, por fim, ressalta Van Evera (1997, p. 172) que “quanto melhor essas condições forem especificadas, maior será nossa capacidade de evitar a aplicação incorreta das prescrições da teoria às situações que a teoria não governa”.

QUADRO 2A Atributos que governam a qualidade de uma teoria segundo Van Evera (1997)

Atributo	Definição
Poder explicativo	Uma boa teoria tem grande poder explicativo, e, quanto mais prevaletentes as causas e condições da teoria, maior seu poder explicativo. A variável independente da teoria tem um grande efeito em uma ampla gama de fenômenos sob uma ampla gama de condições. A prevalência dessas causas e condições no passado governa seu poder de explicar a história; já a prevalência atual e futura governa seu poder de explicar eventos presentes e futuros.
Parcimônia	Uma boa teoria usa poucas variáveis e as organiza de forma simples para explicar seus efeitos. A parcimônia implica, frequentemente, perda de poder explicativo, entretanto é necessário lidar com algum grau de complexidade para explicar o mundo.
Capacidade de satisfação	Uma boa teoria deve satisfazer à curiosidade sobre determinado assunto. Dessa forma, uma teoria é insatisfatória se nos deixa imaginando o que causa a causa proposta pela teoria. Quanto mais está afastada a causa do seu efeito proposto, mais satisfatória é a teoria.
Grau de estruturação	Uma boa teoria é claramente estruturada. Caso contrário, não podemos inferir previsões a partir dela, testá-la ou aplicá-la a situações concretas. Assim uma teoria estruturada molda suas variáveis a partir de conceitos definidos claramente e inclui uma declaração das condições antecedentes que permitem sua operação e governam seu impacto.
Falseabilidade	Teorias imprecisas não são falseáveis, pois impedem que investigadores infram previsões a partir delas. As teorias que fazem previsões sobre o todo ( <i>omnipredictions</i> ) que são cumpridas por todos os eventos observados também não são falseáveis. Os testes empíricos não podem corroborar ou debilitar tais teorias porque todas as evidências são consistentes com elas.

QUADRO 2B Atributos que governam a qualidade de uma teoria segundo Van Evera (1997)

Importância dos fenômenos	Uma boa teoria explica fenômenos que possuem importância, isto é, responde a perguntas que importam para o mundo mais amplo ou ajuda outros a responder a essas perguntas. Teorias que respondem a perguntas que não foram feitas são menos úteis, mesmo que respondam bem a essas perguntas.
Riqueza prescritiva	Uma boa teoria possui riqueza prescritiva e produz recomendações de políticas úteis. Ela ganha riqueza prescritiva ao apontar para causas manipuláveis, uma vez que causas manipuláveis podem ser controladas pela ação humana; ao identificar perigos que poderiam ser evitados ou mitigados por contramedidas oportunas e ao identificar as condições antecedentes requeridas para sua operação.

Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda a respeito do questionamento sobre a possibilidade de qualificar teorias a partir de critérios objetivos, Dimiter Toshkov (2016, p. 77) entende que podemos distinguir as teorias melhores por meio da “combinação de critérios que as boas teorias precisam cumprir”, sendo eles: verdade, parcimônia, generalidade e precisão, conforme definidos no Quadro 3:

QUADRO 3A Critérios de boas teorias, segundo Toshkov, 2016.

Critério	Definição
Verdade	A partir de uma visão pragmática, é possível afirmar que, embora as teorias não possam e não devam fornecer representações completas, e, nesse sentido, verdadeiras, da realidade, se seus pressupostos forem amplamente discordantes da realidade, é muito improvável que sejam úteis. Além disso, boas explicações dão centralidade a mecanismos causais corretos.
Parcimônia	Teorias mais simples devem ser preferidas a outras mais complexas, dado o mesmo poder teórico. Modelos baseados em menos e mais suposições gerais são melhores se a perda na capacidade preditiva for mínima. Uma definição mais curta deve ser preferida se nos permitir fazer as mesmas distinções empíricas.

QUADRO 3B Critérios de boas teorias, segundo Toshkov, 2016.

Generalidade	<p>Teorias devem ser as mais gerais possíveis. Como princípio, os pesquisadores não devem restringir o escopo de aplicação de suas teorias, a menos que isso seja forçado por considerações lógicas ou falhas empíricas. É muito importante ser explícito sobre a generalidade pretendida da teoria, de modo que a seleção apropriada de casos para teste e aplicação possa ser feita no projeto da pesquisa empírica. As razões para valorizar a generalidade nas teorias são várias:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• a generalidade traz compreensão integrada. O propósito de uma teoria é permitir a transferência de visão e compreensão de um caso para outro, trazer fenômenos aparentemente díspares sob uma lógica comum, iluminar as semelhanças e explicar os padrões na vida social epolítica;</li><li>• a generalidade está relacionada à parcimônia — estruturas teóricas simples necessariamente têm um amplo escopo de aplicação pretendido, e vice-versa. Portanto generalidade e parcimônia reforçam-semutualmente;</li><li>• a busca pela generalidade desencadeia o desenvolvimento conceitual à medida que novos conceitos são criados para cobrir fenômenos previamente separados;</li><li>• a generalidade é eficiente no sentido de que menos informações precisam ser lembradas para o mesmo potencial explicativo.</li></ul>
Precisão	<p>Teorias pouco claras com mecanismos vagamente especificados, suposições ocultas e estrutura mal especificada devem ser evitadas completamente. A marca registrada de uma boa teoria é que ela é precisa o suficiente para ser refutada. Geralmente é um bom teste para a qualidade de uma teoria considerar as questões: o que a teoria exclui? O que não seria consistente com sua lógica? Que evidência contradiria suas proposições? Se você não pode responder a todas essas perguntas, então a teoria não é boa e deveria ser mais explicada ou abandonada.</p>

---

Fonte: Elaborado pela autora.

E por último, List e Valentini (2016, p. 538) afirmam que a avaliação de princípios e teorias é tarefa importante e deve ser realizada separadamente à definição de uma teoria, objetivando “identificar os requisitos para uma teoria boa ou aceitável e explicar como podemos avaliá-la”. Para os autores,

Existem dois tipos de critérios que podemos usar para avaliar — especialmente para justificar ou criticar — princípios e teorias: critérios “internos” e “externos”. O primeiro diz respeito à maneira como os

princípios ou teoria são formulados e sua estrutura lógica interna. Critérios como consistência e parcimônia se enquadram nesta categoria (List; Valentini, 2016, p. 538).

De acordo com os autores, os critérios externos abarcam critérios a serem considerados no teste de teorias. Por isso, dados os seus propósitos, discutiremos apenas os critérios internos. O Quadro 4 reúne tais critérios, a seguir.

QUADRO 4 Critérios internos para avaliação de teorias, segundo List e Valentini (2016)

Critério	Definição
Consistência	Uma boa teoria deve ser logicamente consistente. Seu conteúdo deve ser formalmente verdadeiro, de forma a evitar qualquer inconsistência e indiscriminações.
Fechamento dedutivo	Isso significa que qualquer afirmação que é logicamente acarretada pela teoria também pertence à teoria. A ideia subjacente ao fechamento dedutivo é que queremos ser capazes de identificar uma teoria com tudo com o qual a teoria está logicamente comprometida.
Axiomatizabilidade	Uma teoria deve ser idealmente representável como o conjunto de todas as implicações de alguns princípios subjacentes. Formalmente, uma teoria é axiomatizável se existe um conjunto finito de princípios de tal forma que toda a teoria pode ser expressa como seu corpo de implicações. Uma boa teoria ilumina seu assunto, dando-nos um conjunto gerenciável de princípios — uma formulação de teoria gerenciável — que codifica todo o conteúdo proposicional da teoria.
Parcimônia	Uma boa teoria deve evitar qualquer complexidade desnecessária e ser o mais simples possível e capaz de dar conta de seu assunto. Para ser esclarecedora, a teoria deve ser mais simples, por exemplo, do que o fenômeno-alvo que procura explicar, bem como mais simples do que suas teorias rivais. Uma teoria científica, por exemplo, deve ser mais simples e mais sucinta do que uma enumeração de todos os fatos empíricos que procura explicar; do contrário, não pode desempenhar nenhum papel explicativo.

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme descritos no quadro acima, os critérios internos são aqueles que dizem “respeito à maneira como os princípios ou teoria são formulados e sua estrutura lógica interna” (List; Valentini, 2016, p. 539).

### 3 ANÁLISE DE TEORIAS POSITIVAS EM CIÊNCIA POLÍTICA

Renan Springer de Freitas (2003, p. 97) emprega o argumento popperiano de que o “conhecimento nada tem a ver com crenças — tanto faz se partilhadas ou não — nem com regras, mas sim com a possibilidade de produzir erros e de corrigi-los”, para, em seguida, afirmar que a evolução do conhecimento científico se dá por meio do entendimento de “como teorias (correções) determinadas são substituídas por teorias melhores com a passagem do tempo”. Assim “a crítica de teorias — ou os processos de eliminação de erros — conduz à emergência de novos problemas”, e ao conseqüente “avanço do conhecimento não apenas como o resultado de pressões seletivas (crítica), mas também em termos dos mecanismos que governam a geração de tentativas de solucionar problemas” (Freitas, 2003, p. 136 e 137).

Se a crítica de teorias leva à emergência de novos problemas, isto se dá porque ela é o meio pelo qual certos esquemas conceituais são transportados de uma tradição de pesquisa para outra. Dessa perspectiva se a crítica de teorias permite que tradições de pesquisa evoluam, é em razão de tornar certos esquemas conceituais externos disponíveis a elas (Freitas, 2003, p. 141).

O argumento central de Freitas (2003), portanto, é em defesa da importância da crítica às teorias, do esforço de comparações teóricas e, se necessário, da efetiva superação das teorias que não resistirem a esses processos. Dessa maneira, pensar critérios para a crítica de teorias é imprescindível ao desenvolvimento de qualquer campo de conhecimento, e, para tanto, devemos ir em busca de consensos, ainda que mínimos, para críticas que possam ser generalizáveis.

Na seção anterior, percebemos que os critérios dos cinco autores consultados, Thomas Kuhn (2011), Van Evera (1997), Dimiter Toshkov (2016) e List e Valentini (2016), variam notadamente. Dessa forma, existe grande diversificação dos critérios desejáveis à boa teoria, sendo apenas a parcimônia recorrente entre os cinco autores consultados, ao verificarmos que o critério simplicidade em Thomas Kuhn possui o mesmo sentido de parcimônia encontrado nos demais autores. Já consistência, poder explicativo e precisão apareceram em dois autores; e os onze restantes foram citados uma única vez. São eles: abrangência, axiomatizabilidade, capacidade de satisfação, falseabilidade, generalidade,

riqueza prescrita, fechamento dedutivo, grau de estruturação, fecundidade, importância dos fenômenos e verdade.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo realizar uma breve discussão acerca da possibilidade de enumeração de critérios previamente definidos para a crítica de teorias positivas na Ciência Política. Buscamos investigar em que medida é possível sistematizar critérios que subsidiem escolhas teóricas bem sucedidas com menos dependência de preferências pessoais ou de grupo, especialmente entre teorias alternativas, competitivas ou rivais.

Este trabalho constituiu um exercício analítico de ordenação de atributos desejáveis à boa teoria, conforme critérios extraídos de cinco autores, Thomas Kuhn (2011), Van Evera (1997), Dimiter Toshkov (2016) e List e Valentini (2016). O esforço de sistematização demonstrou que existe grande diversificação dos critérios desejáveis à boa teoria. Desse modo, podemos considerar que não existe uma clara concordância na literatura consultada sobre o que pode ser considerada boa teoria, o que nos permite gerar novas questões sobre como avaliar teorias alternativas de forma objetiva em diferentes campos das Ciências Sociais na ausência de consenso entre critérios que boas teorias devem atender; e sobre como evitar o descarte precoce de teorias, considerando a pouca variância entre quinze critérios ordenados, e a falta de parametrização para criticar, comparar e aprimorar teorias, antes do desmoronamento de castelos de areia (GEDDES, 2010). Ademais, nesse cenário, é questionada também a capacidade das pesquisas empíricas de favorecer o desenvolvimento teórico se não houver direção para tal aprimoramento.

Isso posto, consideramos imprescindível a tarefa de aprofundamento e alargamento da agenda de pesquisa a respeito da validação teórica, a partir do exercício inicial realizado, que aponta direções para seu desenvolvimento a ser complementado com dados de outros autores de referência, de forma a enriquecer a proposta metodológica apresentada.

#### REFERÊNCIAS

FREITAS, Renan Springer de. *Sociologia do Conhecimento: pragmatismo e pensamento evolutivo*. São Paulo: Ed. Edusc, 2003.

- FREITAS, Renan Springer de. Uma cilada chamada “Raciocínio Teórico Sistemático”. *Novos Estudos CEBRAP* (online), v. 36, p. 45–56, 2017.
- GEDDES, Barbara. *Paradigms and sand castles: theory building and research design in comparative politics*. Michigan: Ed. University of Michigan Press, 2010.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton: Ed. Princeton University Press, 1994.
- KUHN, Thomas Samuel. *A tensão essencial*. São Paulo: Ed. Editora Unesp, 2011.
- KUHN, Thomas Samuel. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2013.
- LIST, Christian; VALENTINI, Laura. The methodology of political theory. *The Oxford Handbook of Philosophical Methodology*. Oxford, UK: Ed. Oxford University Press, 2016.
- MOSER, Paul; MULDER, Dwayne; TROUT, John Dewain. *A teoria do conhecimento: uma introdução temática*. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2009.
- SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte; REIS, Bruno Pinheiro Wanderley. Reflexões sobre a produção de inferências indutivas válidas em Ciências Sociais. *Teoria e Sociedade* (online), v. 23, 2014.
- TOSHKOV, Dimitar. *Research design in Political Science*. London: Macmillan Education, 2016.
- VAN EVERA, Stephen. *Guia de métodos para estudantes de Ciência Política*. New York: Cornell University Press, 1997.
- WALTON, Douglas. *Lógica informal*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

# AQUILO QUE CONFUNDE AO EXPLICAR\*

## ANOTAÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE ENDOGENEIDADE

# 6

Marcus Paulo Lisboa Barbosa<sup>†</sup>  
Luiza Jardim<sup>‡</sup>

**Resumo:** A busca por inferências válidas é um dos maiores desafios das ciências sociais. O objetivo deste artigo é introduzir o conceito da endogeneidade e os problemas relacionados às explicações causais. Para tanto, apresenta-se a endogeneidade como a expressão da existência de pelo menos um desses três problemas: i) erros em variáveis; ii) variáveis omitidas; e iii) causalidade reversa. Além disso, discutem-se estratégias para contornar estes problemas e alguns exemplos aplicados.

**Palavras-chave:** Endogeneidade. Causalidade reversa. Erros em variáveis. Variáveis omitidas.

### What Is Confusing When Explaining: Introductory Notes On Endogeneity

**Abstract:** The search for valid inferences is one of the biggest challenges of the social sciences. The purpose of this article is to introduce the concept of endogeneity and the problems related to causal explanations. Therefore, endogeneity is presented as the expression of the existence of at least one of these three problems: i) errors in variables; ii) omitted variables, and, iii) reverse causality. In addition, strategies to overcome these problems and examples are discussed.

**Keywords:** Endogeneity. Reverse causality. Errors in variables. Omitted variables.

## 1 O REAL E SEUS RUÍDOS

Democracia gera desenvolvimento ou desenvolvimento leva à democracia? (PRZEWORSKI, 2007). Se locais com maior efetivo policial são simultaneamente os mais violentos, como determinar o impacto da polícia sobre índices de criminalidade? (LEVITT, 1997; 2002). Um nível mais alto de escolaridade leva a um maior nível de participação política ou ambos são afetados por variáveis

---

\* O título deste artigo faz referência aos versos “Eu tô te explicando / Prá te confundir / Eu tô te confundindo / Prá te esclarecer” da canção *Tô*, do álbum *Estudando o Samba* (1976), composta por Tom Zé e Elton Antônio de Medeiros.

<sup>†</sup> Graduado em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Quando da escrita do artigo, foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5293-2975>

<sup>‡</sup> Administradora Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutoranda em Administração Pública e Governo pela FGV-EAESP.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5981-8275>

não consideradas? (KING; KEOHANE; VERBA, 1994). A relação entre o tipo de plano de saúde escolhido por um indivíduo e seus gastos com saúde poderia ser analisada sem que se avaliassem condições físicas prévias? (DOWD; TOWN, 2002). Todas essas perguntas preocupam-se com o problema da endogeneidade, e, neste artigo, que visa a introduzir o conceito da endogeneidade e possíveis abordagens, servem como exemplo e ilustração do problema.

Embora entre parte expressiva dos teóricos da Ciência Política (KING; KEOHANE; VERBA, 1994; PRZEWORSKI, 2007; FRANZESE, 2007) a endogeneidade seja tratada como sinônimo de causalidade reversa, abordagem que não incorre em erro, este artigo adotará conceito mais amplo do fenômeno, proposto pelo campo econométrico (ANTONAKIS *et al.*, 2014; BASCLE, 2008; WOOLDRIDGE, 2006). Tal abordagem, além da causalidade reversa, compreende também outras duas espécies endógenas, os erros em variáveis e as variáveis omitidas.

Entre fenômenos com distintos graus de sistematicidade e apreensão, as ciências sociais têm, entre seus objetivos, a busca por inferências causais (REZENDE, 2015). A fim de alcançar inferências metodologicamente válidas, o campo dispõe de ferramentas cada vez mais sofisticadas. Do impacto da obra de King, Keohane e Verba (1994) aos avanços de técnicas econométricas e qualitativas (MAHONEY, 2010), o repertório de caminhos para investigações sociais cresce em amplitude e exigências. Em suma, para saber se X causa Y, existem rotas diversas — nem sempre pavimentadas (REZENDE, 2017).

Embora a amplitude das ferramentas cresça, questões fundamentais permanecem. As ciências sociais se debruçam sobre um campo mais incerto e nuançado que as ciências naturais (ALMOND; GRECO, 1977). O mundo político, se não tem a incerteza de nuvem ou a ordem estrita de relógio<sup>1</sup>, trafega num ambiente de “controle plástico” (POPPER *apud* ALMOND; GRECO, 1977, tradução nossa), no qual “quase tudo causa quase tudo na sociedade, economia e política” e com frequência “variáveis dependentes e independentes de um estudo invertem papéis em outro” (FRANZESE, 2007, p. 62, tradução nossa).

---

<sup>1</sup> Referência à metáfora de Karl Popper, comentada por Almond e Greco (1977), sobre as extremidades de fenômenos nas ciências naturais, das mais ordenadas, relógios, para as mais anárquicas, nuvens.

Diante do complexo cenário para a produção de inferências causais válidas, investigaremos, neste artigo, um dos problemas mais comuns da pesquisa em Ciência Política (PRZEWORSKI, 2007), crescentemente abordado nas revistas acadêmicas (ULLAH; ZAEFARIAN; ULLAH, 2020): a endogeneidade. Nosso objetivo consiste em apresentar, introdutoriamente, o debate sobre endogeneidade, seus problemas e possibilidades de correção em nível pré-operacional e teórico. Para tanto, é preciso definir o conceito — frequentemente tomado apenas por uma de suas espécies, a causalidade reversa — e entender suas implicações, tarefas desenvolvidas na próxima seção. No passo seguinte, abordaremos algumas estratégias para contornar o problema — do bom uso da teoria às variáveis instrumentais. Em direção ao fim, trataremos de pesquisas que souberam lidar com a endogeneidade e refletiremos sobre como agir frente ao surgimento de problemas endógenos.

## 2 ENDOGENEIDADE: CONCEITO E PROBLEMAS

Não é possível saber se um indivíduo A submetido ao tratamento X reagiria de modo diferente de A, ele próprio, sem a submissão ao tratamento imputado. Nesse cenário, “a infeliz conclusão é de que, em geral, efeitos causais individuais não podem ser identificados — isto é, não podem ser expressados como uma função de um dado observado — por causa do dado faltante” (tradução nossa) (ROBINS; HERNÁN, 2010, p. 4). A impossibilidade física de observar a reação de um indivíduo, num mesmo espaço de tempo, com e sem tratamento, refere-se ao *problema fundamental da inferência causal* (HOLLAND, 1986, *apud* KING; KEOHANE; VERBA, 1994). A partir disso, “toda inferência causal é, no limite, incerta: a mera definição de causalidade implica o fato de que nós nunca poderemos ter certeza sobre um efeito causal” (SÁTYRO; REIS, 2014, p. 18). Amparados no pressuposto de incerteza, cientistas políticos buscam desenhos para entender o que implica o quê.

Nessa perspectiva, experimentos — controlados e naturais — e pesquisas com dados observacionais são alternativas sedimentadas. A diferença entre cada rota permite entender parte da endogeneidade. Enquanto experimentos dependem, por definição, de um elemento randômico e, conseqüentemente, exógeno para diferenciar categorias comparativas — grupo de tratamento e controle —, os dados observacionais, frequentemente, encontram-se “à mercê da história” (PRZEWORSKI, 2007, p. 167).

Em maior detalhe, a lógica experimental permite inferir, a partir do cotejo de dois grupos semelhantes, o impacto causado por uma variável exógena. Ao submeter um grupo (tratamento) à exposição de um fator de impacto e resguardar o outro grupo (controle), em tudo similar, do mesmo procedimento, o desenho metodológico permite a comparação de resultados (PRZEWORSKI, 2007; BASCLE, 2008; ANTONAKIS *et al.*, 2010). Além disso, conforme aponta Przeworski (2007, p. 150, tradução nossa), a “atribuição aleatória significa que o valor da variável causal é independente de todas as características de uma unidade”, circunstância que protege os resultados encontrados de vieses endógenos, em termos de causalidade reversa. Após o procedimento, a diferença entre os dois grupos indicará a força causal da variável explicativa.

No entanto, mesmo na lógica experimental, algumas nuances demandam atenção. A capacidade de controle sobre a pesquisa empreendida determina diferentes abordagens. *Experimentos controlados*, conforme Dunning (2012), reúnem três características: a) a resposta do grupo assinalado como tratamento é comparável com a do grupo de controle; b) a atribuição das características *tratamento* e *controle* é feita aleatoriamente e; c) a manipulação do tratamento pode ser controlada pela pesquisadora.

Diante da dificuldade de viabilizar agendas com tamanha complexidade metodológica, sejam por motivos éticos ou práticos, pesquisadores se valem de *experimentos naturais* — desenho que não permite a manipulação do tratamento, mas que também conta com um elemento randômico capaz de diferenciar grupos de *tratamento* e *controle*, logo compartilha os já mencionados itens *a* e *b* com os experimentos controlados, mas não alcança o requisito *c* (DUNNING, 2012)<sup>2</sup>. Nesse sentido, as duas modalidades de experimentos, desde que con-

---

<sup>2</sup> A fim de pontuar a diferença entre experimentos controlados e experimentos naturais, dois estudos podem ser ilustrativos. Em exemplo de experimento controlado, Bertrand e Mullainathan (2003) analisaram o impacto do preconceito racial sobre as oportunidades de trabalho nos Estados Unidos. Para tanto, selecionaram, a partir de registros cartorários e *surveys*, nomes que soavam racializados — ou seja, atribuíveis a pessoas negras (Lakisha e Jamal) e a pessoas brancas (Emily e Greg). No passo seguinte, enviaram currículos semelhantes para empresas que anunciavam vagas em jornais, com uma única diferença: os nomes dos postulantes. Nesse trabalho, que ilustra o controle de pesquisadores sobre o tratamento, Bertrand e Mullainathan concluíram que pessoas negras têm 50% a menos de chance de serem chamadas para entrevistas de empregos quando comparadas às pessoas brancas. Na outra chave, em exemplo de experimento natural, em que os autores não possuíam controle sobre o tratamento, Ferraz e Finan (2008) investigaram o impacto da corrupção nas perspectivas de reeleição de prefeitos investigados. Na pesquisa, os autores se valeram de um programa iniciado em 2003 pela Controladoria-Geral da União, o qual, por sorteio,

duzidas em suas melhores práticas, permitem diluir eventuais influências de aspectos alheios ao tratamento por, aleatoriamente, separar dois grupos iguais, igualmente afetados por quaisquer fatores — exceto o *tratamento*, que fornecerá o resultado de interesse (DUNNING, 2012; ROBINS; HERNÁN, 2019).

De modo distinto, os dados observacionais não permitem tamanho controle sobre a cadeia causal, pois não compartilham nem *b*, a atribuição aleatória dos grupos de tratamento e controle, nem *c*, a possibilidade de manipular o tratamento imputado (DUNNING, 2012). Em face da frequente impossibilidade de realizar experimentos, portanto, resta um espaço fluido, em que a extração de causalidades tem de conviver com riscos inferenciais de toda ordem. Tal circunstância se traduz no problema da identificação, descobrir “se as causas realmente são causas e se os efeitos são efetivamente gerados pelas causas supostas, diante de dados observacionais” (REZENDE, 2017, p. 35). Nesse sentido, a endogeneidade, “a onipresente questão da endogeneidade” (FRANZESE, 2007, p. 61, tradução nossa), aparece como uma das principais armadilhas. Na síntese de Przeworski (2007, p. 168, tradução nossa), “a dificuldade apresentada pela endogeneidade é distinguir entre os efeitos de causas e os efeitos de condições sob as quais estes operam”. Sendo assim, olhar para questões de endogeneidade em estudos causais é um passo fundamental para produzir inferências válidas.

Definida na econometria como *a relação entre o regressor e o termo de erro*, ocorrência que, por meio de vieses e problemas de direção causal, impede a produção de inferências precisas, a endogeneidade pode se apresentar de formas variadas (ULLAH; ZAEFARIAN; ULLAH, 2020). Em diálogo com a violação da exogeneidade, condição própria dos experimentos mencionada anteriormente, Guilhem Bascle (2008, p. 288, tradução nossa) aponta que “há três instâncias em que a condição de exogeneidade é violada (e, portanto, a endogeneidade está presente): erros nas variáveis, variáveis omitidas e causalidade simultânea” — cada uma delas detalhada nos subtópicos desta seção. Percebe-se, portanto, que problemas endógenos não se resumem a questões de

---

escolhia municípios que teriam o uso de verbas federais investigado. A partir desse elemento aleatório, alheio à qualquer manipulação, os autores compararam os índices de reeleição de municípios auditados antes e depois das eleições de 2004. Concluíram que prefeitos que incorreram em ilegalidades tiveram índices de reeleição menores do que aqueles que não cometeram malfeitos.

causalidade reversa, configurando ampla gama de problemas à eventual generalização dos resultados encontrados (ULLAH; ZAEFARIAN; ULLAH, 2020).

## 2.1 Erros em variáveis

Os erros em variáveis, também conhecidos como erros de medição/mensuração, apesar de não receberem tanta atenção quanto as outras espécies de endogeneidade (BASCLE, 2008), são corriqueiros nas ciências sociais, campo em que “as categorias ou medidas usadas são geralmente artefatos criados pelo investigador e não ‘dadas’ pela natureza” (KING; KEOHANE; VERBA, 1994, p. 152). Nem todos os erros de mensuração, porém, acarretam os mesmos problemas. Erros em variáveis dependentes não apresentam endogeneidade, porque são capturados pelo termo de erro de um modelo, ou seja, pela parte que o próprio modelo reconhece não explicar. Desse modo, resultam apenas em perda de eficiência. De modo diferente, medições equivocadas da variável independente implicam endogeneidade, vez que conectam o regressor (aferido erroneamente) ao termo de erro da equação, provocando problemas na estimação dos resultados (GUIDE JR.; KETOKIVI, 2015).

Frutos da dificuldade inerente dos objetos de estudo da área, que muitas vezes não podem ser adequadamente observados e mensurados (ANTONAKIS *et al.*, 2014), os erros de medição “surgem quando o verdadeiro valor do regressor, X, não é observado” (BASCLE, 2008, p. 289). Por trás desses erros, encontram-se circunstâncias diversas, como escalas impróprias, agregações equivocadas de itens em um índice e imprecisões em *surveys* (ZAEFERIAN *et al.*, 2017). Em síntese, os valores imprecisos das variáveis explicativas afetariam a qualidade dos resultados encontrados, inviabilizando a exata compreensão da causalidade e de sua respectiva intensidade.

Antonakis *et al.* (2014) exemplificam a dificuldade endógena trazida por erros de mensuração de variáveis. Em uma pesquisa que busque mensurar o impacto da inteligência de um líder na motivação de seus seguidores, a variável explicativa *inteligência do líder* não poderá ser adequadamente mensurada, pelo menos se considerada em termos puros, sem uma *proxy*. Consequentemente, um modelo que utilize a variável *inteligência do líder*, por se valer de um construto com erro de medição, produzirá resultados inadequados, porque endógenos (ANTONAKIS *et al.*, 2014). Ilustrando o exemplo de Antonakis

*et al.* (2014), dizemos que a inteligência observada ( $X$ ) é diferente da variável construída em plano teórico ( $X^*$ ) para constar no modelo preditivo, fator que implica endogeneidade. Em outras palavras,  $X$  (a inteligência observada) corresponde à variável inteligência construída ( $X^*$ ) mais o termo de erro, a diferença entre o valor desejado para a variável e o valor efetivamente encontrado<sup>3</sup>.

## 2.2 Variáveis omitidas

Outro problema relacionado à endogeneidade diz respeito às variáveis omitidas. Na tentativa de inferir causalidade, pesquisas mapeiam variáveis independentes (explicativas) que impactam em variáveis dependentes (a serem explicadas). No entanto, não é raro que variáveis não selecionadas para a confecção de um modelo acabem por prejudicar a capacidade preditiva. As variáveis não selecionadas, denominadas omitidas, representam um problema de endogeneidade ao causar um efeito tanto na variável independente quanto na dependente (BASCLE, 2008; DOWD; TOWN, 2002).

Em pesquisas observacionais, a pesquisadora precisa reunir argumentos e evidências de que não há variáveis omitidas interferindo nas relações causais apresentadas. Porém Cinelli e Hazlett (2020) alertam que, embora em alguns casos os testes de equilíbrio, que comparam as características de partida dos grupos analisados, mostrem resultados nulos, eles não podem ser tomados como garantias da inexistência dessas variáveis — dado que são, como o nome ilustra, omitidas. Conforme os autores afirmam, em referência a Pearl (2009), “fundamentalmente, a inferência causal sempre requer suposições que não são verificáveis a partir dos dados” (CINELLI; HAZLETT, 2020, p. 1) — desse modo, há risco considerável de que variáveis omitidas perturbem qualquer

---

<sup>3</sup> A título ilustrativo, considere-se  $Xi^*$  como a variável inteligência construída como proxy para inteligência efetivamente observada  $Xi$ . Uma vez que há incertezas sobre essa variável construída, ela carrega consigo um termo de erro próprio ( $\mu i$ ). Assim,  $Xi = Xi^* + \mu i$ . Em um modelo de regressão tradicional, a notação seria:  $yi = \alpha + \beta Xi^* + \varepsilon i$ . Logo, substituindo os valores:  $yi = \alpha + \beta(Xi - \mu i) + \varepsilon i \Rightarrow yi = \alpha + \beta Xi - \beta \mu i + \varepsilon i$  e reagrupando os termos de erro em uma nova variável,  $vi = \varepsilon i - \beta \mu i$ , tem-se que:  $yi = \alpha + \beta Xi + vi$ . Como a variável original  $Xi$  depende do seu termo de erro ( $\mu i$ ) e o próprio termo de erro da regressão modificada depende desse mesmo erro, tem-se um problema de viés na estimação OLS padrão (para maior detalhamento dessa construção, ver Antonakis et al., 2014).

afirmação feita a partir de dados observacionais, caso não sejam adotados os cuidados devidos.

Dowd e Town (2002), ao tratarem da conexão entre tipos de planos de saúde e despesas de saúde (*managed care* e *fee-for service*), percebem um problema de variável omitida — no caso em questão, a ausência da variável *doenças crônicas* no modelo. A gravidade do problema consiste no fato de que tanto a escolha do plano de saúde quanto eventuais despesas médicas são impactadas pela variável omitida — *doenças crônicas*. Diante disso, os autores apontam que os resultados encontrados pelo modelo que relaciona tipos de planos de saúde e despesas médicas, mas que ignora doenças crônicas, seriam enviesados, refletindo correlações espúrias.

### 2.3 Causalidade simultânea

A endogeneidade também está presente quando há dificuldade em determinar o sentido das relações causais. Na Ciência Política, há diversos fenômenos em que variáveis têm influência umas sobre as outras (FRANZESE, 2007). A causalidade reversa, terceira espécie de endogeneidade apresentada neste artigo, ocorre quando a variável tida como dependente impacta a variável independente — ou quando as duas variáveis apresentam influências recíprocas, dificultando o entendimento da direção causal. Em vista disso, a causalidade reversa pode estar presente “em adição ao efeito causal que estamos tentando detectar, ou pode estar presente ao invés do efeito que estamos tentando detectar” (DOWD; TOWN, 2002, p. 10, tradução nossa).

Supondo que X seja o que, em hipótese, temos como variável independente e Y seja a variável dependente, a causalidade reversa, também chamada de causalidade simultânea, ocorre quando Y causa X ao mesmo tempo em que X causa Y, o que pode ser ilustrado pela relação  $X \leftrightarrow Y$  (FRANZESE, 2007, p. 61). Ainda sobre os planos de seguro de saúde, Dowd e Town (2002) apontam que, em um estudo sobre o acesso a um bom plano de saúde e seu efeito no nível de saúde da população, é possível enxergar uma relação de causalidade simultânea entre as variáveis dependente e independente. Isso acontece porque um bom plano de saúde pode influenciar diretamente o acesso a tratamentos adequados, que aumentam a saúde da população. Ao mesmo tempo, a saúde individual pode ser determinante para que a pessoa tenha recursos próprios

para pagar um seguro particular — ou para que consiga um emprego que garantirá um plano de saúde corporativo.

Os obstáculos endógenos percorridos nestes subtópicos — erros em variáveis, impacto das variáveis omitidas e causalidade reversa —, que impactam a precisão das inferências, demandam soluções. A seguir, apresentamos, de modo panorâmico, algumas possibilidades para encontrá-las — teoria, que apresenta rotas iniciais, experimentos, coleta de dados adicionais, informações extraempíricas, abordagens multimétodos, variáveis instrumentais, análise comparativa, decomposição de variáveis (dependente e independente).

### 3 COLETÂNEA DE FERRAMENTAS PARA CONTORNAR A ENDOGENEIDADE: UM BREVE PANORAMA

Buscar causalidades e entender quais variáveis devem ser levadas em consideração para explicar a ocorrência de um fenômeno são tarefas que dependem de aporte teórico substantivo (SÁTYRO; REIS, 2014; ANTONAKIS *et al.*, 2014). Conhecer o estado da arte bibliográfico pode se tornar um escudo contra direções causais equivocadas e omissões de variáveis importantes para um modelo preditivo. A presença de causalidade reversa, por exemplo, expõe insuficiência teórica (KING; KEOHANE; VERBA, 1994), vez que são raros os fenômenos da Ciência Política que não têm em seu horizonte pesquisas prévias sobre caminhos inferenciais confiáveis.

No incerto horizonte causal dos dados observacionais, em que “longas sequências de decisões, ações, padrões institucionais e outros fatores conectam o tratamento ao resultado” (SEAWRIGHT, 2016, p. 57), as abordagens multimétodos colaboram tanto para avaliar trajetórias causais quanto para identificar variáveis omitidas. Antes de testarem suas hipóteses em estudos quantitativos, pesquisadores podem empregar métodos qualitativos, como o *process tracing*, ferramenta capaz de analisar em profundidade o desenvolvimento histórico de um fenômeno e, assim, indicar possíveis fatores causais presentes em determinada dinâmica (SEAWRIGHT, 2016). Além da identificação causal, o *process tracing* também é importante na análise de eventuais variáveis omitidas. Novamente na trilha de Seawright (2016), a capacidade preditiva de modelos depende da inexistência de uma variável que impacte tanto

na dependente quanto na independente. Nesse sentido, o detalhamento oferecido pelo *process tracing*, ao focar no percurso de uma ocorrência, contribui para revelar possíveis variáveis omitidas e evitar vieses nos resultados.

Uma pesquisa com vieses decorrentes de variáveis omitidas também pode indicar desatenção à teoria, que, em regra, apresenta um ponto de partida sistemático sobre o que importa e sobre o que não importa para detectar variações de resultados (CRESWELL, 1994). King, Keohane e Verba (1994) discutem a importância da teoria para a descoberta de variáveis omitidas. Tomando como exemplo uma pesquisa hipotética sobre níveis educacionais e participação política nos Estados Unidos da América, os autores analisam a possibilidade de variáveis inicialmente não consideradas afetarem tanto a variável dependente (participação) quanto a variável independente (educação) — configuração que enviesaria os resultados. Na discussão, consideram a possibilidade de que raça e envolvimento político dos pais sejam variáveis omitidas. De onde extraem essa possibilidade e de onde poderiam extrair outras? Da teoria, vez que “não há outra maneira para escolher quais variáveis usar em nossa análise” (KING; KEOHANE; VERBA, 1994, p. 177, tradução nossa).

Detectar a influência de variáveis omitidas é tarefa mais complexa nas pesquisas observacionais. Enquanto o elemento randômico dos experimentos permite a manipulação controlada de causas e efeitos, nas pesquisas observacionais surgem inúmeros elementos que desafiam a correta identificação da causalidade (REZENDE, 2015, p. 35). Diante de tal desafio, e considerando a impossibilidade de realizar experimentos, pesquisadores podem também recorrer à coleta de dados adicionais sobre as variáveis omitidas em tentativa de compreender e mitigar a sua interferência na pesquisa. Aumentar o número de observações é fundamental para identificar e solucionar erros de pesquisa — embora o valor desta estratégia não deva ser subestimado — convém reconhecer que ele, em regra, vem associado a recursos, às vezes, indisponíveis (DOWD; TOWN, 2002).

Franzese (2007) aponta que todas as ferramentas de pesquisa utilizadas para identificar causalidade, em última instância, demandam a adição de observações extraempíricas às análises empíricas, sejam tais informações pressupostos teóricos ou variáveis inicialmente não previstas. Acrescenta ainda que tal estratégia apenas funciona sob determinadas condições, nas quais, em suas

palavras, são adicionadas observações extraempíricas adequadas. O autor ressalva, porém, o fato de que “a correção da logicamente necessária informação extra-empírica não pode ser testada de forma empírica diretamente” (FRANZESE, 2007, p. 63), situação que exige multiplicação de cuidados para que as informações acrescidas possam, de fato, ampliar a capacidade inferencial da pesquisa. Informações extraempíricas podem ser relevantes para contornar questões endógenas, como é o caso das variáveis instrumentais.

Recorrentes problemas de endogeneidade podem ser solucionados pelo uso de variáveis instrumentais (Z) (ULLAH; ZAEFARIAN; ULLAH, 2020; ZAEFARIAN *et al.*, 2017). No que trata especificamente da causalidade reserva, uma variável tem de satisfazer dois requisitos para que seja considerada instrumental: não se relacionar com o termo de erro da equação, ou seja, não padecer dos mesmos problemas da variável independente endógena (X); e relacionar-se com a variável independente (WOOLDRIDGE, 2006; ANTONAKIS *et al.*, 2014; BASCLE, 2008; ULLAH; ZAEFARIAN; ULLAH, 2020). Nesse sentido, uma variável instrumental se relaciona apenas com a variável independente (X), sem afetar, em um primeiro momento, a variável dependente (Y). Em outras palavras, a variável instrumental Z impactará Y apenas na medida em que influenciar X (ZAEFARIAN *et al.*, 2017). A escolha das variáveis instrumentais, passo decisivo para a correção do modelo, dependerá de aporte teórico que forneça motivos para sua utilização (ULLAH; ZAEFARIAN; ULLAH, 2020). Com o uso da variável instrumental, um componente exógeno, é possível aferir causalidade em um fenômeno.

Outro caminho para tratar a questão da endogeneidade na Ciência Política é a análise comparativa. De acordo com King, Keohane e Verba (1994), tal método é utilizado para identificar a presença de elementos endógenos e exógenos no fenômeno que se busca investigar. Os autores mostram que a alternativa de solução, empregada por Halpern em um estudo sobre “o papel das ideias na adoção de políticas econômicas stalinistas em outros países socialistas” (KING; KEOHANE; VERBA, 1994, p. 191–192, tradução nossa), baseia-se em enxergar a endogeneidade como potencialmente um problema de vieses de variáveis omitidas e, a partir daí, analisar casos em que não haveria estes mesmos vieses. Nessa comparação com outros subconjuntos, Halpern encontrou evidências indicando que as ideias em análise “não eram inteiramente

endógenas nessa situação — eles desempenharam um papel causal” (KING; KEOHANE; VERBA, 1994, p. 193).

Decompor variáveis também pode ser uma alternativa para eliminar impasses oriundos de causalidade reversa (KING; KEOHANE; VERBA, 1994). Em determinadas circunstâncias, é possível fazê-lo na variável dependente, ao organizá-la em dois segmentos — um de fato dependente da variável explicativa e outro que não escape do problema endógeno, influente sobre a variável explicativa. Com essa estratégia, torna-se viável entender variações pelo menos na parte exclusivamente dependente da variável a ser explicada. Em outras ocasiões, o caminho pode se inverter, exigindo a decomposição da variável independente numa parte exógena, capaz de se livrar dos problemas em questão, e numa parte endógena, ainda vulnerável ao problema da causalidade reversa. Dessa forma, a pesquisadora poderá se valer apenas do conteúdo exógeno da variável independente na busca pela inferência. Ambas as possibilidades de decomposição podem salvar, no mínimo parcialmente, a capacidade preditiva de uma pesquisa.

Os problemas endógenos, entretanto, não se extinguem com a resolução da trajetória causal ou com a identificação de variáveis omitidas. Embora nucleares, tais problemas dividem espaço com os erros em variáveis no amplo guarda-chuva da endogeneidade. Seawright (2016), ao tratar da abordagem multimétodo, sinaliza a importância dos estudos de casos para afinar mensurações de variáveis. Notáveis pelo grau de detalhe com que investigam um fenômeno, estudos de caso podem auxiliar na descoberta de imprecisões relacionadas à variável medida, “permitindo uma avaliação da extensão em que um dado indicador captura a informação relevante ou a distorce pelas características do processo que conduz ao índice final para o caso” (SEAWRIGHT, 2016, p. 49, tradução nossa). Modelos que se baseiam em variáveis coletadas em *surveys* ilustram os benefícios dos estudos de caso em termos de mensuração. Na eventualidade de um conjunto de entrevistados não compreender adequadamente uma pergunta, os resultados encontrados terão pouco a dizer. A realização de estudos de caso em profundidade, anteriores ao *survey*, poderia mapear como a questão é entendida pelos integrantes da amostra — situação que permitiria o ajuste da pergunta e a consequente medição do objeto investigado (SEAWRIGHT, 2016).

Problemas endógenos não devem, em um primeiro momento, inviabilizar uma pesquisa. Traçado o cenário apresentado nos últimos parágrafos, é possível visualizar algumas alternativas. A próxima seção dedica-se a apresentar alguns estudos que lidaram de maneira adequada com questões de endogeneidade, sobretudo de causalidade reversa —seja reconhecendo a necessidade de considerá-la para seguir adiante, seja usando um dos métodos apresentados acima, as variáveis instrumentais<sup>4</sup>, para garantir a produção de inferências causais válidas.

#### 4 SE NÃO CONTORNAR, PELO MENOS CONSIDERE

Instituições causam desenvolvimento econômico ou o desenvolvimento econômico é responsável pela ascensão de instituições? Ambos. De acordo com Przeworski (2004), não é possível superar a endogeneidade ao tratar do tema. Não existe causa primária identificável. Causalidades recíprocas impedem a compreensão de efeitos isolados. Diante da conclusão de que “o único motor da história é a endogeneidade” (2004, p. 5), Przeworski sugere que os estudos sobre o tema devam mudar de foco — não priorizar a busca pela causa primária, mas o correto entendimento dos efeitos recíprocos. Nesse caso, a endogeneidade não é um problema a ser resolvido, mas uma condição a ser considerada — o que permite abordagens igualmente relevantes no estudo do fenômeno, redirecionadas a partir da percepção de que a causalidade original não pode ser transposta.

Embora isso se aplique a alguns casos, é possível avançar em determinadas ocasiões, quando empregadas as ferramentas para enfrentar a endogeneidade. Os textos de Steven Levitt (1997 e 2002) sobre policiamento e taxas de criminalidade apresentam modelos de superação de problema endógeno — a causalidade reversa/simultânea. Trabalhos anteriores sobre o tema não conseguiam apresentar relação significativa entre o aumento do efetivo de policiais e diminuição dos índices criminais. Levitt observa que tal dificuldade tem como causa provável uma questão endógena: a presença de maiores índices de criminalidade em determinado local faz com que o poder público mobilize maior

---

<sup>4</sup> Vale dizer que o uso de variáveis instrumentais não é a única estratégia capaz de minimizar problemas de endogeneidade. Outras estratégias, que ultrapassam o escopo deste artigo, como Matching, Regressões Descontínuas e Diferenças em Diferenças também podem ser úteis ao contorno do problema.

número de agentes, criando uma correlação entre as duas ordens de grandeza — criminalidade e tamanho do efetivo policial.

Para superar a simultaneidade presente no fenômeno, Levitt vale-se de uma variável instrumental, qual seja o *timing* das eleições para prefeitos e governadores — variável que não se relaciona com a criminalidade e, portanto, não incorre em endogeneidade. Inicialmente, os autores buscam estabelecer conexão entre eleições e crescimento do efetivo policial. Conseguem. Os efetivos policiais são ampliados em anos eleitorais. A partir disso, verificam, por meio de modelos econométricos, se, no período subsequente à ampliação da força policial, os índices de criminalidade foram reduzidos. Concluem que boa parte dos crimes analisados diminuíram após o aumento do efetivo, demonstrando a utilidade de variáveis instrumentais para corrigir defeitos relacionados à endogeneidade.

Outro exemplo bem sucedido no trato de questões endógenas pode ser encontrado em Gerber (1998). O estudo se dedica a analisar os impactos dos gastos de candidatos incumbentes e opositores nas eleições para o Senado norte-americano. Ao retomar a literatura sobre tema, Gerber aponta um pressuposto teórico: gastos de candidatos opositores produziram maior impacto no número de votos do que gastos dos incumbentes, pelas seguintes razões, defendidas por Gary Jakobson<sup>5</sup>: a) os incumbentes já contam com estruturas de campanha bem montadas; b) os incumbentes, pela visibilidade do cargo, são mais conhecidos do que seus oponentes. As duas razões fariam com que os gastos do incumbente não implicassem efeitos relevantes, pois já partiriam de condições vantajosas, ao passo que os oponentes, em tese desconhecidos e com estruturas de campanha menos sedimentadas, teriam nas despesas eleitorais uma alternativa relevante para ampliar seu eleitorado. Mas o modelo teórico, em linha com estudos posteriores, desconsiderou fatores que ensejam endogeneidade. Conforme aponta Gerben: a) a probabilidade de vitória tende a facilitar o recebimento de doações; b) em eleições apertadas, apoiadores podem doar maiores quantidades; c) a certeza de vitória pode levar o incumbente a não buscar grandes arrecadações. As três questões, eminentemente endógenas no sentido de simultaneidade, trazem vieses às conclusões sobre a efetividade dos gastos de campanha dos candidatos. Havia, portanto, questões

---

<sup>5</sup> Gerben sinaliza que o argumento de Jakobson foi criado para explicar eleições para a Câmara dos Deputados, mas, em termos teóricos, poderia se aplicar também às eleições senatoriais.

não consideradas que dificultavam inferências válidas no pressuposto teórico sobre gastos de candidaturas.

Para responder aos problemas endógenos, Gerben se vale de variáveis instrumentais — relacionadas aos gastos de campanha, a variável independente, mas, inicialmente, não relacionadas à variável dependente, votos recebidos pelos candidatos incumbentes. Essas variáveis instrumentais são: (i) riqueza do candidato opositor, capaz de influenciar sua arrecadação de fundos para a campanha; (ii) população votante do estado, importante para mensurar o gasto por cada voto; e (iii) despesas em eleições anteriores (soma dos dois candidatos), tendo em vista que as eleições para Senado, de modo geral, não apresentam os mesmos incumbentes e opositores, logo, comparar os gastos de eleições anteriores não revelaria a sobreposição da capacidade de arrecadação de um candidato em relação aos demais — o que poderia implicar endogeneidade. A partir de modelos econométricos que levam em conta as variáveis instrumentais, Gerben encontra que o impacto dos gastos de candidatos incumbentes é semelhante ao impacto dos gastos de candidatos desafiantes — resultado que os modelos econométricos desatentos às questões de causalidade reversa não encontraram em estudos anteriores, estimando efeitos maiores para gastos dos candidatos desafiantes.

Também por meio do uso de variáveis instrumentais, Kern e Hainmueller (2009) avaliaram o impacto de canais televisivos da Alemanha Ocidental, capitalista, sobre as percepções dos cidadãos da Alemanha Oriental, comunista, em relação ao seu próprio regime. Com base em literatura acerca da influência de mídias ocidentais na erosão do apreço social pelos regimes comunistas, Kern e Hainmueller esperavam encontrar padrão semelhante na Alemanha Oriental entre os espectadores de canais televisivos da Alemanha Ocidental. Para tanto, eles empregaram, como desenho de pesquisa, um experimento natural, o qual, por meio de um fator randômico, alheio ao controle dos pesquisadores, contribuiu para a validade das conclusões. Partindo de um *survey* conduzido com a população jovem do país, os autores perceberam que a mera comparação daqueles que assistiram às mídias ocidentais com aqueles que não assistiram seria insuficiente para garantir inferências, visto que poderia estar sujeita a numerosos vieses. No entanto a utilização do desenho experimental, viabilizado no caso pelo uso de uma variável instrumental — residir ou não em região com

acesso às redes<sup>6</sup> —, permitiu a comparabilidade segura entre os resultados. É dizer, os autores compararam as respostas daqueles que residiam em regiões sem acesso às redes e que, por consequência, não assistiam à mídia oriental com as respostas dos que residiam em regiões com acesso à rede e viam os programas do país vizinho.

De acordo com os resultados encontrados, assistir às mídias da Alemanha Ocidental se traduziu em maior apoio ao regime comunista da Alemanha Oriental. Na hipótese dos autores, construída a partir das respostas presentes no *survey*, o escapismo explicaria o maior apoio ao regime entre aqueles que assistiam às mídias da Alemanha Ocidental, dado que o conteúdo consumido privilegiaria o entretenimento e aliviaria, em alguma medida, as dificuldades vividas dentro do regime Oriental.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas palavras de Franzese (2008), a inferência causal em Ciência Política tem de conviver com um mundo em que *quase tudo causa quase tudo*. Com exceção dos experimentos, que permitem controle mais estrito sobre causas e efeitos, em razão de seu componente aleatório (REZENDE, 2015), há um cenário de fenômenos incertos — mensurações imprecisas, omissões metodologicamente problemáticas e causalidades sem direção precisa, confusas em setas recíprocas.

É do que se preocupa a endogeneidade. Não apenas de causalidade reversa, como frequentemente entendida, mas da relação entre regressor e termo de erro, que também engloba erros em variáveis e variáveis omitidas. Como discutido nas seções anteriores, a endogeneidade trata de problemas que, muitas vezes, são passíveis de solução por meio do bom uso da teoria existente, de análises comparativas, da decomposição de variáveis (dependentes e independentes), de informações extraempíricas e de variáveis instrumentais.

Mas, antes de tudo, o trato da endogeneidade exige duas coisas: tomada de consciência e postura cientificamente responsável, nessa ordem. King, Keohane e Verba (1994) lembram que, frequentemente, pesquisadores sequer têm consciência dos problemas endógenos implicados nas hipóteses que desenvolvem.

---

<sup>6</sup> Tal variável foi aferida por meio do local de trabalho do respondente. Na antiga Alemanha Oriental, fatores topográficos faziam variar o alcance das redes de mídia. A região de Dresden, por exemplo, não tinha acesso à mídia da Alemanha Ocidental, pois ficava distante das torres de transmissão.

O primeiro passo, portanto, é perceber o problema — o que não acontecerá sem um amplo domínio da literatura que cobre o fenômeno analisado. Embora frustrante, descobrir limitações é o preço da ciência. Alberto Caeiro, o heterônimo de Fernando Pessoa (2011), já disse n’*O Guardador de Rebanhos*: “pensar incomoda como andar à chuva quando o vento cresce e parece que chove mais”.

Depois da consciência, a postura. Não é necessário abandonar o projeto quando diante de questão endógena. Mas, sob pena de concluir um trabalho cientificamente frágil, é preciso agir — seja buscando alternativas para contornar os problemas, algumas delas apresentadas de maneira introdutória neste artigo, seja alterando o foco da questão de pesquisa, levando em conta a endogeneidade e buscando novos caminhos — que até podem partir do reconhecimento de sua existência, mas que devem chegar em locais metodologicamente mais seguros. Independentemente da rota escolhida, impõe-se uma necessidade subjacente — explicar cada passo, deixar transparentes as decisões e os desenhos escolhidos para perseguir a questão de pesquisa — com todas as limitações pendentes explicitadas.

#### REFERÊNCIAS

- ALMOND, Gabriel; GRECO, Stephen. Clouds, clocks, and the study of politics. *World Review*, v. 29, n. 4, p. 489–522, 1977.
- ANTONAKIS, John *et al.* Causality and endogeneity: Problems and solutions. In: DAY, David V. (ed.). *The Oxford Handbook of Leadership and Organizations*. New York: Oxford University Press, 2014. p. 93–117.
- BASCLE, Guilhem. Controlling for endogeneity with instrumental variables in strategic management research. *Strategic Organization*, v. 6, n. 3, p. 285–327, 2008.
- BERTRAND, Marianne; MULLAINATHAN, Sendhil. Are Emily and Greg more employable than Lakisha and Jamal?: a field experiment on labor market discrimination. *National Bureau of Economic Research*, Cambridge, MA, Working Paper n. 9873, 2003. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w9873>. Acesso em: 5 mar. 2022.

- CINELLI, Carlos; HAZLETT, Chad. Making sense of sensitivity: extending omitted variable bias. *Journal of the Royal Statistical Society, Series B (Statistical Methodology)*, v. 82, n. 1, p. 39–67, 2020.
- CRESWELL, John. The use of theory. In: CRESWELL, John. *Research Design qualitative and quantitative approaches*. London: Sage Publications, 1994. p. 81–104.
- DOWD, Bryan; TOWN, Robert. Does X Really Cause Y? *Academic Health*: v. 1, p. 21, 2002.
- DUNNING, Thad. *Natural experiments in Social Sciences: a design-based approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- FERRAZ, Claudio; FINAN, Frederico. Exposing corrupt politicians: the effect of Brazil’s publicly released audits on electoral outcomes. *Quarterly Journal of Economics*, v. 123, n. 2, p. 703–745, 2008.
- FRANZESE, Robert J. Context matters: the challenge of multicausality, context-condicionality and endogeneity for empirical evaluation of positive theory in comparative politics. In: FRANZESE, Robert J. *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Chapter 2. 2007. p. 26–72.
- GERBER, Alan. Estimating the effect of campaign spending on senate election outcomes using instrumental variable. *American Political Science Review*, v. 92, n. 2, p. 401–411, 1998.
- GUIDE JR., V. Daniel R.; KETOKIVI, Mikko. Notes from the editors: redefining some methodological criteria for the journal. *Journal of Operations Management*, v. 37, n. 1, p. v–viii. 2015.
- KERN, Holger Lutz; HAINMUELLER, Jens. Opium for the masses: how foreign media can stabilize authoritarian regimes. *Political Analysis*, v. 17, p. 377–399, 2009.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. *Designing social inquiry*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1994.

- LEVITT, Steven. Using electoral cycles in police hiring to estimate the effect of police on crime. *The American Economic Review*, v. 87, n. 3, p. 270–290, 1997.
- LEVITT, Steven. Using electoral cycles in police hiring to estimate the effect of police on crime: reply. *The American Economic Review*, v. 92, n. 4, p. 1244–1250, 2002.
- MAHONEY, James. After KKV: The new methodology of qualitative research. *World Politics*, v. 62, n. 1, p. 120–147, 2010.
- PESSOA, Fernando. *Antologia poética: texto integral*. Organização Walmir Ayala. Coleção Saraiva de Bolso. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.
- PRZEWORSKI, Adam. Is the science of comparative politics possible? *In: The Oxford Handbook of Comparative Politics*, 2007. p. 147–171.
- PRZEWORSKI, Adam. The last instance: are institutions the primary cause of economic development? *European Journal of Sociology*, v. 45, n. 2, p. 165–188, 2004.
- REZENDE, Flávio. O pluralismo inferencial na Ciência Política pós-KKV (2005– 2015): argumento e evidências. *Revista Política Hoje*, v. 26, n. 1, p. 241–277, 2017.
- REZENDE, Flávio. Transformações metodológicas na Ciência Política contemporânea. *Revista Política Hoje*, 2. Ed., v. 24, p. 13–45, 2015.
- SÁTYRO, Natália. G. D.; REIS, Bruno P. W. Reflexões sobre a produção de inferências indutivas válidas em Ciências Sociais. *Revista Teoria & Sociedade*, n. 22.2, p. 19–39, 2014.
- SEAWRIGHT, Jason. *Multi-Method Social Science: combining qualitative and quantitative tools*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- TOM ZÉ; ELTON MEDEIROS. Tô. Rio de Janeiro: Continental: 1976. Disponível em: (<https://www.cifraclub.com.br/tom-ze/to/>). Acesso em: 30 mar. 2023.

ULLAH, Subhan; ZAEFARIAN, Ghasem; ULLAH, Farid. How to use instrumental variables in addressing endogeneity?: a step-by-step procedure for non-specialists. *Industrial Marketing Management*, v. 96, p. A1-A6, 2020.

WOOLDRIDGE, Jeffrey. *Uma introdução à econometria: uma abordagem moderna*. 2. ed. São Paulo: Editora Thomson, 2006.

ZAEFARIAN, Ghasem *et al.* Endogeneity bias in marketing research: problem, causes and remedies. *Industrial Marketing Management.*, v. 96, p. 39-46, 2017.

# QCA PARA INICIANTE

## FUNDAMENTOS DA ANÁLISE COMPARATIVA QUALITATIVA

# 7

Eduardo Ryô Tamaki\*

Virgílio Mendes Araujo†

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo central introduzir a ferramenta do QCA (Análise Comparativa Qualitativa) para estudos nas ciências sociais. Parte-se de uma discussão conceitual do método comparativo abarcando o QCA, as suas características e sua lógica de funcionamento, para depois apresentar suas tipologias, bem como suas três principais técnicas: Crisp-Set QCA, Multivariate QCA e Fuzzy-Set QCA. A partir de suas tipologias, apresenta-se a estratégia de inferência e validação para pesquisas de cunho comparativo e, por fim, os limites e cuidados que se deve tomar quando se usa a técnica.

**Palavras-chave:** QCA. Crisp-Set QCA. Multivariate QCA. Fuzzy-Set QCA. Metodologia.

*QCA For Dummies: Basics Of The Qualitative Comparative Analysis*

**Abstract:** This paper aims to introduce the QCA (Qualitative Comparative Analysis) method for studies in the social sciences. It starts with a conceptual discussion of the comparative method covering the QCA, its characteristics, and operating logic; then, we present its typologies and its three main variations: Crisp-Set QCA, Multivariate QCA, and Fuzzy-Set QCA. Based on their typologies, we approach different inference and validation strategies for comparative research, and, finally, the limits and precautions to be taken when using this technique.

**Keywords:** QCA. Crisp-Set QCA. Multivariate QCA. Fuzzy-Set QCA. Methodology.

### 1 INTRODUÇÃO: O MÉTODO COMPARATIVO

O QCA, acrônimo para “*Qualitative Comparative Analysis*” (em português, “Análise Comparativa Qualitativa”<sup>1</sup>), é uma abordagem de análise comparativa multivariada, comumente utilizada para estudos de pequeno e médio

<sup>1</sup> Apesar de existirem diversas formas de se traduzir o termo original (em inglês) “*Qualitative Comparative Analysis*”, a opção por seguirmos pelo termo “*Análise Comparativa Qualitativa*” se deu por sua capacidade de capturar a especificidade e finalidade do método. QCA é, primariamente, uma análise comparativa que tem como característica secundária ser qualitativa. Agradecemos ao parecerista por chamar a atenção para isso e por nos ajudar com a devida formulação dessa explicação.

\* Eduardo Ryô Tamaki — German Institute for Global and Area Studies (GIGA), Universidade de Erfurt.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7728-0520>

E-mail: [eduardo.tamaki@giga-hamburg.de](mailto:eduardo.tamaki@giga-hamburg.de).

† Virgílio Mendes Araujo — Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-0366-0939>

E-mail: [virgilioebm@gmail.com](mailto:virgilioebm@gmail.com).

número de casos (TOSHKOV, 2016). Desenvolvido por Charles Ragin (1987), em sua obra seminal *“The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies”*, e depois desenvolvida em Ragin (2000; 2008), QCA se baseia na lógica dos conjuntos e na álgebra Booleana (TOSHKOV, 2016; THOMANN; MAGGETTI, 2017) para a determinação de condições necessárias e suficientes (em inglês, *“N&S Conditions”*). Seu foco principal é achar soluções mínimas suficientes que levem à ocorrência de determinado resultado; em outras palavras, um resultado deve ocorrer sempre que estiver associado com uma solução simplificada e minimizada (DUÇA, 2019).

A lógica comparativa de pesquisa não é recente e introduz a um *framework* de pesquisa que merece atenção e cuidado na trajetória científica. As pesquisas de cunho comparativo, segundo Adam Przeworski e Henry Teune (1970), seguem um objetivo primário: a criação e teste de teorias, em que a generalização e a parcimônia são mais importantes que a acurácia (PRZEWORSKI; TEUNE, 1970). Ambos argumentam que a generalização e a parcimônia devem ser trabalhadas de maneira que as mesmas teorias sejam avaliadas em configurações sistêmicas distintas, de modo que apenas possam ser confirmadas se as mesmas forem produzidas a partir dos fatores em comum dos diferentes sistemas analisados (PRZEWORSKI; TEUNE, 1970, p. 22).

A ideia apresentada parte do pressuposto de que o papel das ciências sociais é a explicação e o esclarecimento sobre os eventos (PRZEWORSKI; TEUNE, 1970). Tal explicação da pesquisa comparativa trabalha a lógica dedutiva (em que se parte de teorias ou hipóteses gerais e finaliza-se com eventos particulares). Para além disso, as sentenças produzidas só podem ser extrapoladas e usadas com propósito explicativo se os eventos utilizados para a criação das mesmas forem passíveis de generalização para além do limite do sistema social utilizado.

De forma complementar, Dimiter Toshkov (2016) atribui a pesquisa comparativa a dois objetivos primários: (1) o primeiro diz respeito à derivação e à elaboração de teorias, sendo este o processo de generalização de uma teoria; e (2) o segundo é mais focado em analisar os resultados de casos particulares do que estimar efeitos causais (TOSHKOV, 2016, p. 258). Nesse sentido, a pesquisa comparativa cumpre uma função complementar às pesquisas quantitativas e qualitativas, uma vez que elabora e propõe hipóteses e teorias passíveis de

serem testadas por outros métodos e trabalha com características dos dois modelos de pesquisas.

No entanto, assim como outros métodos, a Análise Comparativa Qualitativa também possui seus pontos fortes e fracos, sendo mais indicada a determinados casos e melhor explorada quando utilizada de forma complementar em conjunto com outras abordagens. Sendo assim, o presente trabalho não pretende criar, nem desenvolver, nenhum avanço teórico ou inédito. Pelo contrário, visamos fornecer apenas uma introdução, nos limitando à tentativa de suprir a lacuna de materiais em português sobre o método.

Com isso em mente, o artigo é dividido da seguinte maneira: para além da introdução, adentramos no método de Análise Comparativa Qualitativa (ou QCA<sup>2</sup>), e exploramos um pouco de sua história, assim como também da lógica que a serve de base. Em seguida, apresentamos e discutimos a questão da complexidade causal. Logo depois abordamos e desenvolvemos a temática acerca da validade externa e interna, e inferência. A seção seguinte introduz duas variantes do QCA, o *Multivariate QCA* e o *Fuzzy-set QCA*. Por fim, concluímos apresentando os conhecidos limites e críticas ao método, assim como oferecendo algumas reflexões.

## 2 QCA — QUALITATIVE COMPARATIVE ANALYSIS

Segundo Toshkov (2016), a lógica da pesquisa comparativa não é fundamentalmente diferente das sujeitas a experimentos ou pesquisas de dados observacionais de  $N$  grande (*large-N*). Interessantemente, mas não exclusivamente, seu *framework* permite uma certa extrapolação, realizando e indicando inferências causais a partir de uma lógica do contrafactual (TOSHKOV, 2016, p. 259).

A lógica do contrafactual mencionada por Toshkov faz referência ao modelo causal de *Neyman-Rubin*, o “*Potential Outcomes Model*” (POM), que busca responder duas questões: (i) como saber se algo teve efeito causal e (ii) o que isto significa. O modelo contrafactual trabalha a ideia de que para estimar o efeito causal de uma variável  $x$  é necessário que se tenha dois indivíduos ou casos idênticos (ou semelhantes, a depender das estratégias de **identificação** da pesquisa), onde um participa do grupo controle e o segundo do grupo

---

<sup>2</sup> Vale ressaltar que, daqui em diante, os termos “Análise Comparativa Qualitativa” e “QCA” (do inglês, “*Qualitative Comparative Analysis*”) serão usados de maneira intercambiáveis.

tratamento (onde a atribuição do tratamento é definida por  $D_t = \{0, 1\}$ ). A lógica deste modelo compara os dois casos em que se diferenciam apenas pela variável de interesse para a estimação do efeito causal.

De forma distinta dos modelos quantitativos, onde se dispõe de amostras, a pesquisa comparativa é restringida por conta de limitações impostas do modelo de pesquisa adotado (“*small-N comparisons*”). Nela não se pode aplicar a lei dos grandes números<sup>3</sup>, deste modo é necessário dar ênfase aos diferentes aspectos da lógica inferencial, sendo elas:

Por um lado, por definição, as comparações de N-pequeno não podem se basear na lei dos grandes números para reduzir o erro de medição e filtrar o ruído aleatório não sistemático dos dados acumulando observações. Isso tem duas implicações imediatas. Em primeiro lugar, a validade da medição torna-se um problema ainda mais urgente e que precisa ser tratado por meios diferentes daqueles disponíveis para estudos com N grandes. Em segundo lugar, as comparações de N-pequeno simplesmente não são adequadas para o estudo de relações causais muito fracas e heterogêneas<sup>4</sup> (TOSHKOV, 2016, p. 259).

Logo, um dos pilares do QCA, assim como de outros métodos de pesquisa comparada, são as condições necessárias e suficientes (“*N & S Conditions*”). Derivadas da álgebra *Booleana* (onde as variáveis assumem os valores [1] e [0], representando, respectivamente, os valores “verdade” e “falso”), comumente utilizada na engenharia elétrica ou no design de lógica digital (BAUMGARTNER; EPPLE, 2013; DUÇA, 2019), as condições *N&S* são determinísticas. Em essência, para uma condição ser considerada **necessária** o resultado não pode ocorrer **sem** a sua presença, já para ser considerada **suficiente** o resultado deve **sempre** acontecer em sua presença (TOSHKOV, 2016, p. 270).

---

<sup>3</sup> De acordo com a Lei dos Grandes Números (ou LGN), a média dos resultados de uma mesma experiência, repetida *um grande número de vezes*, tende a se aproximar do valor médio esperado à medida que se sucedem mais tentativas. Para mais sobre, ver: [https://stringfixer.com/pt/Law\\_of\\_large\\_numbers](https://stringfixer.com/pt/Law_of_large_numbers).

<sup>4</sup> Original: “For one, by definition, small-N comparisons cannot rely on the law of the large numbers to reduce measurement error and filter non-systematic random noise from data by piling up observations. This has two immediate implications. First, measurement validity becomes an even more pressing problem, and one that needs to be addressed through different means from those available to large-N studies. Second, small-N comparisons are just not suitable for the study of very weak and heterogeneous causal relationships” (TOSHKOV, 2016, p. 259).

Um dos elementos principais da Análise Comparativa Qualitativa são as “*truth tables*” (em tradução direta: “tabelas da verdade”). Através de uma matriz que representa os dados e os resultados obtidos, tabelas da verdade são um elemento central para qualquer QCA, uma vez que permitem a sintetização do método (RAGIN, 2008; TOSHKOV, 2016). *Truth Tables* funcionam da seguinte maneira:

Uma vez que os dados foram reduzidos a variáveis de escala nominal e representados em forma binária (como 1s e 0s), é necessário apenas classificar os dados em suas diferentes combinações de valores nas variáveis independentes. Cada combinação lógica de valores nas variáveis independentes é representada como uma linha da tabela verdade. Uma vez que esta parte da tabela verdade é construída, cada linha recebe um valor de saída (uma pontuação de 1 ou 0 na variável dependente) com base nas pontuações dos casos que compartilham essa combinação de valores de entrada (aquela combinação de pontuações no variáveis independentes)<sup>5</sup> (RAGIN, 2014, p. 87).

Uma particularidade das tabelas da verdade é o que Toshkov (2016) chama de “*explosão combinatória*” (em inglês: “*combinatorial explosion*”), uma característica que faz parte da “maldição da dimensionalidade”. De maneira resumida, a “explosão combinatória” diz respeito ao aumento exponencial de linhas provocado pelo acréscimo de novas condições causais (ou variáveis): um pequeno número de variáveis já é responsável por uma tabela com um grande número de linhas, o acréscimo de  $X$  variáveis novas faz com que o número de linhas da tabela aumente de maneira exponencial (uma vez que para cada nova variável deve-se incluir todas as combinações possíveis entre ela e as outras demais).

No entanto, nem sempre existirão casos que satisfaçam todas as combinações existentes de condições causais. Essas combinações ausentes nada mais são do que combinações de condições que não são representadas pelos casos

---

<sup>5</sup> Original: “Once the data have been receded into nominal-scale variables and represented in binary form (as 1’s and 0’s), it is necessary only to sort the data into their different combinations of values on the independent variables. Each logical combination of values on the independent variables is represented as one row of the truth table. Once this part of the truth table is constructed, each row is assigned an output value (a score of 1 or 0 on the dependent variable) based on the scores of the cases which share that combination of input values (that combination of scores on the independent variables)” (Ragin, 2014, p. 87)

escolhidos. Também conhecida como “*Logical Reminders*” (ou “remanescentes lógicos”), elas trazem para pesquisa o problema da “diversidade limitada” (em inglês: “*Limited Diversity*”) (SCHNEIDER; WAGEMANN, 2013; TOSHKOV, 2016). A “diversidade limitada”, como adiantam Carsten Q. Schneider e Claudius Wagemann (2013), é onipresente em pesquisas empíricas comparadas, sendo comumente esquecida, uma vez que os métodos de análise de dados dificultam com que os remanescentes lógicos sejam identificados. Com a Análise Comparativa Qualitativa, devido à centralidade das “*truth tables*”, a diversidade limitada é mais facilmente identificada (SCHNEIDER; WAGEMANN, 2013, p. 211).

Para lidar com os remanescentes lógicos, o “estado da arte” consiste da “Análise Padrão” (ou em inglês: “*Standard Analysis*”) (RAGIN, 2008). De acordo com esse método, existem três formas de lidar com a questão da diversidade limitada: A primeira forma (1), conhecida como “solução complexa”, ou solução conservadora, baseia-se em encontrar quais inferências podem ser feitas em um cenário onde se “ignora” as combinações ausentes (TOSHKOV, 2016, p. 276). Em outras palavras, não é feita nenhuma suposição sobre os remanescentes lógicos. A segunda (2), da maior parcimônia, ou de menor complexidade, baseia-se em fazer uma suposição dos resultados ausentes formulados em uma expressão final com maior parcimônia possível, ou buscando simplificar o máximo possível. Nela, só são incluídos aqueles remanescentes lógicos que contribuem para a parcimônia final do modelo (SCHNEIDER; WAGEMANN, 2013, p. 211; TOSHKOV, 2016, p. 276). Por fim, a terceira (3), ou a intermediária, se baseia em contrafactuais simples e fáceis de existirem. Em outras palavras, apenas as suposições simplificadas e de acordo com expectativas teóricas baseadas em conhecimentos prévios sobre o assunto são incluídas.

O método complexo é, como seu nome já diz, muito complexo para interpretações teoricamente significativas (SCHNEIDER; WAGEMANN, 2013). Já o método da parcimônia é *muito* simples, parcimonioso, o que implica em riscos de suposições sobre remanescentes que dificilmente se sustentariam do ponto de vista teórico (SCHNEIDER; WAGEMANN, 2013). Para além disso, como os autores adiantam, a solução intermediária daria conta do requerimento básico de que “contrafactuais fáceis só podem ser escolhidos entre as suposições simplificadoras que já foram usadas para derivar a solução mais parcimoniosa” (SCHNEIDER; WAGEMANN, 2013, p. 211). Nisso, enquanto o primeiro

passo identifica remanescente lógicos que produzem suposições simplificadas, considerando contrafactuais difíceis e fáceis (em termos de possibilidade de sua existência), o segundo passo seleciona apenas aqueles remanescentes que estão de acordo com as expectativas teóricas, separando, desta vez, os contrafactuais fáceis dos difíceis.

A tabela abaixo (Tabela 1), ilustra uma tabela da verdade (em inglês: “*truth table*”) baseada no exemplo de Toshkov (2016), sobre as democracias estáveis, tendo como condições causais: (i) se a sociedade é homogeneamente dividida; e se é (ii) economicamente desenvolvida.

QUADRO 1 Tabela da Verdade do Exemplo de Toshkov, 2016: 273

Sociedade Homogênea	Riqueza Econômica	Resultado = 1 (presente)	Resultado = 0 (ausente)	Casos Totais
Sim (1)	Sim (1)	1	0	1
Sim (1)	Não (0)	2	0	2
Não (0)	Sim (1)	2	0	2
Não (0)	Não (0)	0	1	1

Diferente dos métodos quantitativos, que dependem fortemente das relações de correlação, o QCA, assim como outros métodos de análise comparada, se fundamenta nas relações de conjuntos. Em pesquisas sociais qualitativas, as relações de conjuntos (RAGIN, 2008, p. 17):

- i) Envolvem uma relação causal, ou outros métodos que não se baseiam apenas em definições;
- ii) São dependentes de teoria e de conhecimento prévio;
- iii) São centrais para a tarefa de teorização;
- iv) São assimétricas;
- v) Podem gerar relações fortes, mesmo que apresentem uma correlação fraca;

Adentrar cada uma dessas qualidades e características nos permitirá entender melhor o alicerce principal das pesquisas qualitativas comparadas. Através de análises comparadas e utilizando das condições relacionais entre os casos, pesquisadores que empregam essa abordagem buscam sempre estabelecer (i) relações causais entre os casos e as condições (variáveis) estudadas. (ii) Conhecimentos prévios acerca do assunto, assim como teorias sustentadas pela

literatura, são de extrema importância, uma vez que atuam desde a seleção de casos ou variáveis, até na explicação das relações encontradas. Os resultados encontrados, por sua vez, dão origem (iii) a teorias, ou a explicações retrospectivas acerca de determinados acontecimentos — dependendo do objetivo da pesquisa, que pode ser geração de teoria (ou em inglês: “*theory-generation*”) ou contabilidade retrospectiva (ou em inglês: “*retrospectively accounting*”) (TOSHKOV, 2016). No entanto, pelos resultados serem formulados de maneira (iv) assimétrica, a existência de casos “contrários” à lógica desenvolvida não enfraquece o argumento do(a) pesquisador(a). Por fim, por ser baseado na teoria dos conjuntos, (v) pode apresentar fortes relações causais, mesmo que apresente correlações modestas ou até mesmo fracas (RAGIN, 1987, 2008).

Como abordado, o QCA oferece aporte para a identificação de diferentes padrões empíricos. Este aporte é formulado a partir das relações entre conjuntos que podem assumir configurações **necessárias** e **suficientes** para um dado resultado. Como Nicolas Legewie (2013, p. 7) nos apresenta, esses padrões podem incluir uma ou mais condições individuais, ao mesmo tempo que também aceitam formulações compostas pela combinação de duas ou mais condições. Nesses casos temos o que é denominado como condição INUS<sup>6</sup> (tradução livre: Parte Insuficiente mas Necessária de uma condição Não-necessária mas Suficiente. Original: “*Insufficient but Necessary part of an Unnecessary but Sufficient Condition*”).

A condição INUS, no QCA, representa uma relação de causalidade baseada na teoria da regularidade (MACKIE, 1980), onde observa-se um fator insuficiente, mas não redundante de uma configuração não necessária, mas suficiente. Em outras palavras, INUS é uma parte essencial de uma configuração causal, mas é, ela mesma, insuficiente (DUŠA, 2019). De maneira matemática, podemos defini-la como:

$$A * B + \sim B * C + D * \sim E \rightarrow Y^7$$

<sup>6</sup> Introduzida por Mackie (1980).

<sup>7</sup> Essa mesma fórmula também pode ser encontrada escrita da seguinte maneira:

$$[AB + \neg BC + D\neg E \implies Y]$$

Onde  $[*]$  significa uma conjunção equivalente ao “e”,  $[+]$  significa uma disjunção equivalente ao “ou”,  $[\sim]$  representa a negação, ou a ausência, enquanto, por fim,  $[\rightarrow]$  seria a implicação.

Em outras palavras, podemos interpretar a condição INUS, na presença de sua fórmula, da seguinte maneira:

“ $[A]$ , por si só, é insuficiente para  $[Y]$ , exercendo efeito apenas em conjunção com  $[B]$ ; logo, não é redundante para  $[A * B]$ . Por sua vez,  $[A * B]$  é suficiente para  $[Y]$  (pois sua presença implica em  $[Y]$ ), mas não é necessário, uma vez que também temos  $[\sim B * C + D * \sim E]$ , que levam a esse mesmo resultado. Ou seja, há outras ocorrências de  $[Y]$  que não apresentam  $[A * B]$ . Resumidamente,  $[A]$  é um fator insuficiente, mas não redundante de uma condição não necessária, mas suficiente para  $[Y]$ ” (MARISGUIA, 2020, p. 45).

O ponto é que, na realidade das pesquisas empíricas, condições suficientes e necessárias são dificilmente observadas, o que implica que a combinação das condições observadas não é necessária, mas suficiente para o “*outcome*”, ou resultado. O que nos permite dizer que uma condição é um fator insuficiente, mas não redundante de uma configuração não necessária, mas suficiente para o resultado.

## 2.1 QCA e a Complexidade Causal

Pesquisas qualitativas, na maioria dos casos, se preocupam em identificar relações explícitas entre seu objeto, seus casos, e as condições observadas, suas variáveis. Aquelas orientadas a casos (original: “*case-oriented*”), tem como objetivo principal a identificação de correlações ou comunalidades entre os conjuntos de casos observados (RAGIN, 1987, 2008). Quanto a essa dimensão, existem duas estratégias que são indicadas: (1) a focada nos resultados — consiste em selecionar casos com o mesmo resultado ou efeito e identificar as condições causais (variáveis) que são comuns; (2) e a focada nas condições causais — que parte de uma lógica oposta, seleção de casos que compartilham das mesmas condições causais para, então, verificar se apresentam o mesmo resultado (RAGIN, 2008, p. 18).

Nas palavras de Charles Ragin (2008, p. 18),

[A primeira estratégia] [...] é um exame para verificar se as instâncias de um resultado específico constituem um subconjunto de instâncias de uma causa. [A segunda estratégia] é um exame para verificar se as instâncias de uma condição causal específica, ou a combinação de condições causais, constituem um subconjunto das instâncias de um resultado<sup>8</sup>.

O método de Análise Comparativa Qualitativa também é capaz de lidar com os três aspectos da complexidade causal: (1) assimetria causal, onde as condições explicando a ocorrência de um resultado podem ser diferentes daquelas que explicam a sua não ocorrência; (2) a equifinalidade, que diz respeito a ideia de que fenômenos sociais podem ter diferentes explicações e causas; e (3) a causalidade conjuntural, onde um método, ou abordagem, prevê o efeito que uma condição (variável) possui no resultado, apenas quando combinada com outras condições (THOMANN; MAGGETTI, 2017, p. 5).

Por ser um método fortemente dependente e orientado a casos, o QCA é capaz de lidar com as três questões tradicionais que envolvem o processo de inferência (THOMANN; MAGGETTI, 2017). A primeira (1) diz respeito a questão da validade externa, ao trade-off entre generalização e complexidade; o potencial de generalização, de extrapolação das análises e teorias formuladas depende diretamente do critério de seleção dos casos:

[...] estudos de caso comparativos normalmente selecionam casos propositalmente de acordo com critérios teóricos que determinam a relevância dos casos para a questão de pesquisa. Esses mesmos critérios também constituem as condições de escopo para os resultados - isto é, os contextos empíricos específicos e explicitamente definidos dentro dos quais os insights obtidos são considerados válidos<sup>9</sup> (GOERTZ; MAHONEY, 2006 *apud* THOMANN; MAGGETTI, 2017, p. 6).

---

<sup>8</sup> Original: “[A primeira estratégia] [...] is an examination of whether instances of a specific outcome constitute a subset of instances of a cause. [A segunda estratégia] [...] is an examination of whether instances of a specific causal condition or combination of causal conditions constitute a subset of instances of an outcome” (RAGIN, 2008, p. 18).

<sup>9</sup> Original: “[...] comparative case studies typically select cases purposely according to theoretical criteria that determine the cases’ relevance to the research question. These very criteria also constitute the scope conditions for the results — that is, the specific, explicitly defined empirical contexts within which the insights gained are deemed valid” (GOERTZ; MAHONEY, 2006 *apud* THOMANN; MAGGETTI, 2017, p. 6).

A segunda (2) questão busca a validade de mensuração (envolvendo as medidas, variáveis e indicadores utilizados) e a validade interna. A ideia aqui é medir se, de fato, as observações selecionadas conseguem capturar as ideias contidas nos conceitos, e se as inferências feitas são capazes de representar de maneira adequada os casos estudados (THOMANN; MAGGETTI, 2017).

Por fim, a terceira questão (3) diz respeito à inferência. Através do uso de uma linha de raciocínio que seja indutiva, exploratória e iterativa, busca-se fazer conexões estruturadas e válidas entre os dados e a teoria (THOMANN; MAGGETTI, 2017).

### 3 VALIDAÇÕES E INFERÊNCIAS

#### 3.1 *Validade Externa*

Originalmente, QCA foi desenvolvido como uma técnica qualitativa para estudos comparados de *pequeno-* e *médio-N*. No entanto, como Dirk Berg-Schlosser e colaboradores (2009), e Eva Thomann e Martino Maggetti (2017) argumentam, recentemente, o método vem sendo empregado também para grandes números de observações. A diferença principal entre a aplicação a um número de observações “*small*”- e “*medium-N*” do seu uso para “*large-N*”, reside na forma com que os pesquisadores escolhem lidar com os casos selecionados.

A abordagem orientada a casos, usada para um número pequeno e médio de casos (uma vez que sua aplicação a um *large-N* demandaria muito tempo e esforço analítico do(a) pesquisador(a), se tornando, muitas vezes, inviável), consiste no estudo e análise aprofundada de casos particulares. Em adição, a inferências formuladas de maneira comparada, métodos de análise “*within-case*” (TOSHKOV, 2016) permitem com que os pesquisadores se aprofundem em determinados casos, de maneira a fortalecer, formular, sustentar ou readaptar as inferências, relações e análises feitas (THOMANN; MAGGETTI, 2017).

A abordagem orientada para a condição (original: “*condition-oriented*”), por sua vez:

[...] é centrada na teoria. Está menos preocupada com a compreensão de resultados específicos ou categorias de resultados e mais preocupada

em avaliar a correspondência entre relações discerníveis em muitas sociedades ou países, por um lado, e amplas imagens teoricamente baseadas de fenômenos macrossociais, por outro<sup>10</sup> (RAGIN, 2014, p. 53).

A atenção e foco principal dessa abordagem é entender os casos da perspectiva de um conjunto de condições bem definidas, ao invés de mergulhar em suas particularidades (SEAWRIGHT; COLLIER, 2010). Ao longo dos anos, sua popularidade se manteve devido ao crescente e constante interesse das ciências sociais em formular teorias e realizar pesquisas de caráter macrossocial (RAGIN, 2014).

Também conhecida como orientada a variável (original: “*variable-oriented*”), essa abordagem sacrifica complexidade em prol de generalização. Assim como em todas as decisões que dizem respeito sobre o uso de A ou B, nesse caso, a escolha da melhor abordagem também envolve *trade-offs*. Enquanto uma abordagem fornece ao pesquisador(a) maior complexidade, a outra lhe permite maior potencial de generalização, o que, no fim das contas, é o objetivo de toda pesquisa macrossocial. Ragin (2014, p. 54) resume esse impasse:

[...] os cientistas sociais comparativos reconhecem que uma boa explicação científica social é relevante para uma variedade de casos (se não por outro motivo senão porque usa conceitos explicativos gerais), mas ao mesmo tempo reconhecem que os fenômenos sociais são complexos e que uma explicação geral é, na melhor das hipóteses, uma explicação parcial<sup>11</sup>.

Durante a construção de um QCA, além de como lidar com os casos, há também outras dimensões que devem ser consideradas e propriamente elaboradas. Elas envolvem: (i) como lidar com as explicações (das relações, análises e resultados, o que envolve validade interna); e (ii) seu processo e modo de raciocínio.

---

<sup>10</sup> Original: “[...] is theory-centred. It is less concerned with understanding specific outcomes or categories of outcomes and more concerned with assessing the correspondence between relationships discernible across many societies or countries, on the one hand, and broad theoretically based images of macrossocial phenomena, on the other” (RAGIN, 2014, p. 53).

<sup>11</sup> Original: “[...] comparative social scientists recognize that a good social scientific explanation is relevant to a variety of cases (if for no other reason than because it uses general explanatory concepts), but at the same time they recognize that social phenomena are complex and that a general explanation is a partial explanation at best” (RAGIN, 2014, p. 54).

### 3.2 Validade da Mensuração e Validade Interna

Toda e qualquer investigação científica requer validade de mensuração e validade interna, já que são elas que relacionam as inferências realizadas com as ideias por detrás dos conceitos e asseguram que as mesmas estão de acordo com os casos da investigação. No tocante às abordagens existentes, elas se diferem quanto aos critérios que adotam para tornar as condições *N&S* casualmente interpretáveis.

A primeira abordagem foca em interpretações substantivas. Aqui, pesquisas são construídas a partir de conhecimentos teóricos substantivos e robustos, que servem como alicerces para as etapas posteriores. No entanto, não é uma abordagem unidirecional, resultados e análises podem fazer com que o(a) pesquisador(a) seja obrigado a rever sua base teórica, sempre em um processo constante de ida e volta. Seguindo essa estratégia, a melhor forma de lidar com os remanescentes lógicos (em inglês: “*logical remainders*”) seria buscando a parcimônia até o ponto em que ela não dependa de contrafactuais insustentáveis (THOMANN; MAGGETTI, 2017). Ou seja, em outras palavras, a busca por um equilíbrio entre a parcimônia e a coerência teórica e empírica. Dessa busca, Schneider e Wagemann (2013) elaboram o TESA, ou Análise Padrão Orientada pela Teoria (original: “*Theory-Guided Standard Analysis*”).

No QCA aplicado, o tratamento de remanescentes lógicos ainda é tratado sem a devida seriedade. Logo, na busca pela parcimônia a todo o custo, pode ser que os remanescentes sejam selecionados com base em suposições insustentáveis (do ponto de vista operacional ou teórico — aqueles que contradizem o senso comum, a lógica), ou que aqueles que não contribuam para a parcimônia do modelo sejam excluídos, independente se houver razões teóricas fortes para a sua inclusão. Para lidar com isso, Schneider e Wagemann (2013) propõem a “Análise Padrão Aprimorada” (original: “*Enhanced Standard Analysis*”), ou ESA, e TESA. A ESA seria uma forma de lidar com as suposições insustentáveis (Schneider, 2018), sejam elas nascidas de contrafactuais incoerentes (que contradizem condições de necessidade), ou implausíveis (que vão contra a lógica). ESA seria melhor entendida como uma Análise Padrão que “descarta qualquer tipo de suposições insustentáveis antes da minimização lógica de uma tabela verdade” (SCHNEIDER; WAGEMANN, 2013, p. 215).

Já a Análise Padrão Orientada pela Teoria, ou TESA, por sua vez, lida com remanescentes que são erroneamente excluídos por não contribuírem para a parcimônia do modelo, mesmo que haja arcabouço teórico sólido para a sua inclusão — o que pode acontecer quando se adota o modelo mais parcimonioso. De acordo com Schneider e Wagemann (2013, p. 216), TESA busca por remanescentes que representam bons contrafactuais (argumentos fortes e substantiais a favor de que a combinação  $X$  produziria o resultado de interesse) independente da sua parcimônia.

Como argumentam Michael Baumgartner e Alrik Thiem (2020), abordagens “substantivas” podem incluir fatores irrelevantes no modelo causal, uma vez que nem sempre são capazes de eliminar a redundância. Logo, em contraste, defendem a abordagem que enfatiza a “não-redundância”, ou a abordagem da maior parcimônia (QCA-PS). Essa estratégia apenas conclui causalidade de condições que são minimamente suficientes e que estejam contidas nas condições minimamente necessárias para o resultado (THOMANN; MAGGETTI, 2017, p. 9).

Baumgartner e Thiem (2020) vão até o extremo de recomendar que pesquisadores abandonem as outras demais, advogando que apenas o método de maior parcimônia seria livre de irrelevâncias — e o único cujo as fórmulas de solução poderiam ser causalmente interpretadas (Baumgartner, 2014). Como Baumgartner (2014) argumenta, apenas a abordagem que maximiza a parcimônia pode refletir estruturas causais. Logo, pesquisadores(as) que desejassem utilizar do QCA para pesquisa causal, ou até mesmo para um teste causal de hipóteses, deveriam abandonar as demais abordagens e seguir pelo caminho de maior parcimônia (Baumgartner, 2014, p. 2)<sup>12</sup>.

Ainda em linha semelhante, Thiem (2017) afirma que, com exceção do método de maior parcimônia (QCA-PS), os outros demais (conservador e intermediário) falham nos testes metodológicos fundamentais para métodos comparativos configuracionais. A abordagem conservadora (QCA-CS) iria além dos dados, ou seja, suplementaria os dados originais com correspondentes artificiais. No entanto, isso, apenas, não seria problemático, já que o QCA é conhecido por sua capacidade preditiva, logo a extrapolação não invalidaria o método.

---

<sup>12</sup> Mesmo que Baumgartner (2014) contradiga Baumgartner e Epple (2013) ao afirmar que QCA não busca por estruturas em forma de cadeias [de causalidade] (Baumgartner e Epple, 2013, p. 2).

O problema em si, de acordo com Thiem (2017), vem a partir do momento em que o QCA-CS adicionaria dados artificiais os quais a estrutura causal por trás dos dados empíricos jamais geraria por si só. Isso, de acordo com o autor, tornaria essa abordagem (assim como a abordagem intermediária) inadequada para a análise empírica, uma vez que frequentemente cometeria falácias causais ao apresentar inferências não suportáveis pelos dados analisados em questão<sup>13</sup>.

### 3.3 Inferência

Por fim, quanto aos métodos usados para se fazer inferências, destacam-se duas abordagens, a “indutiva” e a “dedutiva”. Uma pesquisa que opta por um caminho indutivo tem como principal objetivo criar ou modificar hipóteses após as análises dos resultados, ou criar novas teorias a partir das evidências empíricas coletadas e obtidas. O método dedutivo, pelo contrário, foca apenas em avaliar e testar conhecimentos já existentes, como hipóteses e teorias.

No entanto, vale a pena chamar atenção para o fato de que, apesar de possuírem os rótulos “*indutiva*” e “*dedutiva*”, nenhuma das abordagens faz jus ao tipo ideal do que poderia ser considerado um método indutivo ou dedutivo. Como Thomann e Maggetti (2017) destacam, isso acontece principalmente porque o QCA possui um “[. . .] elemento iterativo inerente que envolve considerações conceituais e teóricas: Os pesquisadores se envolvem em um vai-e-vem entre o conhecimento prévio e os casos”<sup>14</sup> (THOMANN; MAGGETTI, 2017, p. 10).

## 4 CRISP-SET QCA, MULTIVARIATE QCA E FUZZY-SET QCA

O Crisp-Set QCA (csQCA) foi a primeira técnica desenvolvida por Ragin e Drass nos anos 80, o interesse em formalizar o QCA vinha do interesse em desenvolver uma maneira de identificação de padrões de causalidade múltipla e em uma ferramenta que permitia “simplify complex data structures in a logical and holistic manner” (RAGIN, 1987, p. viii). Um dos pilares do Crisp-Set

---

<sup>13</sup> Para mais sobre essa discussão, veja o debate sobre “realistas” e “idealistas” em: Thiem (2017b), Schneider (2018), e Thiem (2018).

<sup>14</sup> Original: “[. . .] inherent iterative element that involves conceptual and theoretical considerations: Researchers engage in a back-and-forth between prior knowledge and cases” (THOMANN; MAGGETTI, 2017, p. 10).

QCA é o método conhecido como minimização Booleana (original: “*Boolean minimization*”), isto é, a redução de uma expressão complexa em algo mais parcimonioso e simples — inicialmente utilizado pela engenharia elétrica e introduzido nas ciências sociais por Ragin (1987).

Em resposta às críticas sofridas pela limitação do csQCA pela comunidade acadêmica foi desenvolvido o Multivalued QCA (mvQCA). A principal diferença do csQCA para mvQCA é que o primeiro trabalha apenas com variáveis dicotômicas, enquanto o segundo aceita “*multi-value variables*”. Isso evita a perda de informação e a criação de configurações contraditórias, segundo Lasse Cronqvist e Dirk Berg-Schlosser (2009). O mvQCA, como dito, é uma extensão do csQCA se diferenciando principalmente por duas características: (a) a primeira já mencionada, o mvQCA pode ter variáveis não binárias, ou seja, variáveis com mais de dois valores possíveis; (b) e a segunda, a regra de minimização (CRONQVIST; BERG-SCHLOSSER, 2009, p. 73), onde a minimização booleana fundamental é reescrita para a redução de multivalor.

Em movimentação semelhante, visando melhorar e aperfeiçoar a técnica, Ragin (2000) introduziu a abordagem do Fuzzy-Set QCA (fsQCA). Ele introduz uma solução para a redução de informação ao transformar uma variável em binária (csQCA) ou em categorias (mvQCA), que é permitir “*membership scores*” em valores intervalares entre [0] e [1] (RAGIN, 2009, p. 89). A ideia é permitir o escalonamento de graus de pertencimento dos membros e, consequentemente, permitir associação parcial (não obrigando ao caso ser reduzido a pertencer ou não do conjunto). Enquanto o *score* [1] representa a adesão total a um conjunto, o *score* [0] indica a total não-associação do caso ao conjunto, dessa forma o fsQCA combina valores no intervalo entre [0] e [1] combinando características de avaliação quantitativa com qualitativa (RAGIN, 2009, p. 90).

Desse modo, apresentamos brevemente as principais técnicas vinculadas a essa abordagem bem como seus principais poderes analíticos.

## 5 QCA — LIMITES ANALÍTICOS E CRÍTICAS

O QCA (*Qualitative Comparative Analysis*) como abordagem analítica apresenta várias configurações e arranjos possíveis dependendo da proposta e do

desenho de pesquisa escolhido. Para tanto, como qualquer abordagem, há limitações e cuidados que o pesquisador ou pesquisadora deve ter ao optar pelo método. A versatilidade do QCA permite uma gama de possíveis análises, mas para cada uma delas há pressupostos a serem seguidos e escolhas assumidas ao escolher a abordagem em cheque (como as apresentadas neste trabalho: Fuzzy-Set e Crisp-Set).

Thomann and Maggetti (2017) argumentam que diferenciar o QCA como técnica do QCA como abordagem permite a melhor compreensão das discussões que envolvem a literatura.

O primeiro [QCA como técnica] denota análise de dados formalizada com base em observações de conjuntos de dados, envolvendo análise de tabela de verdade e minimização lógica (RIHOUX; RAGIN, 2009). Em vez disso, QCA como uma abordagem abrangente refere-se a questões de projeto de pesquisa, especificamente “os processos antes e depois da análise dos dados, como a (re)coleta de dados, (re-)definição dos critérios de seleção de caso, ou (re-)especificação de conceitos (SCHNEIDER; WAGEMANN, 2012: 11)”<sup>15</sup> (THOMANN; MAGGETTI, 2017, p. 3).

A ideia central que distingue os dois pontos de vista acima pode ser resumizada na seguinte argumentação, a primeira como uma técnica de análise de dados e a segunda como uma abordagem de desenho de pesquisa onde a diferença entre eles é anterior à análise dos dados. Parte de uma questão sobre a forma de coletar os dados, dos critérios de seleção e dos conceitos abordados. A proposta deste tópico é de apresentar as principais questões e peculiaridades do universo que o QCA nos permite trabalhar e não avaliar qual a melhor perspectiva dentre as apresentadas.

De maneira complementar, o QCA como abordagem vêm ganhando variações e espaço no cenário acadêmico, e como é inerentemente multimétodo (isto é, pode integrar componentes característicos de pesquisas quantitativas e componentes de pesquisas qualitativas) permite explorar estudos de maneira mais

---

<sup>15</sup> Original: “The former [QCA como técnica] denotes formalized data analysis based on data set observations, involving truth table analysis and logical minimization (Rihoux and Ragin 2009). Instead, QCA as an encompassing approach refers to research design issues, specifically ‘the processes before and after the analysis of the data, such as the (re-)collection of data, (re-)definition of the case selection criteria, or (re-)specification of concepts’ (SCHNEIDER; WAGEMANN 2012, p. 11)” (THOMANN; MAGGETTI, 2017, p. 3).

rica e inovadora, como a integração do *process tracing* aliado ao *within-case studies* (BEACH; ROHLFING, 2015).

Mesmo identificando o potencial do QCA nas pesquisas comparativas faz-se notar que o mesmo não pode ser aplicado a quaisquer tipos de perguntas de pesquisa (THOMANN; MAGGETTI, 2017 *apud* SCHNEIDER; WAGEMANN, 2010, p. 399). Além disso, as estratégias de aplicação do QCA vêm com *trade-offs* entre a precisão e profundidade do estudo (validade interna) e a capacidade de generalização das inferências para além do estudo em questão (validade externa) (THOMANN; MAGGETTI, 2017, p. 7).

Outro desafio discutido na literatura concerne ao fundamento determinístico do QCA (e não estatístico, probabilístico) que não permite uma mensuração de efeito das variáveis independentes, isto é, o QCA não é uma forma direta de incorporar a medida de incerteza nas análises, podendo tirar inferências sujeitas a erros (THOMANN; MAGGETTI, 2017, p. 13). Tais discussões abordam uma série de elementos que não é o foco desta investigação, mas é importante ressaltar que cada uma das pontuações realizadas possui extensas revisitações e estudos e permitiram a criação de novas abordagens do QCA a fim de corrigir as limitações impostas pelo método e, conseqüentemente, criando novas ferramentas como o mvQCA e fsQCA que surgem a fim de superar as limitações da aplicação original.

#### REFERÊNCIAS

- BAUMGARTNER, Michael. Parsimony and causality. *Quality and Quantity*, v. 49, n. 2, p. 839-856, 2014.
- BAUMGARTNER, Michael; EPPLÉ, Ruedi. Acoincidence analysis of a causal chain: the swiss minaret vote. *Sociological Methods & Research*, v. 43, n. 2, 2013.
- BAUMGARTNER, Michael; THIEM, Alrik. Often trusted but never (properly) tested: evaluating qualitative comparative analysis. *Sociological Methods & Research*, v. 49, n. 2, p. 279-311, 2020.
- BEACH, Derek; ROHLFING, Ingo. Integrating cross-case analyses and process tracing in set-theoretic research strategies and parameters of debate. *Sociological Methods & Research*, v. 47, n. 1, 2015.

- BERG-SCHLOSSER, Dirk *et al.* Qualitative Comparative Analysis (QCA) as an Approach. In: RIHOUX, Benoît; RAGIN, Charles C. (ed.). *Configurational comparative methods: Qualitative Comparative Analysis (QCA) and related techniques*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2009.
- CRONQVIST, Lasse; BERG-SCHLOSSER, Dirk. Multi-Value QCA (mvQCA). In: RIHOUX, Benoît; RAGIN, Charles C. (ed.). *Configurational comparative methods: Qualitative Comparative Analysis (QCA) and related techniques*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2009.
- DUŞA, Adrian. Critical tension: sufficiency and parsimony in QCA. *Sociological Methods & Research*, v. 51, n. 2, 2019.
- IMBENS, Guido; RUBIN, Donald. *Causal inference for statistics, social, and biomedical sciences: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- LEGEWIE, Nicolas. An introduction to applied data analysis with Qualitative Comparative Analysis (QCA). *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, v. 14, n. 3, 2013.
- MACKIE, John L. Causes and conditions. *American Philosophical Quarterly*, v. 2, n. 4. p. 245-264, 1965.
- MARISGUIA, Breno André Horta. *Predizendo e explicando interrupções presidenciais na América Latina*. 2020. Dissertação (Mestre em Ciência Política) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
- PRZEWORSKI, Adam; TEUNE, Henry. *The logic of comparative social inquiry*. Washington, D.C.: American Political Science Association, 1970.
- RAGIN, Charles C. *The comparative method: moving beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. Berkeley: University of California Press, 1987.
- RAGIN, Charles C. *Fuzzy-Set Social Science*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

- RAGIN, Charles. *Redesigning social inquiry: fuzzy sets and beyond*. Chicago/London: University of Chicago Press, 2008.
- RAGIN, Charles C. Qualitative Comparative Analysis Using Fuzzy Sets (fsQCA). *In: RIHOUX, Benoît; RAGIN, Charles C. (ed.). Configurational comparative methods: Qualitative Comparative Analysis (QCA) and related techniques*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2009.
- RAGIN, Charles C. *The Comparative Method: moving beyond Qualitative and Quantitative strategies*. Berkeley, CA: University of California Press, 2014.
- SCHNEIDER, Carsten Q. Realists and idealists in QCA. *Political Analysis*, v. 26, 2018.
- SCHNEIDER, Carsten Q.; WAGEMANN, Claudius. Doing justice to logical remainders in qca: moving beyond the standard analysis. *Political Research Quarterly*, v. 66, n. 1, 2013.
- SEAWRIGHT, Jason; COLLIER, David. Glossário. *In: BRADY, Henry E.; COLLIER, David (ed.). Rethinking social inquiry*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers Inc., 2010.
- THIEM, Alrik. Beyond the facts: limited empirical diversity and the incorrectness of Qualitative Comparative Analysis. *Working Paper*, v. 3, n. 19, 2017.
- THIEM, Alrik. Standards of Good Practice and the Methodology of Necessary Conditions in Qualitative Comparative Analysis. *Political Analysis*, v. 24, n. 4, p. 478-484, 2017b.
- THIEM, Alrik. “Realists” and “Idealists” in QCA?: a Rejoinder to Schneider. 2018. Disponível em: <http://alrik-thiem.net/data/documents/Realists-and-Idealists-in-QCA.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.
- THOMANN, Eva; MAGGETTI, Martino. Designing research with Qualitative Comparative Analysis (QCA). *Sociological Methods & Research*, v. 49, n. 2, 2017.
- TOSHKOV, Dimitar. *Research design in Political Science*. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.

# RAZÕES E POSSIBILIDADES INFERENCIAIS PARA ESTUDOS DE CASO\*



Flávio da Cunha Rezende†

**Resumo:** Este trabalho discute razões fortes para justificar o status inferencial dos estudos de caso na Ciência Política, de modo geral, e, em particular, na análise de Políticas Públicas. Casos podem ser justificados a partir de quatro razões: equifinalidade; heterogeneidade causal; contrafactuais; e, por fim, a análise de mecanismos/seqüências causais, que são formas de lidar com o “Problema da Complexidade”, usual na análise de Políticas Públicas. O artigo oferece uma tipologia original — o Modelo KSTC — que se volta para entender os quatro elementos constitutivos dos estudos de caso conquanto desenhos de pesquisa: a Contingência (K), Substância (S), Teoria (T) e Causação (C). A qualidade inferencial depende fortemente de como esses elementos são configurados, articulados nos desenhos de pesquisa, e tal combinação é decisiva. Na parte final, é sugerida a existência de um critério efetivo para a confecção de casos compreendidos conquanto desenhos de pesquisa.

**Palavras-chave:** estudo de caso. metodologia política. Ciência Política. Políticas Públicas. Política Comparada.

Arguments on the inferencial possibilities of case study designs

**Abstract:** This paper argues about the strong reasons for justification of Case Study designs in political science and in public policy analysis. Cases can be justified from four main reasons: equifinality, causal heterogeneity, counterfactuals, and causal mechanisms, that are different paths to cope with the “Complexity Problem” that is usual in policy analysis. Moreover, it provides an original typology — the KSTC Framework — that are build to understand how to better combine the four constitutive dimensions of a Case Study Design: Contingency (K); Substance (S); Theory (T); and Causation (C). The inferential quality depends on how these four dimensions are arranged in a case design. In the final section it is suggested that there is an effective criterion to design case studies.

**Keywords:** Case study. political methodology. Political Science. Public Policy. Comparative Politics.

## 1 INTRODUÇÃO

Conquanto subcampo disciplinar da Ciência Política, o estudo das Políticas Públicas é definido canonicamente como sendo a análise do Estado em Ação. Modelos e teorias se voltam para compreender padrões de ação relativos à

\* Publicado originalmente no livro: FERNANDES, Ivan Filipe (org.). Desafios metodológicos das políticas públicas baseadas em evidências. Boa Vista: Editora IOLE, 2022.

† Professor Associado IV do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco. Ph.D. Cientista Político, Cornell University (EUA). Pesquisador de Produtividade do CNPQ. Coordenador do grupo de Pesquisa Epistemologia e Métodos Comparados em Ciência Política – UFPE/CNPQ.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4237-0873>

produção, gerenciamento e impactos das Políticas Públicas<sup>1</sup> em diferentes contextos e setores. Por envolver o estudo da ação, a análise de Políticas Públicas envolve complexidade<sup>2</sup>, a qual usualmente tende a ser compreendida a partir de análises centradas em estudos de caso(s).

Para esse campo disciplinar, importa saber se os estudos de caso continuam a ter relevância no contexto de uma ciência política progressivamente orientada pela geração de inferência causal, seja pela via observacional ou experimental<sup>3</sup>. Em caso positivo, os analistas de Políticas Públicas devem pensar mais seriamente sobre os estudos de caso e lançar luzes sobre como seria possível construí-los de forma a gerar maiores chances de produzir elevada qualidade inferencial e boas identificações causais<sup>4</sup>.

O esforço analítico empreendido neste capítulo se debruça sobre quatro questões fundamentais: (A) compreender o status científico dos estudos de caso numa ciência política orientada por inferência causal; (B) identificar as razões fortes para justificar tais desenhos de pesquisa; (C) como devemos compreender os desenhos de pesquisa centrados em casos; e (D) existem critérios para que se possa gerar melhores estudos de caso. Lastreado em uma compreensão de argumentos seminais nos debates da metodologia em Ciência Política, o argumento desenvolvido no capítulo é que existe resposta positiva para as quatro questões, e os estudos de caso continuam a desempenhar papel crucial na análise de Políticas Públicas.

---

<sup>1</sup> Mais modernamente, esse campo de estudos vem sendo progressivamente inserido nos debates mais amplos sobre governança, ampliando o escopo de análise para as complexas interações e arranjos institucionais que se organizam entre Estado, sociedade e mercados.

<sup>2</sup> As explicações e inferência causais são fortemente influenciadas pelo problema da complexidade causal. Conceitualmente, a complexidade deriva do importante fato de que as causas de um dado fenômeno estudado são múltiplas, variam fortemente em função do contexto, das condições e das periodizações envolvidas. Complexidade é aqui utilizada para se referir aos efeitos contingência, agência, instituições e condições contextuais numa análise causal.

<sup>3</sup> Como afirma Rezende (2017), a Ciência Política vem passando por um processo de ajuste inferencial ao longo das duas últimas décadas, sendo fortemente orientada para gerar desenhos de pesquisa que possam permitir maior qualidade inferencial e identificação causal.

<sup>4</sup> Como afirmam Angrist e Pischke (2009), o conceito de identificação causal é decisivo na ciência social empírica. Identificação causal se refere à possibilidade efetiva de saber se, numa dada análise, as causas supostas pela teoria (ou modelo) geram os efeitos estudados. Gerar identificações críveis e limpas passa a ser o centro de gravidade da economia e Ciência Política contemporânea. Esse conceito lastreou o *Empirical Integrated Theoretical Model* (EITM), paradigma que vem norteando a revolução de credibilidade para o caso particular da Ciência Política.

Na primeira parte deste capítulo, são delineadas as razões fortes que explicam o pluralismo de ideias relativas à justificativa dos estudos de caso conquanto alternativas de desenhos de pesquisa. O argumento oferecido é o de que casos representam possibilidades disponíveis para lidar com a complexidade.

Na segunda seção, é elaborada uma tipologia original que se volta para entender os quatro elementos constitutivos dos estudos de caso conquanto desenhos de pesquisa: a contingência, substância, teoria e causalção. A análise tipológica sugere que a qualidade inferencial depende fortemente de como esses elementos são configurados, articulados nos desenhos de pesquisa, e tal combinação é decisiva.

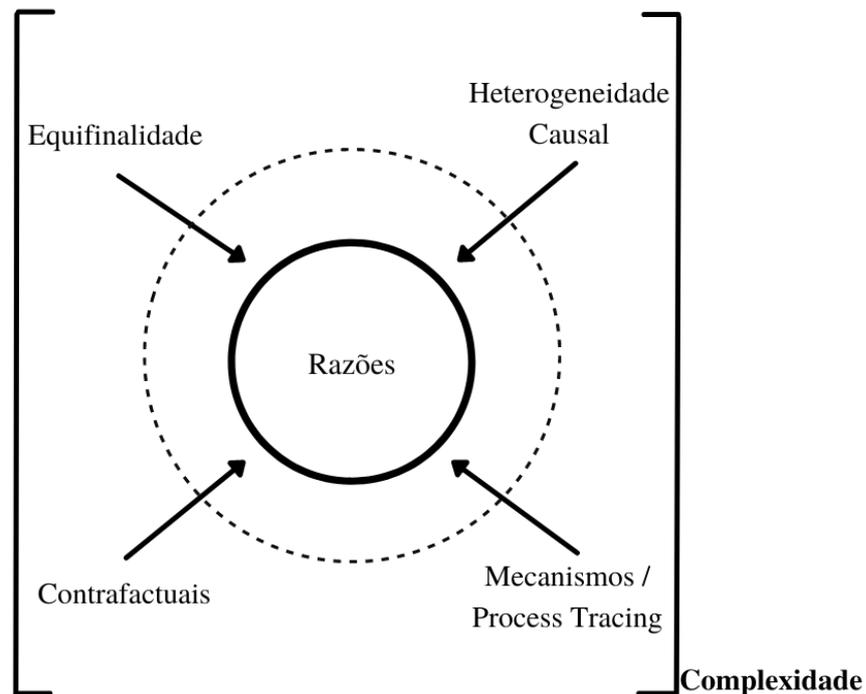
A terceira seção se volta para apresentar a existência de um critério efetivo para a confecção de casos compreendidos conquanto desenhos de pesquisa. O êxito de um estudo de caso reside no conceito-chave de calibragem de um desenho de pesquisa, e são examinadas as implicações efetivas para a análise de Políticas Públicas. Por fim, são oferecidas as considerações finais do capítulo e lançadas algumas implicações mais gerais para o campo de pesquisa.

## 2 RAZÕES E ARGUMENTOS PARA ESTUDOS DE CASO

Nesta seção apresentamos alguns dos principais argumentos que justificam o emprego e a validade desses desenhos de pesquisa na produção de inferências críveis a partir de casos. *Por que deveríamos continuar a produzir estudos de caso na análise de Políticas Públicas?* Desenvolvemos aqui o argumento de que o papel dos estudos de caso adquire centralidade e poder inferencial na análise de Políticas Públicas em virtude das possíveis formas de lidar com a complexidade causal usualmente envolvida nos estudos do Estado em ação.

Conforme apresentado no Gráfico 1, os estudos de caso continuam a ser utilizados na análise de Políticas Públicas, e na Ciência Política mais amplamente, a partir de 04 (quatro) razões articuladas, que são decisivas: equifinalidade; heterogeneidade causal; contrafactuais; e, por fim, a análise de mecanismos/sequências causais, que são formas de lidar com o “Problema da Complexidade”.

GRÁFICO 1 Razões fundamentais para estudos de caso



Fonte: Elaborado pelo autor.

## 2.1 *Equifinalidade*

A noção de equifinalidade foi originalmente produzida na Teoria dos Sistemas para compreender sistemas abertos. O princípio da equifinalidade sustenta a ideia básica de que, nesses sistemas, efeitos ou resultados podem ser causalmente gerados por diferentes caminhos potenciais. A principal implicação desse princípio para a análise de Políticas Públicas (e para a ciência social mais amplamente) é a suposição forte de que muito frequentemente *“as mesmas causas X tendem a não produzir os mesmos efeitos Y”*.

Quando expressa pela equifinalidade, a complexidade causal termina por aumentar a demanda por geração de modelos que dependem progressivamente de casos, que geram inferências causais contingentes. Com efeito, o contexto e as condições em que um conjunto de causas se articula e gera os fenômenos de interesse para a análise passam a ser elementos cruciais para que se possam explicar e interpretar as múltiplas trajetórias causais.

A produção de inferências contingentes está em alinhamento com a noção de teorias tipológicas originalmente proposta por George e Bennett (2005), sendo que é possível, através de casos, compreender como e em que condições um dado conjunto de variáveis independentes se “configuram” para a produção de determinados fenômenos e resultados de interesse. Casos continuam a ser decisivos para a geração inferencial, e não o contrário.

## 2.2 Heterogeneidade causal

Outra razão usualmente encontrada para justificar o emprego de casos na análise de Políticas Públicas é a condição de heterogeneidade causal. Em termos simples, essa é definida como sendo o fato de que uma dada relação causal do tipo  $X \rightarrow Y$  tende a variar e gerar efeitos diferenciados com a inclusão de novos casos. Causação usualmente é inelástica à expansão dos casos e ampliação do contexto. Essa característica termina por minar a validade geral das teorias e modelos que “viajam livremente” por diversos casos e dar margem a análises mais particularizadas com poucos casos e sensíveis ao contexto. Compreender causação em condições contextuais significa muito para a análise de Políticas Públicas e tem aberto espaço para a introdução de uma ampla gama de desenhos de pesquisa na tradição qualitativa.

O problema da heterogeneidade causal afeta diretamente o processo de seleção dos casos. Mahoney (2007) sugere que casos devem conter um elevado grau de similaridade conceitual e causal para que possam ser efetivamente comparados. Nesse sentido, não se pode garantir que as conexões causais sugeridas pela teoria *se mantenham* quando novos casos são incluídos na análise. Para que se possa compreender causação nessa condição considera-se que os estudos de caso são opções mais críveis para gerar inferências causais. Inferências com poucos casos são mais recomendáveis nessa condição.

Esse tipo de justificativa faz com que tanto os experimentos quanto as análises qualitativas terminem por recorrer aos casos. As premissas de homogeneidade causal<sup>5</sup> e conceitual são, portanto, requisitos fundamentais para que

---

<sup>5</sup> A geração de inferências causais a partir de experimentos ou quasi-experimentos – que envolvem comparação de contrafactuais a partir de casos – depende fortemente da aderência ao princípio da homogeneidade das unidades de análise (*Unity Homogeneity*). King, Keohane e Verba (1994, p. 91) consideram que, para superar o problema fundamental de inferência com comparação contrafactual e gerar inferências críveis, faz-se necessário que duas unidades

os desenhos de pesquisa centrados em casos possam ser capazes de produzir inferências causais válidas. Para o caso particular das Políticas Públicas, a opção por poucos casos é justificada pela premissa de que a heterogeneidade causal deriva de uma relação entre uma teoria específica e uma população de casos. Escolhas teóricas específicas estabelecem o grau de heterogeneidade que o pesquisador pretende enfrentar no seu desenho de pesquisa. Estudos de caso seriam aqueles em que o pesquisador amplia as chances de reduzir substancialmente o nível de heterogeneidade causal relativo a uma teoria.

### 2.3 *Mecanismos e sequências causais*

A terceira razão frequente para o emprego de estudos de caso na análise de Políticas Públicas reside na demanda crescente por compreender mecanismos<sup>6</sup> e sequências causais (*process-tracing*) numa relação do tipo  $X \rightarrow Y$ . Importante considerar aqui elementos diferenciais entre os dois termos, dado que nem sempre uma análise de sequências causais envolve a explicação por mecanismos, e vice-versa.

Ligados diretamente à complexidade causal e aos fatores de heterogeneidade causal e equifinalidade, explicações devem envolver mecanismos e mostrar claramente como as variáveis se articulam num dado modelo causal situado num contexto<sup>7</sup>. Sem restringir a análise a casos fica difícil compreender mecanismos que efetivamente produzem causalidade. Compreender mecanismos e sequências é essencialmente mergulhar no como ocorrem de fato os fenômenos estudados.

---

de análise sejam homogêneas no que se refere à seguinte condição: *para um dado valor da variável X, os valores esperados da variável dependente Y são similares.*

<sup>6</sup> Mecanismos causais podem ser entendidos como os processos causais que produzem um dado fenômeno numa relação do tipo  $X \rightarrow Y$ . As explicações por mecanismos situam-se na teoria realista da causalidade (consideram a causalidade como mecanismos em contraposição às teorias humanas que consideram causalidade como regularidades). A explicação por mecanismos sugere uma hipótese sobre como um conjunto de causas se articula para a ocorrência de um dado fenômeno.

<sup>7</sup> De forma mais ampla, as principais críticas à análise por mecanismos e sequências causais (*process-tracing*) recaem sobre as questões relativas à indeterminação e a sua ampliação do chamado viés subjetivo, diante da suposição da pluralidade de mecanismos causais existentes entre duas variáveis X e Y. A crítica se situa no fato que o pesquisador usualmente tende a selecionar mecanismos específicos de seu interesse, introduzindo ou imputando relações causais.

Estudos de caso são extremamente relevantes como desenhos de pesquisa que possibilitam as chances de melhor identificação dos mecanismos que tornam plausíveis a conexão entre as variáveis independentes e a variável dependente suposta por teoria. Por compreender conexões causais contingentes, as explicações por mecanismos buscam penetrar de forma mais realista, menos espúria e dotadas de maior poder explicativo do que teorias gerais.

É exatamente pelo fato de se considerar a dependência do contexto combinada à coexistência de múltiplos processos causais operando sobre as mesmas variáveis, em diferentes contextos, que torna rica a necessidade de mergulhar com maior intensidade nas análises por mecanismos e sequências causais. Longe de buscar generalizações, as análises de Políticas Públicas devem estar voltadas para construir teorias de médio alcance e penetrar de forma mais cristalina nos mecanismos específicos que produzem fenômenos de interesse.

A análise de processos causais se utiliza intensivamente de estudos de caso para compreender como as causas se articulam e a partir de quais processos elas operam num determinado contexto que é decisivo para lidar com a complexidade na análise do Estado em ação.

A premissa central dessas abordagens é admitir que existe uma articulação de causas e processos causais (não necessariamente mecanismos causais) que dependem fortemente do fenômeno e do contexto a ser estudado. Controlar o contexto em função da problematização ajuda sensivelmente a entender questões de como são produzidos os fenômenos em conexão com a teoria. Os estudos de caso se prestam quando os pesquisadores estão diante de padrões altamente complexos de causação, em que se identificam consideráveis efeitos de interação entre as variáveis de interesse e em que o contexto importa decisivamente nessa variabilidade.

Um traço distintivo dessas análises é o seu poder para ampliar a reflexividade sobre a configuração de causas, identificação de mecanismos causais, bem como de permitir que se “mergulhe” no contexto para gerar explicação alternativa em relação às teorias existentes. As abordagens centradas em *process-tracing* devem ser consideradas complementares a outros métodos.

O exame comparado das conexões causais, i.e., dos processos causais intervenientes em ação, num certo contexto, mostra-se altamente variável entre casos, em vista do pressuposto da heterogeneidade causal que usualmente os pesquisadores qualitativos na Ciência Política defendem. Essa pressuposição

permite que os cientistas consigam lidar com o problema de “muitas variáveis e poucos casos”, que tradicionalmente limita a reflexão sobre o papel e a potencialidade dos estudos de caso. Isso ocorre ao admitir a variabilidade das causas (e das articulações causais supostas por teorias) entre as diferentes realidades, as inferências causais geradas a partir de análises em profundidade dos processos sequenciais de eventos e causas, para entender como se processa a articulação entre duas variáveis X e Y em uma quantidade reduzida de casos.

## 2.4 *Contrafactuais*

O último fator considerado aqui como decisivo para a justificação dos estudos de caso diante da complexidade refere-se aos contrafactuais<sup>8</sup>. Causação contrafactual é tributária da formulação original de Lewis (1973)<sup>9</sup>, que a define em relação à dependência de contrafactuais, e não de regularidades empíricas e covariâncias. A estratégia analítica recai sobre a análise de um caso “potencial similar” em que a “ausência de uma causa X conduz à ausência de um efeito Y”. A lógica contrafactual está, portanto, associada à comparação controlada de casos e se aplica bem à noção de que a inferência causal com poucos casos seja a base do método comparativo. Esse argumento é uma razão forte para a expansão dessa lógica na análise de Políticas Públicas<sup>10</sup>.

O argumento limite para tal consideração tem a ver com a crença de que “sem contrafactuais, não existe possibilidade de comparar, de gerar teorias, e

---

<sup>8</sup> Contrafactuais são definidos como situações “ideais” (mais amplamente conhecidas como *what-if* ou “resultados potenciais”) em que C causa E se: (a) C e E ocorrem simultaneamente; e (b) se C não tivesse ocorrido e tudo tivesse mantido constante, então E não teria ocorrido.

<sup>9</sup> Woodward (2005) considera que as proposições causais são dotadas de “dependência contrafactual”. Essas permitem afirmar sobre o “que teria acontecido com o efeito causal se a causa tivesse sido modificada”. Hedström e Ylikoski (2010, p. 5–54) afirmam que a maior qualidade de uma explicação é, em parte, determinada por sua habilidade de informar sobre as consequências contrafactuais, e não pelas regularidades empíricas, como nos modelos covariacionais.

<sup>10</sup> Essa tradição de pesquisa é tributária do trabalho de Paul Holland e Donald Rubin, com emprego intensivo na pesquisa empírica na economia e na estatística, bem como na Ciência Política Comparada para desenhos observacionais de pesquisa. Mais amplamente, as abordagens contrafactuais representam a base dos modelos de Neyman-Rubin, conhecidos como modelos de resultados potenciais (*potential outcomes models*). Para um tratamento mais formal da relação entre contrafactuais e inferência causal, ver o trabalho recente de Morgan e Winship (2007).

mais amplamente de gerar inferências causais válidas”. O papel dos contrafactuais é considerado decisivo para que se possa superar o conhecido Problema Fundamental da Inferência Causal: é impossível observar simultaneamente uma mesma unidade de análise nas condições de tratamento e controle.

Modelos contrafactuais desempenham papel decisivo na pesquisa observacional e contribuem para a geração de novos pressupostos, para comparar modelos e pensar de forma mais substancial sobre os processos e mecanismos causais envolvidos na produção de um dado fenômeno<sup>11</sup>. Hedström e Ylikoski, (2010, p. 54) argumentam que proposições causais informam sobre o que deveria ter ocorrido se as causas que operam sobre um dado caso fossem diferentes. Os mecanismos causais estão densamente articulados com os contrafactuais, pois permitem acessar em que condições (ou conjunto de condições) a dependência contrafactual se mantém.

Para tanto, faz-se necessário que os desenhos de pesquisa consigam gerar contrafactuais que permitam comparar casos. Na tradição experimental, baseado no conhecido modelo de Resultados Potenciais, o mecanismo-chave para que se possa comparar a partir de contrafactuais é a randomização. Experimentos são desenhos de pesquisa que visam a estimar efeitos a partir de casos, com comparações de contrafactuais. Por outro lado, nos desenhos quase-experimentais em que a randomização é imperfeita, os contrafactuais são encontrados de diversas formas, sendo as mais comuns o emparelhamento (*matching*); *propensity score*; e mais recentemente os modelos de controle sintético.

Com efeito, verifica-se que uma das tendências mais fortes na análise de Políticas Públicas na Ciência Política (e na Economia, especialmente) tem sido a expansão da lógica experimental e quase-experimental para estimação de efeitos ou impactos. Muito raramente a questão “Qual o impacto da política X?” deixa de fazer recorrência a tais lógicas de causação. Contrafactuais comparáveis têm sido essenciais para lidar com os usuais limites das pesquisas observacionais quando se tenta compreender o efeito das causas.

---

<sup>11</sup> Morgan e Winship (2007) consideram que os contrafactuais constituem a base da chamada pesquisa “quasi-experimental”, que tem sido o núcleo dominante dos modelos de estimação econométrica de efeitos causais e se configuram como importantes referenciais para a construção de desenhos de pesquisa observacional e experimental na ciência empírica moderna. Esses modelos possuem grande impacto sobre a Ciência Política Comparada.

Fearon (1991, p. 169) considera que os modelos contrafactuais representam importantes elementos para pensar causalção na Ciência Política, especialmente em desenhos de pesquisa do tipo *small-n*, situação em que os cientistas podem testar suas hipóteses em condições mais controladas “como se fossem experimentos”<sup>12</sup>. A análise contrafactual e o método comparativo de casos representam para ele duas estratégias básicas para testar uma proposição causal diante do problema fundamental da inferência causal. No primeiro caso, os pesquisadores recorrem a um modelo em que imaginam o que teria ocorrido num caso em que uma dada causa X (ou conjunto de causas) estivesse ausente. A segunda estratégia estaria ligada a buscar outros casos “semelhantes” em que a causa não ocorresse (ou tivesse um valor diferente).

Por outro lado, na tradição qualitativa de pesquisa, quando o foco incide sobre entender as causas dos efeitos (MAHONEY; TERRIE, 2008; GOERTZ; MAHONEY, 2012), verifica-se a produção de vários desenhos de pesquisa que vêm buscando ampliar a reflexividade sobre contrafactuais a partir da noção de causalção condicional originalmente formulada por Mackie (1965).

O pressuposto básico é de que, para que se possa entender como determinadas causas operam e geram os fenômenos em dadas condições contextuais, faz-se necessário encontrar relações de necessidade, suficiência ou combinação tais como INUS e SUIN. Uma das mais consolidadas tradições nessa perspectiva tem sido a expansão dos Modelos Configuracionais (*Set-Theoretical Methods*), em suas variantes (SCHNEIDER; WAGEMAN, 2012; RAGIN, 1989, 2000), em que se busca acessar a causalção complexa.

Para esses modelos, a complexidade causal é derivada da combinação de equifinalidade, causalção contextual e causalção assimétrica (SCHNEIDER; WAGEMAN, 2012, p. 89). Comparar fenômenos similares em contextos diversos permite acessar as diferentes formas que produzem os mesmos, como os contextos importam, e garantir que as supostas causas gerem os efeitos esperados pela teoria. Alternativas como QCA (*Qualitative Configurational Analysis*) e *Fuzzy Sets* têm encontrado maior latitude na produção de Políticas Públicas.

---

<sup>12</sup> Fearon (1991) se questiona acerca do que viria a ser a plausibilidade de um argumento contrafactual. Para tanto, ele considera que a maior aderência aos fatos e às teorias (que ele chama de *cotenability*) faz com que um dado argumento baseado em contrafactuais possua maior grau de inferência causal. Os modelos comparativos devem estar “atentos” ao importante fato de aderência dos argumentos contrafactuais que são utilizados para gerar inferências.

### 3 ESTUDOS DE CASO

Na seção anterior foram apresentadas quatro razões fundamentais para justificar o uso de estudos de caso na análise de Políticas Públicas, numa Ciência Política orientada por inferência causal. A principal conclusão é que existem razões que estão associadas diretamente à forma de lidar com complexidade. Nesta seção, buscamos compreender mais de perto, a partir de uma tipologia original, os elementos constitutivos fundamentais de um estudo de caso. De forma mais ampla, procura-se responder à importante questão “o que é um estudo de caso?”.

Como qualquer outro conceito em ciência social, o conceito de estudo de caso é altamente variável entre diversos autores canônicos no tema. Todavia, a despeito dessa heterogeneidade conceitual, quando examinados comparativamente, observa-se a existência de elementos comuns nessas definições. Casos sempre são conectados a demandas por “especificidade, condições limites, contornos, profundidade, limitações, restrições”, atributos que são aqui *deliberadamente reduzidos* à noção de *particulares*. O ponto de partida da tipologia proposta é a relação entre casos e particulares. Todavia é muito importante pensar *sobre de quais particulares precisamos para elaborar um estudo de caso de maior qualidade inferencial na análise de Políticas Públicas ou em qualquer campo que se considere*.

Na minha compreensão, estudos de caso seriam, portanto, desenhos de pesquisa em que existe uma clara demanda por particulares<sup>13</sup>. A tipologia proposta nesta seção parte do pressuposto de que os diversos tipos de estudo de caso estão diretamente associados aos tipos de particulares na elaboração da análise. Particulares estão diretamente ligados à combinação de elementos fundamentais para a produção do conhecimento, e não ocorrem de forma aleatória.

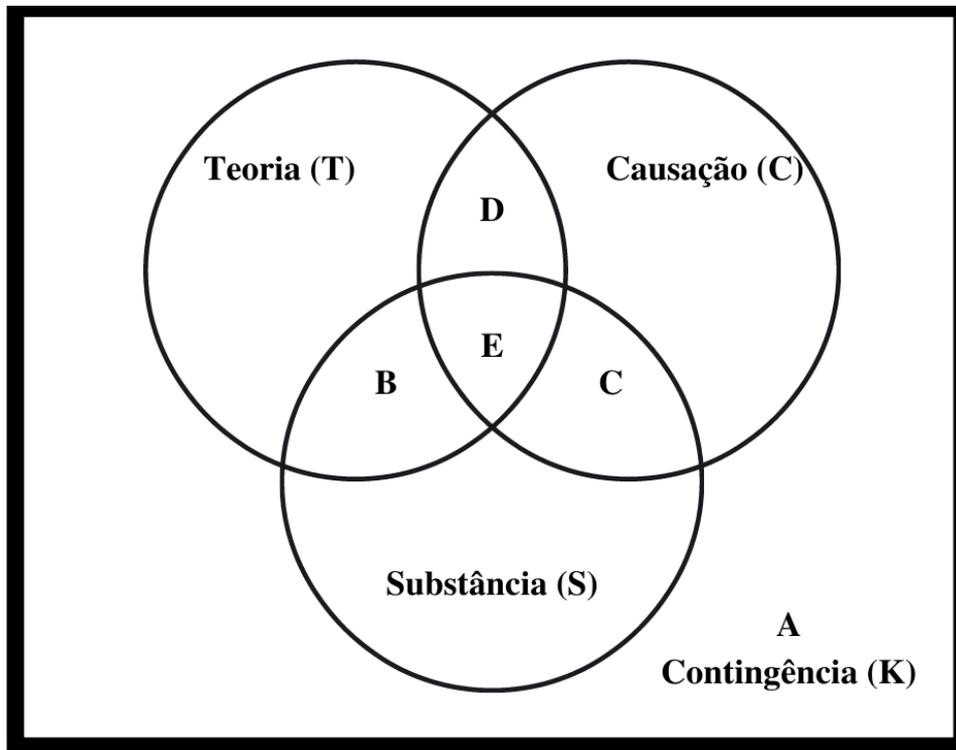
Conforme apresentado graficamente no diagrama de Venn, a seguir, o modelo proposto sugere haver quatro dimensões fundamentais dos particulares

---

<sup>13</sup> Importante considerar que estudos de caso não se reduzem a estudos de observações singulares, ou mesmo estudos de um único país (*single-country studies*), como é típico em Política Comparada. Para uma compreensão mais amplificada sobre o “retorno dos estudos de países únicos”, ver a análise sistemática da produção desses desenhos de pesquisa de Pepinsky (2019).

que se combinam de um estudo de caso: Contingência (K); Substância (S); Teoria (T); e Causação (C). A depender do tipo de combinação que se considere, haverá uma maior chance de gerar qualidade inferencial elevada.

GRÁFICO 2 Tipologia KSTC para estudo de caso



Fonte: Elaborado pelo autor.

A área cinza “A” é considerada como Contingência (K), que é o elemento necessário para qualquer estudo de caso (em suas variantes), e representa a base da análise de Políticas Públicas. Mas ela não é suficiente para que se possa confiar nesses desenhos do ponto de vista da qualidade inferencial<sup>14</sup>. Como são tipicamente reconhecidos, os estudos de caso são tradicionalmente criticados por serem grande fonte de viés e de problemas inferenciais. Consideramos aqui tal crença como equivocada e argumentamos que, quando bem construídos, esses desenhos de pesquisa podem sim gerar boa inferência. Não à toa, um dos mais importantes paradoxos contemporâneos reside no fato de que os estudos

<sup>14</sup> A crítica tradicional aos estudos de caso como desenhos de pesquisa foi formulada originalmente por Campbell e Stanley, nos anos 60, e reside na confiabilidade desses para gerar inferências críveis.

de caso, a despeito de toda a crítica, continuam a ser fonte potente em que são geradas contribuições decisivas para a produção em Políticas Públicas.

A análise de Políticas Públicas é carregada de contingências — espaciais, temporais, de políticas, programas, organizações, governos, e.g. — que oferecem sérios riscos inferenciais. Consideramos que, quanto menor a consciência do pesquisador sobre as outras dimensões, maior a tendência de que um dado estudo de caso seja minado pela “Armadilha da Contingência” e recaia na área A do Diagrama<sup>15</sup>. Esse “erro” tem sido muito frequente em estudos que concentram energia analítica no objeto de pesquisa sem maior atenção a outros elementos cruciais.

A Substância (S) refere-se ao conjunto de problemas/questões de pesquisa considerados relevantes para um campo do conhecimento no tempo. Esquemáticamente, na região S estaria situado um amplo espectro de problemas considerados relevantes para a comunidade científica que o pesquisador deve ter conhecimento para construir seu estudo de caso. Compreender o espectro de problemas relevantes a serem pesquisados contribui decisivamente para a qualidade de um Estudo de Caso.

Por sua vez, a Teoria (T) contempla o amplo estoque de opções/possibilidades teóricas disponíveis para que se construam explicações relevantes ao problema proposto na análise. Por fim, a Causação (C) informa sobre a lógica inferencial mobilizada<sup>16</sup>. A combinação da contingência (K) às demais dimensões (T; S, e C) permite visualizar a complexa tessitura dos estudos de caso.

Essa diversidade pode ser entendida na tipologia proposta nas regiões “A”; “B”; “C”; “D” e “E”<sup>17</sup>. Comentaremos, de forma simplificada, o que cada um

---

<sup>15</sup> Em estudos em que a análise tende a se concentrar intensivamente em detalhes de contingência, no melhor dos casos, pode-se produzir descrições densas de uma dada realidade.

<sup>16</sup> Podemos entender, de forma mais ampla, em sintonia com Brady (2008), que existem quatro grandes lógicas de causação na ciência social: covariacional, contrafactual, experimental e mecanismos. Por outro lado, como afirmam Goertz e Mahoney (2012), existem duas grandes culturas analíticas: a que se volta para estimar o efeito das causas; e a outra que se volta para entender as causas dos efeitos.

<sup>17</sup> Consideramos aqui que as análises exclusivamente restritas à Contingência-Substância, Contingência-Teoria e Contingência-Causação corresponderiam a mapeamentos ou revisões sistemáticas da literatura. Por exemplo, um estudo centrado em Contingência-Teoria examinaria como as diversas possibilidades de aplicação de uma teoria ou modelo para a análise de uma dimensão contingente pode ser relevante para a análise de Políticas Públicas.

dos tipos representa para a análise de Políticas Públicas e suas implicações para a qualidade inferencial (QI), conforme apresentado no Quadro 1.

QUADRO 1 Estudos de caso — tipos básicos essenciais

Tipo	Contingência (K)	Substância (S)	Teoria (T)	Causação (C)	Qualidade Inferencial (QI)
A	*				Reduzida
B	*	*	*		Baixa
C	*	*		*	Moderada
D	*		*	*	Alta
E	*	*	*	*	Máxima

Fonte: Elaborado pelo autor.

Estudos situados na região “A”, conforme comentado anteriormente, encontram valor analítico apenas para compreender a contingência a partir de casos ou de comparações de casos. Esses desenhos de pesquisa, por conterem pouca conexão com as outras três dimensões, podem, quando bem construídos, gerar descrições ou narrativas densas.

É uma região muito atrativa para os que não compreendem outras dimensões da complexidade envolvidas nos estudos de caso. A “Armadilha da Contingência” faz com que esse tipo de análise se volte para compreender detalhes e contextos organizacionais, institucionais, históricos, e.g., deixando de lado outros componentes decisivos para a qualidade inferencial. É fonte usual dos problemas.

Na região “B” contempla-se a conexão entre Contingência-Teoria-Substância, que é típica de estudos e análises que se voltam para oferecer explicações a um dado problema relevante ao campo de conhecimento ou para comparar/desenvolver/testar teorias<sup>18</sup> a partir de casos sem maiores preocupações inferenciais. O poder analítico desses estudos recai sobre a tentativa de compreender o grau de “aderência” ou mesmo do escopo, variabilidade e limites de aplicações de teorias e modelos a problematizações relevantes num campo de pesquisa.

<sup>18</sup> O livro seminal de George e Bennett (2007) oferece uma boa compreensão dos Estudos de Caso como alternativas para o desenvolvimento e teste de teorias na Ciência Política. Por outro lado, o uso de *process-tracing* para testes de teorias foi originalmente proposto por Mahoney (2012), onde são apresentadas alternativas conhecidas como *hoop*, *smoking gun*, *straw in the wind tests*.

Analisando o caso das Reformas Administrativas Gerenciais, Rezende (2004) oferece uma explicação para o problema da falha sequencial, desvendando o mecanismo causal do dilema do controle, a partir do caso brasileiro do MARE. Nessa categoria também se inserem estudos sobre inovação, difusão e implementação de Políticas Públicas que utilizam um conhecido modelo (Hélice Tripla, ou IAD Framework, e.g) para explicar um ou mais casos.

Na região “C” estão situados estudos de caso que mobilizam a tríade Contingência- Substância-Causação, típica de análises que se voltam para estimar efeitos causais por intermédio de abordagens experimentais e quase-experimentais. A lógica de causação mobilizada é experimental e depende de um desenho de pesquisa que permita comparar contrafactuais de forma adequada para gerar identificação causal diante do Problema Fundamental da Inferência.

Esse tipo de abordagem é essencial para gerar inferências críveis sobre o efeito da variável X sobre a Y e usualmente oferece boas chances para promover elevada qualidade inferencial. Nesses desenhos, compreende-se que o problema de pesquisa é claramente definido em termos de identificação causal, e o mais importante é que existe uma ênfase clara na busca de compreender se as causas supostas por teoria efetivamente geram os efeitos esperados. Por se concentrarem usualmente em contextos específicos — de um problema, de uma política ou outros —, estudos experimentais tendem a ser dotados de pouca validade externa, sendo necessário gerar replicações para ampliar sua capacidade inferencial. Replicação dos desenhos de pesquisa passa a ser a chave para gerar boa qualidade inferencial.

Na região “D” podem ser gerados estudos que contemplam Contingência-Teoria-Causação. Nessa linhagem estão situados estudos na tradição dos métodos configuracionais ou mesmo análise de processos causais que têm encontrado ampla latitude na produção das Políticas Públicas.

Nesses tipos de análise, claramente é mobilizada uma lógica causação reversa, i.e., centrada nas causas dos efeitos, ou seja, como causas geram efeitos em dadas condições contextuais. O centro de gravidade desses estudos de caso reside num diálogo contínuo entre teoria e evidência contingente para acessar causação<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> A Análise Qualitativa Configuracional (QCA) desenvolvida por Ragin representa o modelo canônico desse tipo de análise. A obra de sistematização mais relevante na contemporaneidade é o trabalho de Schneider e Wagemann (2012).

A necessidade de penetrar no contexto — espacial, temporal, organizacional, gerencial, institucional —, para gerar evidências, a partir de um dado diálogo com os modelos teóricos disponíveis, amplia as chances para que se possa compreender as condições de produção de um dado fenômeno, dos mecanismos ou de sequências causais e gerar inferências causais diante da complexidade causal típica dessas situações. O foco aqui não está em identificações claras, como na região C, mas sim em causação condicional e complexa.

Os estudos de caso passam a ganhar qualidade inferencial e relevância analítica quando integram a contingência “A” a elementos relativos às dimensões Teoria, Causação e Substância. De forma ideal, a região “E”, situada no centro do Diagrama de Venn, representaria a máxima Qualidade Inferencial, uma vez que todos os elementos — contingência, problematização relevante, modelo teórico adequado para o tratamento do problema e uma lógica de causação — conferem poder analítico.

Consideramos aqui que esses estudos de caso, por diferentes caminhos e estratégias analíticas e inferenciais, conseguem atingir a região “E” de máxima qualidade inferencial e se tornam exitosos. Não é o caso, a quantidade de casos ou mesmo a contingência que os tornam exitosos, mas sim a *complexa engrenagem* entre os elementos tipológicos mencionados.

Com efeito, pode-se entender quais as razões do sucesso de estudos seminais num dado campo do conhecimento. Citaremos dois deles aqui por razões de espaço: (a) o trabalho seminal de Putnam, *Making Democracy Work*<sup>20</sup>, publicado em 1993 e que se tornou uma das mais citadas referências da Ciência Política contemporânea; e (b) contribuição altamente citada de Fernanda Brollo e Tommaso Nannicini no artigo “*Tying your enemy’s hands in close races: the politics of federal transfers in Brazil*”<sup>21</sup>, publicado em 2012 na *American Political Science Review*, um dos mais prestigiosos periódicos acadêmicos na Ciência Política.

---

<sup>20</sup> O impacto dessa obra pode ser visto a partir das citações recebidas no Web of Science (WOS) e no Google Scholar: 10.271 citações no Web of Science (WOS), correspondendo a 366,8 citações por ano; 53.553 citações, equivalentes a 1.913 citações anuais no Google Scholar.

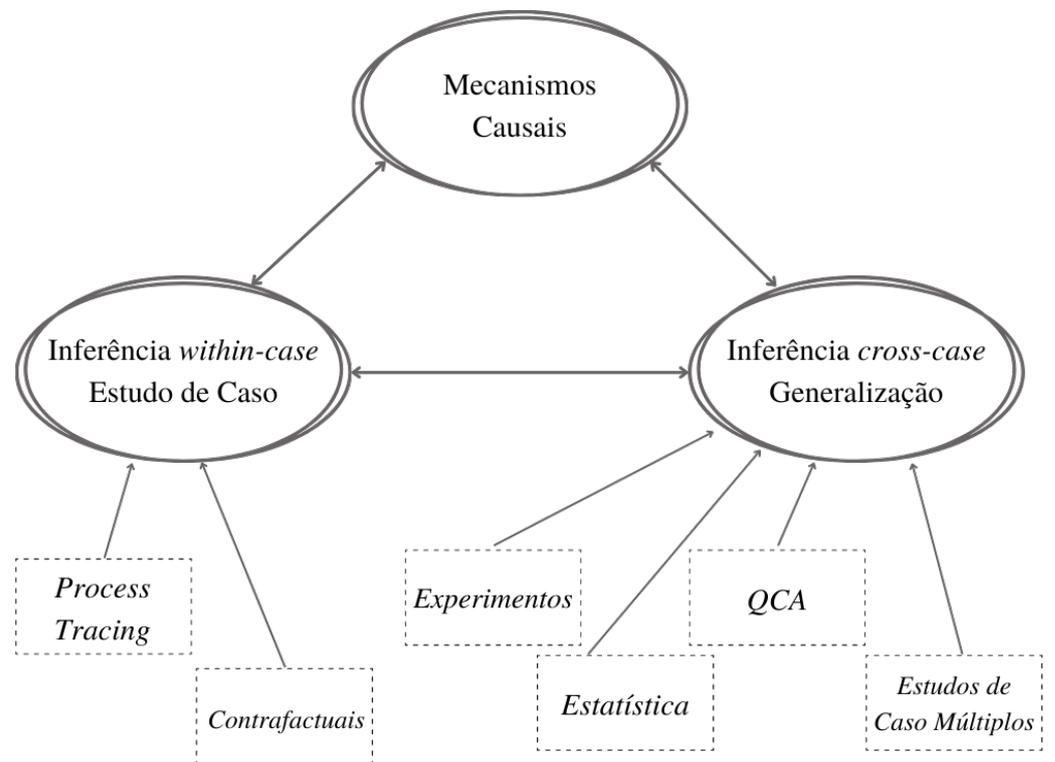
<sup>21</sup> Para o artigo de Brollo e Nannicini, o WOS registra 118 citações, equivalentes à logo 13,1 citações por ano, e, no Google Scholar, o valor atinge a marca de 483 citações, o que corresponde à marca de 53,7 citações por ano.

O êxito da contribuição seminal de Putnam (1993) deriva em grande parte da conexão da contingência da descentralização dos governos centrais para regionais na Itália, a partir dos anos 70, com um problema relevante: *o papel da cultura no comportamento das instituições governamentais* que preocupava autores clássicos como Weber e Tocqueville. O autor formula uma perspectiva original sobre a conexão causal entre Capital Social e Desempenho Institucional para governos locais italianos e representou uma das maiores contribuições ao conhecimento inferencial na Ciência Política, sendo expandido para outros campos correlatos. O que menos importa no caso de Putnam é a dimensão espaço-temporal, ou mesmo o contexto italiano, mas a latitude inferencial de seu estudo.

Nessa perspectiva também é possível explicar o considerável impacto da análise de Brollo e Nannicini (2012) sobre os programas condicionados de renda no Brasil — uma das mais importantes áreas de políticas sociais na contemporaneidade — a partir de um desenho de pesquisa quase-experimental envolvendo regressões descontínuas. Os autores penetram na contingência da governança federativa brasileira para entender como os fatores políticos contribuem para explicar a distribuição das transferências federais para governos municipais num contexto de competição política (*Close Race Elections*). A conexão da contingência, do problema, da teoria e da estratégia quase-experimental do trabalho é que tornou o caso altamente citado na literatura internacional. O Brasil ou a política pública em pauta são os fatores de menor relevância para o êxito desses trabalhos.

Com o exposto, cai por terra a noção de que casos não podem gerar qualidade inferencial. Por serem desenhos de pesquisa e envolverem escolhas e compromissos analíticos com Contingência, Substância, Teoria e Causação, a realidade de um dado campo do conhecimento possui um pluralismo inferencial (REZENDE, 2017), o que corresponde, no limite, à coexistência de uma ampla diversidade de tipos de estudos de caso, conforme pode-se observar no Gráfico 3 abaixo. Para o caso das Políticas Públicas, conforme mostrado anteriormente, importa decisivamente a consciência desse complexo mosaico.

GRÁFICO 3 Diversidade de desenhos de pesquisa centrados em casos



Fonte: Elaborado pelo autor.

Estudos de caso variam profundamente em função de como tais elementos KSTC são combinados para lidar com a complexidade em cada problema de pesquisa. A qualidade inferencial está diretamente ligada a como tais elementos são estruturados num desenho de pesquisa. Essa característica permite explicar por que alguns estudos de caso são exitosos e outros não. Ter a consciência dessas combinações é decisivo numa análise de Políticas Públicas centradas em casos.

#### 4 CONSTRUINDO DESENHOS DE CASO

A tipologia proposta na seção anterior sugere haver diversas possibilidades de ocorrência de estudos de caso nas análises de Políticas Públicas. Casos se prestam a gerar inferências de qualidade variável a depender de como se articulam as quatro dimensões de Contingência (K), Substância (S), Teoria (T)

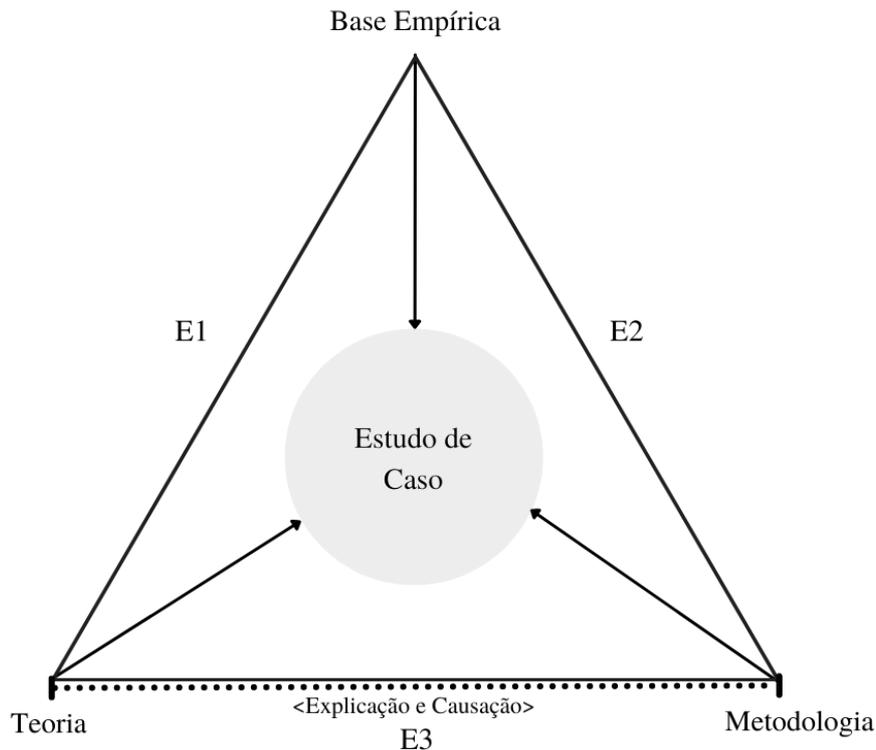
e Causação. Isso explica por que alguns casos se tornam clássicos, exemplares e de grande poder de influência na produção do conhecimento, e outros não.

Como construir desenhos de pesquisa centrados em casos diante de uma considerável gama de possibilidades disponíveis? Existe um critério ótimo, desejável, adequado para que se possa alcançar estudos de caso com maiores chances de atingir a região de máxima Qualidade Inferencial? Se existe, como podemos defini-lo? A resposta para tal questão é positiva, e tal critério encontra âncora na ideia de Calibragem de um desenho de pesquisa.

O ponto de partida para o estabelecimento de um critério é o de compreender que estudos de caso representam Desenhos e Pesquisa, e nesse sentido devem ser entendidos como constructos que tornam possível gerar inferências causais críveis. Com efeito, eles adquirem sentido analítico mais denso, pois mobilizam escolhas conceituais, teóricas, metodológicas e de problematizações relevantes para a análise. Longe de ser um conceito mecânico, uma regra ou técnica formal, Desenhos de Pesquisa representam arranjos complexos de decisão numa dada pesquisa que se considere. A Qualidade Inferencial está diretamente associada ao Desenho de Pesquisa. Todavia como entender Desenhos de Pesquisa?

Partindo do argumento de que os desenhos de pesquisa são fundamentais para a qualidade inferencial, “estudar” os desenhos de pesquisa se constitui numa das tarefas centrais da Ciência Política, e, por extensão, da análise de Políticas Públicas. Conforme proposto por Rezende (2015), os Desenhos de Pesquisa devem ser estudados empiricamente. Esses podem ser compreendidos como Engrenagens Analíticas que integram três dimensões: Teoria, Metodologia e Base Empírica, tal como apresentados no Gráfico 4 abaixo.

GRÁFICO 4 Modelos de engrenagens analíticas (MEA)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Como qualquer outro desenho de pesquisa que almeja qualidade inferencial, estudos de caso têm como base a importante conexão entre Teoria e Metodologia, tal qual representado pela linha pontilhada E3. Nesse sentido, a construção de um estudo de caso — experimental ou observacional — deve ter, em primeiro plano, duas dimensões decisivas para gerar qualidade inferencial: a lógica de explicação e de causalção, que são distintas entre si.

As lógicas de Explicação e de Causalção são elementos que contêm importantes diferenciações conceituais. A explicação está intrinsecamente ligada às teorias e aos modelos disponíveis que melhor se adequam ao problema de pesquisa e ao tipo de análise que se pretende gerar para compreender causalmente um fenômeno. Por outro lado, a lógica de causalção se associa às dimensões mais metodológicas e expressa compromissos claros com o tipo de causalção<sup>22</sup>:

<sup>22</sup> De acordo com Brady (2008), essas se organizam em quatro formas básicas: covariação, mecanismos, experimentos e contrafactuais.

probabilística, complexa, conjuntural, condicional, e.g., que informam mais de-tidamente como vão ser geradas as inferências. Lógicas de causação permitem informar também qual a orientação básica da pesquisa em termos de causação direta ou reversa, conforme mencionado nas seções anteriores.

A engrenagem E3 é a base de qualquer estudo de caso, e, nesse sentido, casos devem contemplar a conexão adequada entre problemas de pesquisa, escolhas teóricas e qual a causação desejável. Casos que respeitam tal engrenagem têm maiores chances de sucesso do que aqueles que a desconsideram. Compreender que os estudos de caso estão acoplados a lógicas de explicação e causação se faz necessário, porém é preciso que se avance na direção da importante questão de “o que é um estudo de caso”<sup>23</sup>, para diferenciá-lo de outras abordagens. Muitos dos problemas associados a esses desenhos de pesquisa derivam dos descompassos cometidos por pesquisadores no tratamento adequado dessa dimensão.

Conquanto desenhos de pesquisa, casos devem também apresentar as Engrenagens Analíticas E1 e E2, que refletem a conexão entre base empírica com a Teoria e Metodologia, respectivamente. O MEA sugere que existem casos de maior qualidade e são aquelas opções que melhor integram as três dimensões e constituem esquematicamente a região cinza no centro do círculo do Gráfico 4. Casos que conseguem calibrar melhor tais dimensões exibem maiores chances de promover níveis superiores de qualidade inferencial. O conceito de Calibragem<sup>24</sup> está intrinsecamente ligado aos Desenhos de Pesquisa e faz a diferença para explicar o sucesso ou fracasso de um desenho de pesquisa experimental ou observacional.

A principal implicação da Calibragem é que, por exemplo e simplificação, dois estudos experimentais (ou quase-experimentais) E1 e E2 podem ter diferentes calibrações em função de como a lógica de causação experimental é articulada às demais dimensões. Não é o tipo de desenho que aumenta as chances de sucesso, mas sim o grau de calibragem. Em termos mais amplos, expandindo tal raciocínio para *n* desenhos de pesquisa (de qualquer tipo), a

---

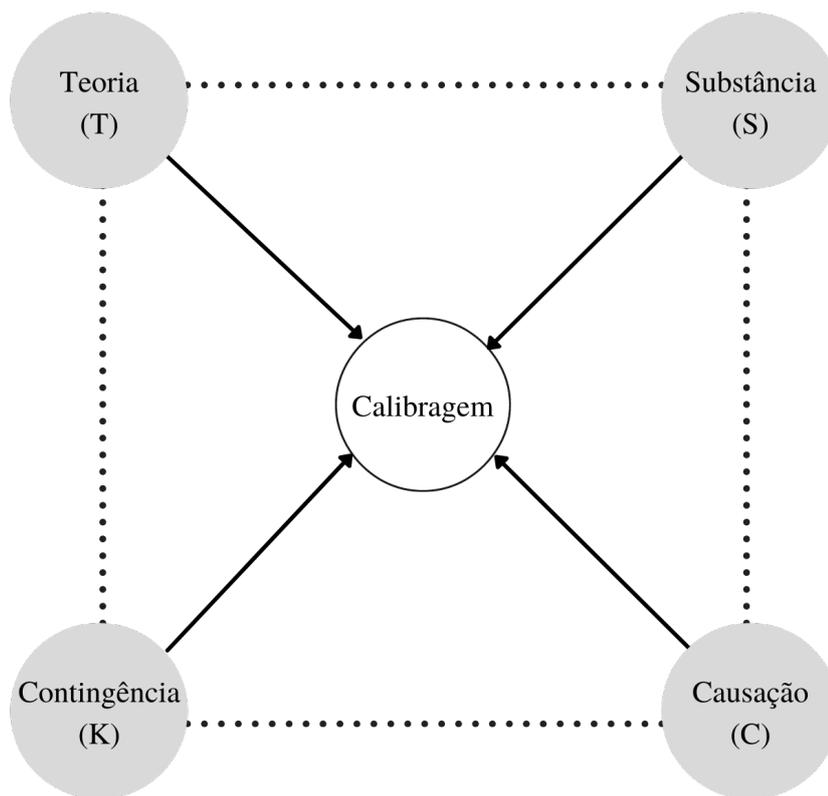
<sup>23</sup> Oferecer respostas à pergunta negativa “o que não é um caso?” também se mostra complexo e relevante. Na Ciência Política, os não casos seriam, no limite, a abordagens raras de muitos casos com teorias gerais.

<sup>24</sup> O conceito de Calibragem deve ser compreendido como um “balanço, uma dosagem adequada e compatível” entre dimensões na tipologia.

qualidade inferencial de um desenho de pesquisa que se considere é função direta da calibragem.

Como isso se aplica especificamente à confecção de estudos de caso para a análise de Políticas Públicas? Partindo da pressuposição de casos como Desenhos de Pesquisa, devemos compreender que existem diferentes possibilidades para elaborar um estudo de caso (EC) com graus variáveis de calibragem. A qualidade inferencial depende sensivelmente de como se pode realizar escolhas mais bem sucedidas para promover conexões mais adequadas e desejáveis diante de um dado problema de pesquisa. Conforme sugerido pela Tipologia KSTC, casos são desenhos de pesquisa que devem combinar quatro dimensões fundamentais, e a calibragem deve ser compreendida como um “balanço adequado das quatro dimensões”, conforme mostra o Gráfico 5 abaixo.

GRÁFICO 5 Calibragem na tipologia KSTC



Fonte: Elaborado pelo autor.

Estudos com maiores chances de auferir níveis superiores de qualidade inferencial dependem, como já mencionado, do quão bem-sucedidas são as conexões

entre tais dimensões KSTC. A calibragem não é um apenas conceito abstrato, tipológico, como se pode pensar.

A calibragem é função direta do diálogo entre teorias e evidências que o pesquisador deve ter na elaboração de um estudo de caso. Ela deve ser estudada a partir de revisões sistemáticas da literatura, consideradas aqui como procedimento analítico indispensável para confecção de um estudo de caso. As revisões sistemáticas de literatura, quando empreendidas com boa orientação em termos de procedimentos, permitem gerar a aquisição de conhecimento profundo de elementos centrais para um desenho de pesquisa.

Em primeiro lugar, vem a necessidade de ter um conhecimento relativo às problematizações/questões de pesquisa que efetivamente importam para um estudo de caso e que são necessárias para que se diferencie o que vem a ser relevante ou valioso para se pesquisar. Por outro lado, sem tal conhecimento, é muito pouco provável que se possa saber quais os problemas ainda não tratados pela literatura ou os caminhos e as agendas potenciais de pesquisa. Revisões de literatura podem auxiliar sensivelmente para encontrar um caminho frutífero na elaboração de um desenho de pesquisa centrado em casos. Considerável parte de estudos de caso na análise de Políticas Públicas (e em outros campos) tende a não ser exitoso por terem baixa aderência a problemas relevantes de pesquisa para o campo disciplinar em que se insere.

A segunda dimensão relevante é o mapeamento das teorias e modelos que são mais adequados, compatíveis ou mais mobilizados diante do problema de pesquisa que se considere. O conhecimento mais intenso e refinado sobre os autores e obras decisivas, estilos de análise e, mais importante, sobre lógicas possíveis de explicação devem ser intensamente compreendidos por pesquisadores que constroem casos. Escolhas teóricas mais calibradas dependem fortemente do conhecimento profundo que o pesquisador tem sobre as possibilidades analíticas efetivamente consideradas no campo. Sem tal conhecimento, incorre-se no erro de utilização indevida de teorias e modelos, que é crucial para minar as chances de êxito de um estudo de caso.

Conhecidas as teorias e modelos, o passo seguinte que a revisão sistemática da literatura deve buscar é conhecer os desenhos de pesquisa típicos (e suas engrenagens) que são utilizados para o tratamento de um dado problema de pesquisa. Sem tal conhecimento não é possível construir casos — experimentais ou observacionais — que possam vir a ser relevantes. Nessa dimensão é que

reside outro elemento fundamental a ser considerado nos estudos de caso: a criatividade e a originalidade. É muito comum que os pesquisadores tendam a emular, replicar ou reproduzir estudos já realizados utilizando desenhos bem-sucedidos, sem uma reflexão mais substantiva sobre: o que estou adicionando de valor para o debate em pauta?

Por fim, a revisão de literatura contribui para a calibragem, sendo que oferece a chance de produzir conhecimento sistemático profundo sobre os dados (e tipos de dados) que a comunidade disciplinar mobiliza diante de certo problema de pesquisa, bem como as estratégias de análise de dados mais exitosas (e seus limites). Casos dependem muito da qualidade dos dados (e do estoque de conhecimento produzido) e de quais possibilidades de análise sejam quantitativas, qualitativas, mistas ou de qualquer outra variante que se considere. O mapeamento das opções de quais os dados e como obtê-los (ou produzi-los) é um ingrediente considerado fundamental para a calibragem.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado nas seções anteriores, a análise de Políticas Públicas depende fortemente da mobilização de estudos de caso. Existem razões fortes para que se continue utilizando esses desenhos de pesquisa num contexto de uma Ciência Política orientada por identificação e inferência causal. Casos permitem aos pesquisadores lidar mais adequadamente com os problemas analíticos gerados pela complexidade causal. Pela via experimental ou observacional, casos continuam a ter relevância e permanência na produção de Políticas Públicas.

A continuidade dos estudos de caso como opções inferenciais críveis para estimar efeitos ou para compreender como as causas produzem determinados fenômenos (através de diversos processos e mecanismos) exige que os estudiosos de Políticas Públicas ampliem suas lentes e ferramentas analíticas em torno de estratégias mais efetivas de elaborar desenhos de pesquisa centrados em casos. Devemos continuar a pensar seriamente sobre esses desenhos de pesquisa. Casos se prestam para fazer avançar o conhecimento num mundo em que os fenômenos sociais são carregados de complexidade causal. Quando bem construídos, casos podem representar lentes potentes para a produção de

conhecimento inferencial, e não o contrário. Não à toa, no contexto da Política Comparada (e da análise de Políticas Públicas), estudos observacionais e experimentais vêm adquirindo uma maior presença na produção.

A tipologia oferecida neste capítulo revela os elementos constitutivos fundamentais que um estudo de caso deve conter e como mobilizá-los para atingir níveis mais desejados de qualidade inferencial. A principal implicação é a de que casos exigem uma consciência metodológica relativa à articulação das dimensões constitutivas de Contingência, Substância, Teoria e Causação. Como combinar esses elementos de forma a ampliar seu poder e qualidade inferencial passa a ser, na compreensão deste artigo, elemento crucial para o êxito inferencial de um caso.

Existe, na realidade, uma ecologia de possibilidades em torno de estudos de caso, e esses não devem ser vistos como bem definidos e estáticos, mas sim como altamente dinâmicos, complexos e flexíveis, para que se possa ajustar diversas combinações. Casos emergem para lidar com complexidade, e eles, em si, são elementos complexos, que dependem fortemente das estratégias e escolhas dos pesquisadores na confecção de um desenho de pesquisa que se considere.

Mesmo em alternativas muito mais restritas, como experimentos ou quase-experimentos, em que os procedimentos e caminhos são muito mais estruturados em termos metodológicos, existe uma ampla variação de calibragem com elementos relacionados às outras dimensões consideradas na tipologia. Isso explica por que razões alguns estudos dessa natureza se tornam canônicos, exemplares, e outros tendem a ter citação próxima de zero. Não é o fato de ser experimental ou quase-experimental que torna um estudo de caso bem-sucedido, mas sim, como argumento aqui, é a calibragem que me parece ser um dos mais relevantes fatores.

Casos variam sensivelmente em termos de como tais elementos são calibrados, e o sucesso desses depende, em grande medida, do conhecimento que se possa auferir sobre possibilidades efetivas de combinação entre tais elementos. A chance de sucesso de um estudo de caso não é aleatória, mas, por óbvio, é como tais elementos são articulados numa dada estratégia analítica.

Quando levado ao limite, tal argumento permite destituir as críticas tradicionais de que os casos têm status científico reduzido, mediante sua menor capacidade inferencial. Não é pelo fato de serem casos que eles podem gerar

inferências de menor qualidade, mas pelo tipo de calibragem que mobilizam num dado desenho de pesquisa.

Os desenhos de pesquisa importam para a qualidade inferencial, e isso não é diferente para os estudos de caso. A consciência metodológica depende fortemente de que se estudem os desenhos de pesquisa a partir de revisões sistemáticas de literatura que lancem luzes sobre estratégias analíticas mais efetivas sobre problemas relevantes de pesquisa. Chances maiores de calibragem dependem fortemente desses empreendimentos sistemáticos. Tal questão deve ser tema recorrente na análise de Políticas Públicas, de modo que, quando não calibradas, as chances de insucesso são elevadas. Estudos de caso bem-sucedidos dependem muito das formas criativas que os pesquisadores empreendem análises.

#### REFERÊNCIAS

- ANGRIST, Joshua D.; PISCHKE, Jörn-Steffen. *Mostly harmless econometrics: an empiricist companion*. New Jersey: Princeton University Press, 2009.
- BENNETT, Andrew; GEORGE, Alexander L. *Case studies and theory development*. Cambridge: MIT Press, 2005.
- BRADY, Henry E. Causation and explanation in Social Science. In: BOX-STEFFENSMEIER, Janet M., BRADY, Henry F.; David Collier (ed.). *The Oxford Handbook of Political Methodology*. New York: Oxford University Press, p 217–260, 2008.
- BRADY, Henry E.; COLLIER, David. *Rethinking social inquiry: diverse tools, shared standards*. New York: Rowman & Littlefield Publishers Inc., 2004.
- BROLLO, Fernanda; NANNICINI, Tommaso. Tying your enemy's hands in close races: the politics of federal transfers in Brazil. *American Political Science Review*, v. 106, n. 4, 742–761, 2012.
- CAMPBELL, Donald T.; STANLEY, Julian C. *Experimental and quasi-experimental designs for democracy*. Chicago: Rand Mc Nally, 1966.

- ELSTER, Jon. *Nuts and bolts for the Social Sciences*. New York: Cambridge University Press, 1989.
- EPSTEIN, Lee; KING, Gary. The rules of inference. *University of Chicago Law Review*, v. XXX, n. 1, p 1–93, 2008.
- FEARON, James D. Counterfactuals and hypothesis testing in Political Science. *World Politics*, v. 43, n. 2, p 169–195, 1991.
- FLYVBJERG, Bent. Five Misunderstandings about case-study research. *Qualitative Inquiry*, v. 2, n. 2, p 216–245, 2006.
- GEEDES, Barbara. *Paradigms and sand castles: theory building and research design in comparative politics*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2003.
- GEORGE, Alexander L.; BENNETT, Andrew. *Case studies and theory development in the Social Sciences*. Cambridge: MIT Press, 2005.
- GERRING, John. What is a case study and what it is good for? *American Political Science Review*, v. 98, n. 2, p 341–354, 2004.
- GERRING, John. *Case study research: principles and practices*. New York; Cambridge: University Press, 2007.
- GSCHWEND, Thomas; SCHIMMELFENNING, Frank (ed.). *Research design in Political Science: how to practice what they preach*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- HALL, Peter. Aligning ontology and methodology in comparative politics. In: MAHONEY, James; RUESCHMEYER, Dietrich (ed.). *Comparative historical analysis in the Social Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p 373–406.
- HEDSTROM, Peter; YILIKOSKI, Petri. Causal mechanisms in the Social Sciences. *Annual Review of Sociology*, v. 36, p 49–67, 2010.
- HEDSTRÖM, Peter; SWEDBERG, Richard. *Social mechanisms: an analytical approach to social theory*. New York: Cambridge University Press, 1996.

- KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. New Jersey: Princeton University Press, 1994.
- LEWIS, David. Causation. *The Journal of Philosophy*, v. 70, n. 17, p 556–567, 1973.
- MACKIE, John L. Causes and conditions. *American Philosophical Quarterly*, v. 2, n. 4, p 245–264, 1965.
- MAHONEY, James. Qualitative methodology and comparative politics. *Comparative Political Studies*, v. 40, p 122–144, 2007.
- MAHONEY, James. After KKV: The new methodology of qualitative research. *World Politics*, v. 62, n. 1, p 120–147, 2010.
- MAHONEY, James. The logic of process-tracing tests. *Sociological methods and research*, v. 41, n. 4, p 570–597, 2012.
- MAHONEY, James; GOERTZ, Gerry. *A tale of two cultures: contrasting quantitative and qualitative research in the Social Sciences*. New Haven: Princeton University Press, 2012.
- MAHONEY, James; TERRIE, p Larkie. Comparative-historical analysis in contemporary Political Science. In: BOX-STEFFENSMEIER, Janet M.; BRADY, Henry F.; COLLIER, David (ed.). *The Oxford handbook of political methodology*. New York: Oxford University Press, 2008. p 737–754.
- MCKEWON, Timothy J. Case studies and the limits of the quantitative worldview. In: BRADY, Henry E.; COLLIER, David (ed.). *Rethinking social inquiry: diverse tools, shared standards*. New York: Roman & Littlefield Publishers, 2004. p 139–169.
- MORGAN, Stephen L.; WINSHIP, Christopher. *Counterfactuals and causal inference: methods and principles for social research*. New York: Cambridge University Press, 2007.

- MORTON, Rebecca B; WILLIAMS, Kenneth C. *Experimental Political Science and the study of causality: from nature to lab*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- MORTON, Rebecca B. *Methods and models: a guide to the empirical analysis of formal models in Political Science*. New York: Cambridge University Press, 1999.
- NISSEN, Sylke. The case of case study: on the methodological discussion in comparative Political Science. *Quality and Quantity*, v. 32, p 339–418, 1998.
- PEPINSKY, Thomas B. The Return of the Single-Country Study. *Annual Review of Political Science*, v. 22, p 187–203.
- PUTNAM, Robert D. *Making democracy work: civic traditions in Modern Italy*. New Jersey: Princeton University Press, 1993.
- RAGIN, Charles C. *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkeley: University of California Press, 1989.
- RAGIN, Charles C. *Fuzzy-set Social Science*. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.
- REZENDE, Flávio da Cunha. *Por que falham as reformas administrativas?* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- REZENDE, Flávio da Cunha. Desenhos de pesquisa e qualidade inferencial na Ciência Política: o modelo de engrenagens analíticas. *Revista Conexão Política*, Teresina, v. 4, n. 2, p 47–66, 2015.
- REZENDE, Flávio da Cunha. Transformações na cientificidade e o ajuste inferencial na Ciência Política: argumento e evidências na produção de alto fator de impacto. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 63, p 103–138, 2017.
- RUESCHMEYER, Dietrich. *Usable theory: analytical tools for social and political research*. New Jersey: Princeton University Press, 2009.

SCHNEIDER, Carsten Q.; WAGEMANN, Claudius. *Set-theoretic methods for the Social Sciences: a guide to qualitative comparative analysis*. New York: Cambridge University Press, 2012.

WOODWARD, James. *Making things happen: a theory of causal explanation*. New York: Oxford University Press, 2005.

YANOW, Dvora; SCHWARTZ-SHEA, Peregrine; FREITAS, Maria José. Case study research in Political Science. *In: MILLS, Albert J.; DUREPOS, Gabrielle; WIEBE, Elden. Encyclopedia of case study research*. Los Angeles: SAGE Publications, 2008. p 108–114.

Resenhas/Recensão



BUTLER, JUDITH. *A FORÇA DA NÃO VIOLÊNCIA*.

1. ED. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2021.

Geovane Gesteira Sales Torres\*

Maria Laís dos Santos Leite†

Judith Butler é Ph.D pela Universidade de Yale, atua como professora de retórica e literatura comparada na Universidade da Califórnia, em Berkeley (onde é fundadora do Programa de Teoria Crítica), e é docente titular na Cátedra Hannah Arendt na European Graduate School. Além do seu prestígio e ilibada carreira acadêmica, algo constatado nos diversos prêmios recebidos pela pensadora, Butler atua em organizações como o Centro de Direitos Constitucionais de Nova York e é um importante nome para o campo político dos direitos humanos no mundo. Não obstante, a autora já foi vítima de inúmeras formas de violência, a exemplo das agressões verbais proferidas contra ela no Aeroporto de Congonhas (SP) por ocasião da sua visita ao Brasil em 2017.

Judith Butler é uma ilustre filósofa norte-americana de orientação pós-estruturalista que compõe o campo das epistemologias *queer*. Dentre as obras primordiais da autora, destaca-se “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, a qual foi publicada originalmente em 1990 e traduzida para o português em 2003. Nesse livro, a autora questiona a categoria mulher, a noção de feminismo universal e o paradigma identitário. Dentre os conceitos se sobressai o de performatividade de gênero que ganha notoriedade por conceber o gênero, em diálogo com o pensamento foucaultiano, como um produto político de atos corporais reiterados no espaço e tempo (BUTLER, 2003).

---

\* Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí. Bacharel em Administração Pública pela Universidade Federal do Cariri. Pesquisador do Laboratório de Estudos em Políticas Públicas, Territorialidade e Diferenças – UNÉ; Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas – LAURBS; e Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0255-1570>

† Residência pós-doutoral (em andamento) no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestra em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri. Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Leão Sampaio. Servidora técnico-administrativa da Universidade Federal do Cariri. Coordenadora do Laboratório de Estudos em Políticas Públicas, Territorialidade e Diferenças – UNÉ.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5777-3205>

O conceito de performatividade de gênero foi aprofundado por Butler (2019) em “Corpos que importam: os limites discursivos do ‘sexo’”, em que a autora afirma que os corpos têm as suas materialidades performativamente construídas, implicando o fato da diferença sexual também ser performativamente erguida. Portanto, na publicação, a autora expressa que a materialidade do sexo é um produto das relações de poder e que a naturalização do sexo advém de práticas reiterativas. Ademais afirma-se que a categoria sujeito é contornada pela abjeção, além de indicar que a performatividade de gênero não é análoga a uma performance artística, porque não pressupõe um jogo livre e uma apresentação teatral de si (BUTLER, 2019).

Enquanto interlocutora do pensamento foucaultiano, as relações de poder estão no centro dos pensamentos butlerianos. Em sua obra “A vida psíquica do poder: teorias da sujeição”, Butler (2018a) reflete que o poder inicialmente imposto assume a dimensão psíquica que forma a identidade do sujeito. Contudo a autora aponta para fendas de subversão às tendências comportamentais. Isso conflui para uma nova economia das relações de poder marcadas pela resistência (BUTLER, 2018a). Essa resistência é tratada pela filósofa em “Corpos em aliança e a política das ruas: notas sobre uma teoria performativa de assembleia”, em que se indicam diversos repertórios de luta não violenta contra as condições de precariedade por meio de performatividades coletivas, sobretudo de grupos alvos de políticas de abjeção (BUTLER, 2018b).

A autora retoma tais aportes em seu mais novo livro, que estabelecemos como foco desta resenha: “A força da não violência: um vínculo ético-político”, o qual foi publicado no Brasil em 2021 pela editora Boitempo. Lançada originalmente em 2020 nos Estados Unidos com o título “*The force of nonviolence: an ethico-political bind*”, além da seção introdutória, a obra em questão está estruturada em quatro capítulos, que são: I) Não violência, direito ao luto e crítica ao individualismo; II) Preservar a vida de outrem; III) A ética e a política da não violência; e IV) Filosofia política em Freud: guerra, destruição, mania e capacidade crítica; além de um pós-escrito: Repensando a vulnerabilidade, a violência e a resistência.

A leitura da obra é envolvente – ainda que bastante densa – e conta com reflexões embasadas em Michel Foucault, Frantz Fanon, Sigmund Freud, Walter Benjamin, Melanie Klein, Emmanuel Lévinas, Jacques Derrida, Albert Einstein e outros(as) influentes intelectuais.

Butler (2021) realiza uma distinção entre a violência e a não violência, embora a pensadora reconheça que a semântica em relação à violência seja dependente de contextos e interesses políticos, apresentando instabilidades que precisam ser compreendidas. Tal diferenciação é fundamental para que se argumente a favor ou contra a não violência.

Nesse sentido, a autora concebe que a violência pressupõe duas partes e confrontos, podendo ser física ou estrutural/sistêmica, as quais, apesar de distintas, podem se entrelaçar, pois a autora exorta para a importância da ligação entre ato e sistema. Assim, o Estado, que é um agente determinante no racismo sistêmico, toma por sua base a violência racial. Isso se contempla nas inúmeras formas de violência impetradas pelo Estado contra minorias raciais, a exemplo das populações negra, indígena, migrante e LGBTQIA+<sup>1</sup>.

Em relação às distintas interpretações sobre a violência, a qual é um produto interpretativo, Butler (2021) trata de uma guerra política no que toca à interpretação pública em relação a conflitos que envolvem Estados/instituições e poderes dissidentes (manifestações, movimentos grevistas, assembleias, ocupações etc.). Nesse sentido, amiúde os Estados/instituições tendem a construir imagens de movimentos não violentos como violentos, inclusive adjetivando-os como terroristas, ainda quando não ocorrem embates físicos. Para Butler (2021) isso se justifica porque o monopólio da violência por parte do Estado se utiliza dessas calúnias como justificativas para o emprego da força violenta na repressão às lutas pela liberdade e contra a precariedade.

O livro expressa que a esquerda tende a defender o uso tático da violência para propósitos revolucionários e para a autopreservação. Então contempla-se nesse meio um individualismo que contrasta a ética da não violência, a qual preconiza ético-politicamente relações vitais e interconstitutivas, incluindo-se as humanas, e uma crítica ao individualismo. Portanto toma-se como princípio uma crítica à ética egológica e ao legado político individualista.

A não violência se incumbe de identificar maneiras de viver e agir que controlem, reduzam ou subvertam o direcionamento da violência. Essa inversão pode empregar o corpo, discursos, instituições e ações coletivas como vetores, seio em que ganha destaque a corporização das lutas políticas em prol

---

<sup>1</sup> Sigla relativa a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexuais e Assexuais. O símbolo + designa a existência de outras identidades de gênero e orientações sexuais dissidentes.

e no espaço público. Outrossim a não violência exige um imaginário político contrarrealista, pois se pressupõe um distanciamento da realidade tal como a mesma se apresenta hodiernamente.

Butler (2021) critica a acepção da não violência enquanto um conjunto de mecanismos de defesa de sujeitos semelhantes, pois essa ótica tende a conceber vidas dignas de serem protegidas de danos e vidas aptas à precariedade, ou seja, algumas vidas são valorizadas e outras não. Para a compreensão dessa desigualdade produzida historicamente que confere o direito ao luto a dados grupos, à revelia de outros, deve-se considerar o racismo que outorga valor apenas a determinadas vidas, àquelas coerentes com os padrões de raça, gênero, sexualidade e território do sistema-mundo moderno.

A não violência se embasa em uma filosofia de laços de vida, não em um paradigma individualista. Portanto Butler (2021) discorda da perspectiva que interpõe a não violência como algo restrito a uma consciência/moralidade individual relacionada à escolha por não seguir itinerários violentos. Diante disso, a não violência se imbrica com a interdependência social constitutiva, logo a violência se direciona ao ataque à interdependência. Esta pressupõe igualdade social, isto é, a não violência exige condições de apoio infraestrutural, ambiental, humano e social para a manutenção da vida de todos(as).

Butler (2021) defende que a violência contra o outro consiste em um ataque ao mundo social, implicando uma violência contra si mesmo. Assim sendo, a não violência não é posta apenas como a ausência da violência, mas como um compromisso perene com a interdependência e, conseqüentemente, com a igualdade social e liberdade. Para a compreensão disso, a pensadora reconhece a importância de se conhecerem os distintos tipos de violência.

A autora problematiza de maneira direta a violência de Estado e do (não) direito ao luto a partir de casos de homicídios sobre os quais se busca justificar, como os cometidos por policiais contra pessoas afro-estadunidenses que geraram o movimento *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam). A autora recorre, ainda, aos exemplos da rede mundial *Women in Black*, das Avós da Praça de Maio na Argentina, do movimento dos amigos e familiares dos 43 de Ayotzinapa etc.

Butler (2021), nesta obra, dedica-se notadamente a esquadrihar o que intitula direito ao luto que opera no modo que as criaturas vivas são tratadas, revelando-se em uma dimensão integral da biopolítica e das formas de pensar a

igualdade entre os seres. Em um dos pontos altos da obra, em nossa percepção, a autora afirma que

As diferentes maneiras de se medir o valor da vida são influenciadas por esquemas tácitos de valoração, de acordo com os quais a vida é considerada mais ou menos enlutável. Algumas vidas adquirem dimensões icônicas – vidas absoluta e claramente enlutáveis –, enquanto outras mal chegam a ser reconhecidas – vidas totalmente não enlutáveis, perdas que não são perdas. (BUTLER, 2021, p. 88).

Recorrendo a esses casos, Butler (2021) evidencia haver um *continuum* do que é considerado enlutável, mas que esse quadro referencial não nos permite compreender situações em que a perda de uma vida é ativamente lamentada pelo luto por determinada comunidade e sequer notada – ou notável –, se pensarmos em um cenário nacional ou internacional dominante. Isso motiva a comunidade enlutada a ser a mesma que protesta contra o fato de vidas não serem consideradas não enlutáveis, como muitos são os atos nas redes e nas ruas buscando a justiça por alguém, cuja morte a elite, a polícia e até mesmo as instituições jurídicas tentam justificar ou encobrir.

Por isso, a proeminente filósofa destaca que “[...] essa é uma das razões pelas quais o luto pode ser protesto e os dois devem andar juntos quando as perdas não são publicamente reconhecidas e lamentadas” (BUTLER, 2021, p. 89), ações que podemos entender como expressões da força da não violência.

A leitura de “A força da não violência” nos suscita reflexões acerca do contexto mundial, de modo geral, e brasileiro, especificamente, sobretudo diante de anos em que vivemos – e padecemos, mas não passivamente – em um cenário sociopolítico de avanço do neoconservadorismo, da intolerância e do apelo e normalização da violência que conseqüentemente se traduzem no aumento dos índices de morte de mulheres, negros(as) e LGBTQI+, estupros e aumento recorde de armas adquiridas por civis e, mais recentemente, pelos ataques e assassinatos de crianças e professores em escolas de distintos estados de nosso país.

Defender a não violência é, assim, uma ação não passiva, mas voraz na luta contra as expressões da necropolítica na modernidade. Ora, o pensamento de Butler (2021) é enfático ao expressar que a busca por condições dignas para que todas as vidas sejam vivíveis deve ser o indicativo ético-político da não violência. Isso exige um posicionamento contrário à violência do Estado e de

grupos paraestatais que se direcionam à fragilização da interdependência em relação às identidades e corpos abjetos, isto é, consideradas pela sociedade hegemônica como vidas não enlutáveis e descartáveis.

Além disso, a obra se mostra potente para reflexões epistemológicas relacionadas à participação social no contexto neoliberal à medida que destaca que a não violência apresenta potências ético-políticas para a luta por direitos. Estudos consagrados na Ciência Política, como os realizados por Bernard Manin (2013), evidenciam o aumento global do engajamento cívico para além das eleições e política institucional. Para Maria da Glória Gohn (2019), isso se vincula diretamente às lutas por reconhecimento de direitos, lutas contra injustiças e busca de inclusão. Para o pensamento butleriano, expressões potentes dessa participação política não institucionalizada incorporam repertórios de ação e bases axiológicas fundadas no direito plural e performativo de aparecer para a luta contra as condições induzidas de precariedade e em prol da disputa semântica por uma democracia das diferenças.

Portanto recomendamos a leitura para os(as) interessados(as) em temáticas relacionadas à biopolítica, violência, desigualdades sociais, movimentos sociais e luto, diretamente tratadas na obra, especialmente para estudiosos(as) das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. De modo particular, o livro se apresenta extremamente relevante para as áreas da Ciência Política e Psicologia Social e Política por tratar de forma profunda tais categorias, a partir da abordagem pós-estruturalista, cuja influência é crescente nesses campos de estudos e intervenção.

#### REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018a.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b.

---

BUTLER, Judith. *Corpos que importam*. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2019.

BUTLER, Judith. *A força da não violência*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. *Caderno CrH*, v. 32, p. 63–81, 2019.

MANIN, Bernard. A democracia do público reconsiderada. *Novos estudos CE-BRAP*, n. 97, p. 115–127, 2013.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM CIÊNCIA POLÍTICA

**PPGCP/UFPI**

## **DOSSIÊ: MÉTODOS, METODOLOGIA DE PESQUISA, CONCEITO E APLICAÇÕES**

### **1 Apresentação**

Natália Sátyro

Raimundo Batista dos Santos Junior

### **2 Dicas sobre como escrever projetos de pesquisa**

Natália Sátyro

### **3 Estudos de caso para a Ciência Política**

Flora de Paula Gonçalves Holanda Maia

Maria Clara de Mendonça Maia

### **4 A validade das inferências causais produzidas pelo método process tracing**

João Paulo Nicolini Gabriel

Fabiano da Silva Pereira

### **5 O que é uma boa teoria positiva em ciência política?**

Carla Pereira Silva

### **6 Aquilo que confunde ao explicar: anotações introdutórias sobre endogeneidade**

Marcus Paulo Lisboa Barbosa

Luiza Jardim

### **7 QCA para iniciantes: fundamentos da análise comparativa qualitativa**

Eduardo Ryô Tamaki

Virgílio Mendes Araujo

### **8 Razões e possibilidades inferenciais para estudos de caso**

Flávio da Cunha Rezende

### **Resenha**

#### **9 BUTLER, Judith. A força da não violência. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.**

Geovane Gesteira Sales Torres

Maria Laís dos Santos Leite

APOIO: